

48

SETEMBRO 2017 – DEZEMBRO 2017

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

revista.sep.org.br

CONSELHO EDITORIAL

ALAN FREEMAN UNIVERSITY OF GREENWICH
ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
ARTURO HUERTA UNAM
CESARE GIUSEPPE GALVAN UFPB
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP

LEDA MARIA PAULANI USP
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MÁRIO DUAYER UFF
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA — SEP

DIRETORES

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA
MARCELO DIAS CARCANHOLO (UFF) PRESIDENTE
VANESSA PETRELLI CORREA (UFU) VICE-PRESIDENTE

RAMÓN GARCIA FERNANDEZ UFABC
MÁRCIO LUPATINI UFVJM
PEDRO ROSSI UNICAMP
FREDERICO KATZ UFPE
JOÃO LEONARDO GOMES MEDEIROS UFF
TIAGO CAMARINHA LOPES UFG
MAURÍCIO SABADINI UFES
MAURÍCIO VAZ LOBO BITTENCOURT ANPEC
RUBENS ROGÉRIO SAWAYA ANGE

COMITÊ EDITORIAL

VICTOR LEONARDO ARAUJO UFF
HUGO CORREA UFF
TIAGO CAMARINHA LOPES UFG

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
ww.sep.org.br – sep@sep.org.br

ASSINATURA

Preço da assinatura anual (três números),
para o Brasil e exterior via superfície:
R\$ 30,00 (para pessoas físicas). R\$ 40,00 (para instituições)
Preço do exemplar avulso: R\$ 20,00
As solicitações de assinaturas e exemplares avulsos podem ser feitos
por meio do correio eletrônico: revista@sep.org.br

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Felipe Neres – NK&F Arquitetos Associados 2017
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

6 **Apresentação**

ARTIGOS

10 **Reflexões teórico-metodológicas sobre uma pretensa
formalização da superexploração do trabalho**

Rodrigo Straessli Pinto Franklin

28 **Algumas reflexões em torno do conceito de superexploração
do trabalho**

Carlos Eduardo Martins

46 **Desenvolvimentismo transformador**

Niemeyer Almeida Filho

60 **Mercado, planificação e socialismo**

Renildo Souza e Paulo Balanco

84 **Integração produtiva em processos de regionalização
econômica: o Mercosul em questão**

Hoyêdo Nunes Lins

108 **Oferta, demanda e tendência do preço internacional do
petróleo: uma interpretação à luz da abordagem clássica do
excedente**

Simone Fioritti Silva

RESENHAS

Capitalismo e democracia: Convergência ou divergência
Resenha do livro “O Capital no Século XXI”, de Thomas
Piketty

Maurício Michel Rebello e Gustavo Gioia

130

APRESENTAÇÃO

O ano de 2017 terminou sob a vigência da reforma trabalhista e de seus primeiros impactos no mercado de trabalho. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam redução da taxa de desemprego pelo aumento da precarização do mercado de trabalho: aumento do emprego sem carteira assinada e dos “conta-próprias” e redução do emprego com carteira assinada. Em meio a isso, começam a se multiplicar os casos em que o caráter classista da reforma trabalhista do governo Temer se escancara, como as recentes decisões da Justiça do Trabalho contra trabalhadores feridos em seus direitos, obrigados a indenizar seus antigos empregadores, ou a decisão da Universidade Estácio de Sá, que recentemente anunciou a demissão de 1.200 professores que serão recontratados já sob as novas modalidades de trabalho regulamentadas nesta última reforma.

Em outro *front*, a reforma da previdência segue com sua tramitação interrompida, por força das lutas populares, mas também do esgarçamento da base aliada de Temer na Câmara dos Deputados, que teme (com a força do trocadilho) não se reeleger em 2018 caso aprove mais esta pilhagem aos direitos dos trabalhadores. Talvez seja possível, em meio a tantas derrotas recentes, contabilizar a interdição da votação ainda em dezembro de 2017 como uma pequena vitória, mas não é possível ainda respirar com alívio. Em primeiro lugar, porque o projeto segue, neste ano que entra, como pauta prioritária, e o governo mantém,

escancarando a já precária farsa democrática presente, o plano de só colocá-lo em votação quando sua vitória estiver consumada pela lógica da troca de favores entre partidos e políticos. Mas também, e especialmente, porque o processo de resistência popular mostrou também as contradições e fissuras internas da classe trabalhadora, evidenciadas particularmente na dificuldade em construir uma pretendida greve geral. Com as forças renovadas pela virada de ano, a hora é de construir esforços de mobilização contra esse e todos os outros projetos de ataque aos direitos dos trabalhadores e ao patrimônio público em tramitação, para que os ventos de 2018 nos sejam mais favoráveis.

É um fato comemorado por todos que conhecem a Revista da SEP que prezamos pela liberdade de posições no campo crítico e pelo debate franco e fraterno. Por isto, esta edição é aberta com um debate sobre a categoria superexploração do trabalho, comum à Teoria Marxista da Dependência. No artigo “Reflexões teórico-metodológicas sobre uma pretensa formalização da superexploração do trabalho”, Rodrigo Straessli Pinto Franklin faz uma crítica à formalização da categoria superexploração oferecida por Carlos Eduardo Martins em artigo publicado pela Revista da SEP em 1999. O artigo de Franklin é imediatamente seguido pela réplica que oferecemos a Carlos Eduardo Martins, intitulada “Algumas reflexões em torno do conceito de superexploração do trabalho”.

No terceiro artigo, intitulado “Desenvolvimentismo transformador”, Niemeyer Almeida Filho apresenta sua contribuição ao debate sobre o desenvolvimentismo no Brasil, particularmente ao que propõe um desenvolvimentismo com transformação social.

Em “Mercado, planificação e socialismo”, Renildo Souza e Paulo Balanco oferecem uma reflexão a respeito do papel do mercado e da planificação na transição para sociedades socialistas, a partir das categorias de socialismo de mercado, socialismo com mercado e mercado socializado.

O quinto artigo desta edição tem como objeto a regionalização econômica no âmbito do Mercosul. Em “Integração produtiva em processos de regionalização econômica: o Mercosul em questão”, Hoyêdo Nunes Lins discute as possibilidades (e os limites) de uma integração produtiva sob perfis produtivos distintos e infraestrutura deficiente entre os países que compõem o bloco.

No sexto artigo, intitulado “Oferta, demanda e tendência do preço internacional do petróleo: uma interpretação à luz da abordagem clássica do excedente”, Simone Fioritti Silva discute o processo de formação de preços do petróleo sob a abordagem clássica do excedente, rejeitando interpretações usuais de que o petróleo é escasso, ou de que exista um excesso de demanda mundial – e, portanto, outros elementos (oferecidos pela abordagem clássica do excedente) devem explicar a trajetória dos preços desta *commodity*.

A edição é encerrada com a resenha do livro “O capital no século XXI”, de Thomas Piketty, escrita por Maurício Rebello e Gustavo Giora.

O Comitê Editorial reitera os agradecimentos às instituições que deram apoio financeiro à realização do XXII Encontro Nacional de Economia Política, em junho de 2017 na cidade de Campinas (SP): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Comitê Editorial

RODRIGO STRAESSLI PINTO FRANKLIN

REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS
SOBRE UMA PRETENSA FORMALIZAÇÃO DA
SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Recebido em 11/2016

Aprovado em 06/2017

REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE UMA PRETENSA FORMALIZAÇÃO DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Resumo

O trabalho apresenta uma crítica à tentativa de formalização da categoria superexploração realizada por Carlos Eduardo Martins no artigo intitulado “Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência”, publicado na edição 5 da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Os equívocos de Martins são divididos em dois tipos: os equívocos formais, relacionados ao manuseio impróprio da linguagem matemática; e os equívocos de fundamento, relativos ao uso inadequado de categorias marxistas, tais como mais-valor adicional, valor, e preços de produção.

Palavras chave: Superexploração; Teoria da Dependência; Teoria do Valor.

Abstract

The paper presents a critique of the attempt held by Carlos Eduardo Martins to formalize the category superexploitation in the article entitled “Superexploitation of labor and capital accumulation: theoretical and methodological reflections for a political economy of dependence”, published in the 5th edition of the **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. His misconceptions are divided into two types: formal misconceptions, related to improper handling of mathematical language; and fundamental misconceptions, related to inappropriate

RODRIGO STRAESSLI PINTO FRANKLIN

Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

use of Marxist categories such as additional surplus value, value, and production prices.

Keywords: Superexploitation; Dependence Theory; Theory of Value.

I. Introdução

O pensamento científico não é livre da difusão de ideias equivocadas, pautadas em preconceitos do senso comum e/ou sem fundamentação lógico-empírica adequada. O atual modelo de desenvolvimento da ciência deposita na constante avaliação crítica dos pares a responsabilidade de identificar esses desvios, retirando deles o rótulo de “cientificamente comprovado”. Por vezes, contudo, essa avaliação crítica pode tardar a aparecer, ou então não ter a difusão necessária para ser aceita dentro da comunidade acadêmica. E assim, enquanto não encontram barreira para a sua livre divulgação, algumas concepções equivocadas circulam como se fossem verdades absolutas.

A história da Teoria da Dependência apresenta exemplos concretos dessa problemática. Por muitos anos, esse campo teórico sofreu com a propagação de opiniões falaciosas, algumas de dimensões tão amplas que comprometiam o seu próprio desenvolvimento teórico. Dentre essas ideias, podemos citar aquela que afirma que Fernando Henrique Cardoso teria sido o maior expoente da Teoria da Dependência, e que os demais autores (de vertente “neo”marxista)

teriam contribuído pouco para o campo. Essa concepção foi hegemônica no Brasil por toda a década de 1990, aparecendo, inclusive, em trabalhos de autores renomados, tais como Luiz Carlos Bresser-Pereira (1997) e Guido Mantega (1997).

Uma das primeiras tentativas de corrigir esse enorme equívoco foi feita por Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia que, em um trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), organizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), rebateram as leituras de Bresser-Pereira e Mantega a respeito da Teoria da Dependência (MARTINS & VALENCIA, 1998). Atualmente, é amplamente reconhecido que autores como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra tiveram um papel até mesmo mais relevante do que o de Cardoso¹.

Esse é apenas um dentre muitos exemplos², de modo que o ofício da avaliação crítica precisa ser contínuo – para combater tanto velhas confusões, quanto novas teses equivocadas. Nesse

1 Cf. Prado (2011). Ao menos foi o que ocorreu no âmbito acadêmico de língua latina. Para as publicações em língua inglesa, a retomada do debate ainda passa despercebida. Nos raros trabalhos divulgados sobre a dependência em inglês, Cardoso continua aparecendo como seu principal teórico, rivalizando com a versão formulada por Gunder Frank. Cf. Topik (1998), Velasco (2002), Conway e Heynen (2008), Kelly (2008) e Vliegthart (2010).

2 Além desse exemplo, podemos citar outras teses equivocadas que também vieram a ser rebatidas no início dos anos 2000, tais como as noções de que “a Teoria da Dependência não seria uma teoria propriamente dita”, e que “o aporte da dependência já se provou insuficiente”.

sentido, o presente artigo tem o intuito de colaborar com esse tipo de revisão, criticando uma ideia que, ironicamente, teria sido difundida pelo próprio Carlos Eduardo Martins: a sua suposta formalização da categoria “superexploração” do trabalho.

Martins tem se tornado uma referência no debate atual da dependência, sobretudo no que se refere ao estabelecimento de uma conceituação teórica sobre a superexploração. Esse autor foi muito influenciado em sua formação intelectual tanto por Theotonio dos Santos, quanto por Ruy Mauro Marini, tendo contato com este último no decorrer da década de 1990. Analisando o todo de sua obra, percebe-se que Carlos Eduardo Martins insere-se, de forma majoritária, no debate com os teóricos dos sistemas-mundo quanto ao significado e ao destino da globalização, da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos, e no combate às práticas neoliberais que dominaram o cenário latino-americano dos últimos 25 anos.

No âmbito da Teoria da Dependência, sua contribuição para “o avanço do estado da arte” consiste na “formalização matemática e quantitativa” do conceito de superexploração (MARTINS, 2011, p. 276). Esse modelo veio a público pela primeira vez em um trabalho publicado em 1999 no IV ENEP, aparecendo, no mesmo ano, na quinta edição desta Revista da SEP. Desde então, reapareceu complementado em sua tese

de doutorado, defendida em 2003 – e publicada como livro em 2011 –, e também como um capítulo na obra “A América Latina e os desafios da globalização”, organizada por Martins em conjunto com Adrián Sotelo Valencia, Emir Sader e Theotonio dos Santos, e publicada em 2009.

Sua formalização da superexploração tem sido citada como referência para a discussão do conceito de superexploração do trabalho em diversos textos que tratam a atualidade da Teoria da Dependência. Entretanto, quase todas as referências são feitas sem qualquer tipo de aprofundamento nas formulações do autor³, de modo que seu texto tem se difundido sem contar com uma avaliação crítica adequada.

Para contribuir com o avanço consistente da Teoria da Dependência, apresentaremos nossa revisão da formalização de Martins em duas partes, além desta introdução e da conclusão. Primeiro, reconstruiremos seu modelo quantitativo da superexploração da força de trabalho e evidenciaremos seu significado, tentando nos manter fiéis ao intuito original do autor. Em seguida, apresentaremos os equívocos presentes em suas formulações, dividindo-os em dois grupos: os equívocos formais e os de fundamento.

3 Cf. Amaral (2007, 2012), Luce (2011, 2013), Amaral e Carcanholo (2012), Carcanholo (2013), Santana (2013). A única análise detalhada de seu modelo feita até hoje apareceu na dissertação de mestrado de Pedro Henrique Evangelista Duarte, apresentada em 2010 na Universidade Federal de Uberlândia. Entretanto, Duarte (2010, pp. 58–63), apenas apresenta o modelo de Martins, sem proceder qualquer tipo de avaliação.

2. O modelo

O objetivo da formalização elaborada por Martins, que passamos a apresentar aqui, consiste em demonstrar “[...] que a teoria da superexploração do trabalho, elaborada por Ruy Mauro Marini, não apenas é compatível, mas exige, para o seu pleno desenvolvimento, a introdução do progresso técnico e do dinamismo tecnológico nas sociedades capitalistas [...]” (MARTINS, 2011, p. 292) – em outras palavras, procura combater a ideia equivocada de que a categoria da superexploração estaria relacionada com o mais-valor absoluto em sociedades onde não era possível ampliar o mais-valor pela via relativa.

Nesse sentido, o autor busca formalizar a superexploração a partir das indicações teóricas presentes em “Mais-valor adicional e acumulação de capital”, de Marini (1979). Nesse texto, Marini apresenta a ideia de que a transferência de mais-valor adicional entre setores produtivos leva as economias capitalistas a se concentrarem na produção de bens suntuários. A partir daí, Martins constrói um modelo com quatro equações principais, no qual destaca a transferência de mais-valor entre os setores de produção conforme o grau de produtividade.

A primeira equação do modelo de Martins (2011, p. 288) “[...] descreve o preço de produção de um capital que produz nas condições médias e que, portanto, não sofre de perda de mais-valor para a concorrência [...]”. Sendo c e v ,

respectivamente, o capital constante e variável, m o mais-valor criado “[...] por um determinado capital e que se reflete em sua estrutura de preços [...]”, e p a “[...] massa de valor expressa sob a forma preço” (MARTINS, 2011, pp. 288-289), temos:

$$c + v + m = p \quad (1)$$

Já a segunda equação “[...] descreve uma situação na qual a perda da massa de mais-valor de um determinado capital é função da variação da composição técnica média em relação a sua produtividade [...]” (*idem ibidem*), ou seja, é função da elevação da produtividade em outro setor, e é dada por:

$$(c + v + m) - y = \frac{p}{x} \quad (2)$$

Nessa equação, a variável y expressa o montante de mais-valor que esse referido capital transfere para aquele mais produtivo ou, nas palavras de Martins (*idem ibidem*), a “[...] depreciação que incide sobre determinado capital”. Já o denominador x busca expressar a diferença entre a produtividade interna desse capital e a produtividade externa (ou seja, do capital que se apropria de y), tal como estabelecido pela seguinte equação:

$$x = \lambda - w + r \quad (3)$$

Onde λ refere-se à “produtividade externa acrescentada de sua variação” e w (sempre igual a 1) representa a produtividade interna constante do setor expropriado. Sobre a equação 2 e sua

“evidente e absoluta” determinação da compensação à perda de mais-valor, Martins (*ibidem*, p. 289) comenta:

[...] Aqui, a introdução de progresso técnico no espaço de circulação das mercadorias dos países dependentes, através do investimento direto, da importação de tecnologia ou da mera concorrência internacional, cria uma depreciação no valor da grande massa de trabalho desses países. Nessa equação, demonstra-se como o diferencial de produtividade entre estruturas de produção capitalistas significa, para o capital desfavorecido, uma perda de mais-valia.

A terceira equação de seu modelo demonstra o que ocorre com o capital que observa uma elevação de sua produtividade, ou seja, com o capital que absorve um mais-valor adicional advindo daquele indicado pela equação 2.

$$(c + v + m)z = p + m' \quad (4)$$

A variável z presente na equação 4 equivale ao λ da equação 3 (ou seja, equivale a x), uma vez que representa a ampliação da produtividade observada por esse setor. Já m' refere-se, nas palavras de Martins (*idem ibidem*), à “[...] mais-valia criada com a variação da produtividade interna”.

A quarta e última equação “[...] indica a tentativa do capital expropriado de reagir à perda de mais-valia [...]” (*ibidem*, p. 288), e evidencia “[...] a compatibilidade do progresso técnico pelas

estruturas capitalistas desfavorecidas no processo de concorrência capitalista [...]”:

$$(c + v + m)z - y = \frac{pz}{x'} \quad (5)$$

Ou, na forma alternativa apresentada pelo autor⁴:

$$(c + v + m)z - y = \frac{p + m'}{x'}$$

Nessa equação, o capital até então expropriado gera uma elevação de sua produtividade correspondente à variável z , que o autor limita a 50% da elevação da produtividade observada no setor representado pela equação 4. De modo similar a x , a variável x' expressa a relação entre as produtividades interna e externa:

$$x' = \lambda - z + r$$

Das equações 2 e 4, Martins desvenda a magnitude do mais-valor que é expropriado do setor menos produtivo (y) e o mais-valor produzido com a variação da produtividade (m'), respectivamente:

$$y = p - \frac{p}{x} \quad (6)$$

$$m' = pz - p \quad (7)$$

E a partir da análise da equação 5, Martins (*ibidem*, pp. 289–290) conclui que “[...] os

4 Conforme versão original apresentada por Martins (1999a, 1999b). Essa fórmula resulta da substituição de z por $\frac{m'}{p} + 1$, tal como se depreende da equação 4. Vale ressaltar que às versões posteriores desse trabalho apresentam um erro nesse ponto. Na versão de 2009, essa equação aparece como: $(c + v + m)z - y = p + \frac{m'}{x}$ enquanto que no livro publicado em 2011, ela é apresentada da seguinte forma: $(c + v + m)z - y = p + \frac{m'}{x}$. Apenas a equação da versão original está correta.

capitais, que sofrem depreciação de sua mercadoria, somente conseguem neutralizar a perda de mais-valia quando conseguem elevar sua composição técnica do capital em pelo menos 50% do aumento ocorrido no capital concorrente [...]”. Chega a essa conclusão ao constatar que “[...] a partir de qualquer exemplo numérico, verifica-se que m' e y equivalem-se, resultando em anulação mútua da depreciação sofrida e da mais-valia gerada pelo capital em questão [...]” (*ibidem*, p. 290).

E onde entra a superexploração? Para Martins, essa situação, descrita na equação 5, constitui “[...] o limite técnico a partir do qual atua a superexploração e a *articula organicamente com a situação de dependência* [...]” (*idem ibidem* – grifo do autor). Em um caso no qual essa elevação da produtividade interna (suposta em 50%) cause uma ampliação da composição orgânica do capital expropriado, parte do mais-valor adicional gerado (m') seria convertido em capital constante (c), tornando $y > m'$, processo que “[...] ativaria as condições de atuação da superexploração do trabalho” (*ibidem*, p. 291). Compreendemos assim que, pelo argumento de Martins, nessa situação, a superexploração complementar o mais-valor adicional para restabelecer a igualdade $y = m'$.

Martins lança mão de um exemplo numérico para as equações 2 e 5 com o intuito de elucidar o funcionamento de seu modelo. Para a equação 2, explica:

Numa primeira situação, um capital A e um capital B partem das condições médias de produtividade em um momento (t_1). Supõe-se que, uma vez decorrido um período (Δt), o capital B não gere qualquer dinâmica tecnológica e apenas mantenha a sua produtividade anterior; e que o capital A aumente a sua produtividade em 100% em exata equivalência com a variação das condições médias de produtividade que determinam o valor. Dessa forma: $w = u = r$. Sabendo-se que $c = 500$; $v = 200$; $m = 300$; $p = 1.000$, teríamos ainda que: $\lambda = 1 + 100\% = 2$; $x = 2$. Portanto, neste caso, utilizando-se a equação [2], teríamos que $y = 500$, o que representa a perda líquida de mais-valia do capital B, já que essa não seria compensada por nenhuma geração interna de mais-valia (m'), pois a variação endógena em z equivale a zero e torna $z = w$. (*ibidem*, p. 290)

Para a equação 5, apresenta:

Numa segunda situação, um capital A e um capital B partem também das condições médias de produtividade, em um momento (t_1). Entretanto, supõe-se que uma vez decorrido um período (Δt), o capital B gere uma dinâmica tecnológica própria, equivalente a 50% do aumento de produtividade do capital A, que, por sua vez, aumenta a sua produtividade em 100%, em exata equivalência à variação das condições médias de produtividade que determinam o valor. Tomando-se os mesmos valores para c , v , m , p , teríamos que: $x = 2$; $\lambda = 2$; $z = 1 + 50\% = 1,5$; $x' = 1,5$. Assim, o capital B geraria internamente um acréscimo em mais-valia (m') através da elevação de sua produtividade, de tal forma que $m' = 500$ – aceitando-se a suposição de que não haveria alteração do valor

em c . Todavia, ao situar-se abaixo das condições médias de produção do valor, o capital B sofreria uma perda de mais-valia (y), calculada na equação [5], onde $y = 500 = m'$, neutralizando a geração do acréscimo de mais-valia. (*ibidem*, pp. 290–291)

E, desse modo, “[...] fica, então, demonstrada formalmente a ocorrência da superexploração [...]” (DUARTE, 2010, pp. 62–63).

3. Os equívocos do modelo

Após apresentar o modelo de Martins, é necessário procedermos a uma avaliação crítica. Percebemos que seu modelo consiste em um acúmulo de equívocos tão amplos que dificulta sua análise. Apresentaremos os mais relevantes desses equívocos, dividindo-os em dois grupos. Primeiro, os equívocos formais, que consistem em problemas de especificação, inconsistências e demais erros resultados de uma inadequada aplicação da linguagem matemática. O segundo grupo consiste nos equívocos de fundamento, relacionados com uma compreensão inadequada dos princípios teóricos que o autor tenta utilizar ao criar seu modelo. Começamos apresentando os equívocos formais.

Primeiro, apesar de afirmar que seu modelo consiste na formalização matemática do conceito de superexploração do trabalho – que, nos termos de Marini (1981), consiste no fato da remuneração do trabalhador ser inferior ao valor da força de trabalho –, o autor apresenta-nos

uma elaboração que exclui as variáveis “valor da força de trabalho” e “salário”⁵. Por ignorar as variáveis mais significativas do fenômeno, seu modelo não poderia atingir o objetivo ao qual se propôs.

Segundo, seu modelo também não é adequado para evidenciar a transferência de mais-valor entre os setores produtivos que ocorre com a formação dos preços de produção, pois, ao contrário do que afirma Martins (2011, p. 288), o autor não trabalha com as fórmulas dos preços de produção de Marx. A equação $c + v + m$ refere-se ao valor das mercadorias, enquanto que o preço de produção de um determinado setor deveria ser expresso por uma das seguintes equações⁶:

$$k + l = p$$

$$k + rk = p$$

$$k \cdot (1+r) = p$$

$$c + v + l = p$$

$$c + v + r(c+v) = p$$

$$(c+v) \cdot (1+r) = p$$

Nessas equações, o preço de produção de um setor é determinado acrescentando-se ao preço de custo (k ou $c + v$) uma massa de lucro (l) que

5 Por outro lado, seu modelo inclui o capital variável, o que poderia indicar que o autor pretende tratar do valor da força de trabalho em um nível agregado. Mas, ainda assim, faltaria incluir a massa de salários paga aos trabalhadores.

6 Para simplificar, estamos considerando todo o capital constante como circulante

corresponde à aplicação da taxa média de lucro (r) sobre o capital adiantado. A diferença entre o preço de produção e o valor da mercadoria – que se resume a: $(m - rk)$ – expressa o montante de mais-valor que um determinado setor envia/ recebe para os demais.

Portanto, para observar a transferência de mais-valor via preços de produção, seria necessário incluir no modelo uma variável referente à taxa de lucro ou massa de lucro, ambas ausentes da formulação de Martins.

Terceiro, a equação 2 apresentada por Martins permite que a massa de mais-valor transferida para outros setores seja maior do que a massa gerada pelo próprio setor, evidenciando um erro de especificação. No próprio exemplo numérico dado pelo autor, o referido setor gera um mais-valor de 300, enquanto envia 500 para o setor mais produtivo, levando-o a uma taxa de lucro negativa de -28,57%.

Quarto, a massa de mais-valor adicional recebida pelo setor da equação 4 (m') não coincide com a massa de mais-valor deduzida do setor da equação 2 (y), indicando uma inconsistência interna do modelo. Na formalização de Martins, a ampliação da produtividade gera para o setor inovador um mais-valor adicional diferente daquele que absorve do setor expropriado. Vejamos.

Para a equação 2 temos:

$$(c + v + m) = \frac{p}{x} + y$$

Enquanto que para 4, temos:

$$(c + v + m) = \frac{p + m'}{z}$$

Igualando as duas equações e considerando que tanto o x quanto z são iguais a λ , temos:

$$\frac{p}{\lambda} + y = \frac{p + m'}{\lambda}$$

Portanto:

$$y = \frac{m'}{\lambda}$$

Ou seja, o mais-valor transferido (y) corresponde apenas a uma parcela do mais-valor gerado pela ampliação da produtividade (m'), parcela tão menor quanto maior for a ampliação da produtividade do setor mais avançado (λ).

Quinto, a equação 5 não expressa uma igualdade, ou seja, seus dois termos não são equivalentes. Isso pode ser verificado por um exemplo numérico distinto do utilizado por Martins. Considerando a variação da produtividade externa em 300%, a variação da produtividade interna conforme estabelecida pelo autor (50% da ampliação da produtividade externa, ou seja, 150%), e mantendo os mesmos dados para c , v e m , temos $\lambda = 4$, $z = 2,5$, $x' = 2,5$ e $y = 750$. Substituindo esses dados na equação 5, temos:

7 Sendo que as variáveis z e m' dessa equação não seriam as mesmas das presentes na equação 4.

$$(500 + 200 + 300) \cdot 2,5 - 750 = \frac{1.000 \cdot 2,5}{2,5}$$

O resultado é $1.750 = 1.000$, um claro equívoco.

Para que essa equação expresse uma igualdade, deve ser apresentada como segue⁷:

$$(c + v + m)z - y = \frac{p}{x'} + m'$$

Sexto, a conclusão que Martins chega resulta primordialmente do exemplo numérico que ele utiliza. A principal conclusão de Martins é que um setor expropriado deve ampliar sua produtividade em 50% da variação da produtividade do setor expropriador para anular o efeito de transferência de mais-valor. Isso significa $m' = y$ sempre que a seguinte condição for respeitada:

$$\frac{(z - 1)}{(\lambda - 1)} = 50\%$$

De tal modo que:

$$z = \frac{\lambda + 1}{2} \quad (8)$$

Entretanto, partindo das equações 6 e 7, vemos que a condição de igualdade entre y e m' é dada por:

$$p - \frac{p}{\lambda} = pz - p$$

$$1 - \frac{1}{\lambda} = z - 1$$

$$z = 2 - \frac{1}{\lambda} \quad (9)$$

Resgatando o exemplo numérico que propusemos, vemos que, respeitando a condição de elevação da produtividade interna imposta por Martins, os valores de m' e y não são equivalentes:

$$y = 1.000 - 1.000 / 4 = 750$$

$$m' = 1.000 \cdot 2,5 - 1.000 = 1.500$$

Contudo, supondo uma elevação da produtividade interna conforme a equação 9, teríamos $z = 1,75$ e, conseqüentemente:

$$m' = 1.000 \cdot 1,75 - 1.000 = 750$$

Martins não percebe esse problema, pois os únicos valores para λ que permitem a z atender simultaneamente às condições estabelecidas pelas equações 8 e 9 – *i.e.*, atender à sua suposição equivocada e à restrição matematicamente correta para a elevação da produtividade no setor expropriado – são 1 (ou seja, situação quando não há variação na produtividade externa) e 2 (quando a variação na produtividade externa é de 100%, como, por acaso, no exemplo utilizado por Martins).

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que, do ponto de vista formal, a falta de sentido nas elaborações matemáticas de Martins só o leva a concluir alguma coisa devido aos exemplos numéricos que emprega.

Passemos agora aos equívocos teóricos fundamentais. Esses derivam, sobretudo, da aceitação acrítica da teoria exposta por Marini em “Mais-valor adicional e acumulação de capital”, tornando a interpretação de Martins um contrasenso teórico tanto quanto o é aquela. Vejamos os principais problemas.

Primeiro, Martins parte da ideia, difundida por Marini, de que o mais-valor adicional (ou extra) consiste na apropriação de valor entre setores conforme seu grau de produtividade. Como o próprio Martins (2011, pp. 286–287) afirma: “[...] nosso modelo partirá da situação mais avançada descrita por Marini, referente à ação da mais-valia extraordinária [ou mais-valor adicional] entre setores produtivos [...]”. Martins (*ibidem*, p. 240 – grifos nossos) explica o que compreende pela transferência de mais-valor adicional entre setores:

[...] é necessário mencionar que a mais-valia extraordinária pode se fixar no âmbito de um ramo produtivo ou entre os ramos produtivos. Quando se fixa no ramo, ela significa um diferencial de produtividade que favorece um grupo de capitais particulares que possuem uma produtividade superior à sua média. *Quando se fixa entre os ramos, significa que um determinado ramo possui um nível de produtividade superior à média da economia e se beneficia em detrimento dos demais.*

Contudo, o mais-valor adicional, que deriva da divergência entre a força produtiva do trabalho de distintos produtores, é fenômeno que existe somente dentro de um mesmo setor produtivo. Isto é um resultado do duplo caráter do trabalho: afinal, para Marx, a produtividade é uma propriedade do caráter concreto do trabalho e não interfere nos resultados gerados pelo seu caráter abstrato. Afirma:

[...] Naturalmente, a força produtiva é sempre a força produtiva de trabalho útil, concreto, e determina, na verdade, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num dado período de tempo. O trabalho útil se torna, desse modo, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos em proporção direta com o aumento ou a queda de sua força produtiva. Ao contrário, por si mesma, uma mudança da força produtiva não afeta em nada o trabalho representado no valor. [...] Assim, o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menor quando ela diminui [...]. (MARX, 2013, p. 123)

É como resultado dessa distinção entre os efeitos dos caracteres concreto e abstrato do trabalho que surge o fenômeno do mais-valor adicional. Expliquemos.

Um produtor individual que aumente a produtividade de seu trabalho para além da média de seu setor – *i.e.*, para além da média de todos os outros que realizam o mesmo trabalho concreto –, produzirá mais valores de uso que seus concorrentes em um mesmo tempo, e trocá-los-á por produtos que representam mais tempo de trabalho do que aquele que ele mesmo dispendeu na produção. Mas se uma produtividade mais elevada não implica produção de mais valor, como esse produtor consegue se apropriar

de mercadorias que valem mais do que as que produziu? Isso é possível, como nos esclarece Marx (*ibidem*, p. 392), pois “[...] o valor efetivo de uma mercadoria não é seu valor individual, mas seu valor social, isto é, ele não é medido pelo tempo de trabalho que ela de fato custa ao produtor em cada caso singular, mas pelo tempo de trabalho socialmente requerido para sua produção”.

Embora a mercadoria individual desse produtor singular contenha menos tempo de seu trabalho, ela é vendida conforme a produtividade média de seu setor. Ao elevar sua produtividade, esse produtor eleva em pequena medida a produtividade média de seu setor de modo que todos os demais passarão a produzir abaixo desta na mesma medida em que ele produz acima. O que ele ganha de mais-valor adicional, perdem os demais. E ainda, supondo que se mantenha constante a quantidade de horas trabalhadas pela soma desses produtores, aumentar-se-ia, nesse caso, a massa de valor de uso sem elevar a grandeza do valor gerado. A sociedade como um todo gastaria o mesmo montante de dinheiro que antes para adquirir uma quantidade maior de mercadorias, fazendo essa divergência de produtividade aparecer como uma transferência de valor interna ao setor em questão.

Desse modo, uma alteração no grau de produtividade do trabalho não gera efeitos para

além de um mesmo setor. Afinal, ressalta Marx (*ibidem*, p. 123), “[...] como a força produtiva diz respeito à forma concreta e útil do trabalho, é evidente que ela não pode mais afetar o trabalho, tão logo se abstraia dessa sua forma concreta e útil [...]”. Dizer que um determinado capital A é mais produtivo do que um capital B significa dizer que A produz uma maior massa de produtos para uma dada unidade de tempo do que o faz B. Tal comparação, que se feita dentro de um mesmo setor produtivo serve para evidenciar o mais-valor adicional, ao se aplicar a distintos ramos da produção, é completamente exaurida de sentido.

A quantidade de mercadorias que se produz por unidade de tempo em cada ramo é magnitude ligada às propriedades físicas inerentes de cada tipo de produto. São essas propriedades físicas que fazem com que, por exemplo, o setor produtor de alfinetes seja mais “produtivo” – ou seja, gere uma quantidade maior de valores de uso por unidade de tempo – do que o setor automotivo. O tempo que se dispense na produção de um único automóvel popular é suficiente para que se produza mais de quatro milhões de alfinetes niquelados de qualidade superior. Essa maior “produtividade” da indústria de alfinetes não lhe permite se apropriar de mais-valor adicional da indústria de automóveis, mas apenas se patenteia no fato de que o valor de um automóvel é cerca de 4 milhões de vezes maior do que o valor de um alfinete.

O equívoco de Martins explica-se pelo fato de confundir o aumento da produtividade do trabalho com um de seus efeitos: a elevação da composição orgânica do capital. Esses dois conceitos possuem, para Marx, forte relação entre si, uma vez que a elevação da quantidade de valores de uso produzido por um determinado trabalho concreto tem como pressuposto e consequência uma manipulação maior de meios de produção (MARX, 2013, pp. 698–699). E como a divergência na composição orgânica de distintos setores está na raiz da transferência de valor que resulta do processo de formação dos preços de produção, Martins atribui esse fenômeno à produtividade do trabalho (e ao mais-valor adicional).

Contudo, é preciso observar que: a) a relação que Marx estabelece entre composição orgânica e grau de produtividade não é unívoca, uma vez que esse mesmo autor admite a existência de processos que podem reduzir a composição orgânica do capital enquanto se mantém, ou até mesmo se eleva, a produtividade do trabalho⁸; e b) o elemento que está por trás da transferência de valores entre setores como resultado da formação dos preços de produção não é a produtividade do trabalho (concreto), mas a distinção da taxa de lucro média de cada setor – e para a determinação desta pesam outros elementos que podem reduzir a importância da composição orgânica setorial do capital⁹.

Segundo, essa interpretação de Martins sobre a transferência de mais-valor adicional entre setores evidencia sua incompreensão quanto ao significado dos próprios conceitos de grandeza do valor e, portanto, valor. Para o autor, o valor social de uma mercadoria possui determinações que extrapolam o próprio setor, de modo que assume a possibilidade de que, em determinado setor, o valor individual de todas as mercadorias seja inferior ao seu valor social¹⁰. Com isso, os setores “mais produtivos” seriam capazes de manter taxas de lucro mais elevadas do que a média, mesmo após a formação dos preços de produção, determinando toda a dinâmica que culminaria na superexploração do trabalho.

Martins não percebe que, de acordo com a teoria marxista, se todos os produtores de um determinado setor elevarem a produtividade de seus trabalhos na mesma medida, igualando-os com uma nova média setorial mais elevada que a anterior, será mantida a equivalência entre o valor individual e social das mercadorias. Esse setor produziria, então, uma maior quantidade

8 São os casos, por exemplo, de alguns dos fatores contrários à tendência decrescente da taxa de lucro – tal como a ampliação da taxa de exploração, ou a redução do preço do capital constante –, e das inovações que economizam capital constante.

9 Tais como a proporção do capital fixo em relação ao capital constante total, o tempo de rotação do capital etc.

10 Por exemplo, quando afirma que “[...] as mercadorias constituídas de bens-salários, ao manterem o seu valor social apesar da redução do valor individual, não encontram demanda para sua realização, pois expressam-se em uma maior massa física de produtos” (MARTINS, 2011, p. 279).

de valor de uso sem que quaisquer de seus integrantes se apropriassem de quantidade maior de valor.

Terceiro, o processo que Martins analisa não gera a divergência entre taxas de lucro setoriais, fundamental para sua explicação sobre o fenômeno da superexploração do trabalho. O autor quer demonstrar que, com a *redução da taxa de lucro para abaixo da média internacional*, os capitalistas dos países dependentes possuem um motivo a mais para buscar ampliar a taxa de mais-valor, lançando mão da superexploração. Entretanto, a transferência de mais-valor descrita por Martins ocorre devido ao processo que *equaliza as taxas setoriais de lucro*, de modo que a remuneração do capital tanto no centro quanto na periferia seria dada em uma mesma medida (mesma taxa de lucro).

O deslize do autor explica-se pelo fato de que, embora tenha se pautado nos desenvolvimentos de Marini presentes em “Mais-valor adicional e acumulação de capital”, Martins ignora as causas do processo de transferência de valor entre centro e periferia apresentado por aquele, em “Dialética da Dependência”, sob o nome de “troca desigual”. Neste texto, o intercâmbio desigual resulta da atuação de dois mecanismos relacionados com a forma como se fixam os preços de produção e os preços de mercado das mercadorias.

O primeiro, que atua dentro de uma mesma esfera de produção, resulta das divergências entre o grau de produtividade do trabalho existente entre as nações centrais e periféricas – ou seja, ao fenômeno do mais-valor adicional. O segundo mecanismo atua entre diferentes esferas de produção e apresenta, para o autor, um caráter de transgressão das leis de intercâmbio. Marini refere-se ao poder de monopólio exercido entre nações:

[...] o mero fato de que umas produzam bens que as demais não produzem, ou não podem produzir com a mesma facilidade, permite que as primeiras evitem a lei do valor, quer dizer, que vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual [...] (MARINI, 1981, p. 34 – tradução própria).

Com isso, ao burlar a lei do valor por meio do poder de monopólio, sustentando preços de mercado que divergem dos valores (ou dos preços de produção), os países centrais encarecem as importações das economias periféricas, fazendo com que essas cedam gratuitamente uma parte do valor que produzem para aqueles.

Portanto, Marini não faz referência, quando expõe sua versão sobre a “troca desigual”, ao processo de formação dos preços de produção e, exatamente por isso, consegue concluir que: “a transferência de valor é uma transferência de mais-valor que se apresenta, do ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valor e, por

fim, da taxa de lucro [...]” (*ibidem*, p. 37 – tradução própria).

Assim, ignorando a teoria da “troca desigual”, Martins tenta formalizar a superexploração de Marini por meio de um modelo que elimina o sustentáculo da motivação dos capitalistas da periferia de buscar essa forma específica para ampliar a taxa de exploração, i.e., a divergência nas taxas de lucro entre países.

4. Conclusão

Propusemo-nos, no presente trabalho, a refutar a tentativa de formalização da superexploração do trabalho realizada por Carlos Eduardo Martins em “Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência”.

Iniciamos nossa tarefa por meio de uma exposição do modelo do autor. Vimos que Martins tem por intuito demonstrar que a superexploração do trabalho é compatível com o desenvolvimento das forças produtivas nas nações dependentes, ao evidenciar que, mesmo após buscar compensar a transferência de mais-valor por meio da aplicação do progresso técnico, os capitalistas da periferia só alcançariam esse objetivo ao lançarem mão daquela forma particular de ampliar a taxa de exploração.

Em seguida, apresentamos alguns dos numerosos equívocos de seu modelo, focando-nos

apenas naqueles suficientes de mostrar a inviabilidade de sua proposta. Dividimos esses equívocos entre formais – relacionados com uma inadequada utilização da linguagem matemática – e de fundamento – derivados de uma compreensão inadequada das categorias marxistas.

Com relação aos equívocos formais, pontuamos que: 1) o autor não apresenta em seu modelo as duas variáveis fundamentais para tratar da superexploração do trabalho (valor da força de trabalho e salários); 2) o autor não utiliza equações que expressam os preços de produção, tal como afirma; 3) seu modelo não limita o mais-valor transferido por um setor pelo mais-valor gerado pelo mesmo; 4) o mais-valor que o setor expropriado transfere pode ser diferente do mais-valor absorvido pelo setor expropriador; 5) há uma equação de seu modelo que não expressa uma igualdade; 6) as conclusões do autor fundamentam-se, exclusivamente, pelo exemplo numérico que utiliza, sendo que qualquer outro conjunto de dados não lhe permite alcançar o mesmo resultado.

No que tange aos equívocos de fundamentos, ressaltamos: 1) o autor parte da ideia de que o mais-valor adicional pode atuar entre diferentes ramos da produção; 2) não há uma compreensão adequada com relação à determinação do valor das mercadorias em um determinado setor e a como essa determinação se relaciona com

a produtividade do trabalho; 3) Martins não compreende que o processo de formação dos preços de produção resulta da equalização das taxas de lucro setoriais, de modo que o mesmo não enseja nenhuma necessidade de compensação por parte dos capitalistas dos setores “expropriados”.

Diante dessas imprecisões, é possível notar que, mesmo que Martins não houvesse incorrido nos numerosos erros em sua formulação algébrica, não seria possível elaborar um modelo matemático para demonstrar sua argumentação, pois ela parte de uma compreensão equivocada da teoria marxista. Ou seja, independente da veracidade ou não de sua conclusão, o caminho que estabelece para alcançá-la não é adequado.

Com isso, concluímos que, embora seja possível dizer que o sociólogo Carlos Eduardo Martins desempenhou um papel significativo ao iniciar o resgate crítico da Teoria da Dependência no final da década de 1990, é preciso reconhecer os limites de sua contribuição para o desenvolvimento da categoria “superexploração” de Ruy Mauro Marini.

Bibliografia

AMARAL, Marisa Silva. “Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência”. In: V Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. *Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels*. Campinas, 2007.

_____. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese de Doutorado em Economia – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMARAL, Marisa Silva & CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente”. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime & LUCE, Mathias Seibel (Org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da de-pendência*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 87–102.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Interpretações sobre o Brasil”. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes/Fipe, 1997, pp. 17–69.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “(Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho”. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Desenvolvimento e de-pendência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013, pp. 71–97.

CONWAY, Dennis & HEYNEN, Nikolas. “Dependency theories: from ECLA to Andre Gunder Frank and beyond”. In: DESAI, Vandana & POTTER, Robert B. (Org.). *The companion to development studies*. London: Hodder Education, 2008, pp. 92–96.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. *Superexploração da força de trabalho e política sindical no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Economia – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

KELLY, Robert E. “No ‘Return to the State’: Dependency and Developmentalism against Neo-Liberalism”, *Development in Practice*, London, v. 18, n. 3, Jun. 2008, pp. 319–332.

LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria*. Tese de Doutorado em História – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. “A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente”. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013, pp. 145-165.

MANTEGA, Guido. “O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes”. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes/Fipe, 1997, pp. 107–158.

MARINI, Ruy Mauro. “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital.”, *Cuadernos Políticos*, México, n. 20, abr. 1979, pp. 18–39.

_____. *Dialéctica de la dependencia*. 5. ed. México: Era, 1981.

MARTINS, Carlos Eduardo. “Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 5, dez. 1999a, pp. 121–138.

_____. “Superexploração do Trabalho e Acumulação de Capital: Reflexões Teó-rico-Metodológicas sobre o Pensamento de Ruy Mauro Marini”. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 1999, Porto Alegre. *Anais do IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Porto Alegre: SEP, 1999b.

_____. *Globalização, Dependência e neoliberalismo na América Latina*. Tese de Doutorado em Sociologia – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. “A Superexploração do Trabalho e a Economia Política da Dependência”. In: MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrián Sotelo. (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009, pp. 189–216.

_____. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrián Sotelo. “A Teoria da dependência e o pensamento econômico brasileiro – crítica a Bresser e Mantega”. In: III Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 1998, Niterói. *Anais do III Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói: SEP, 1998, pp. 416–431.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política; livro primeiro – o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRADO, Fernando Correa. “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”, *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2011, pp. 68–94.

SANTANA, Pedro Marques de. *Dependência e superexploração do trabalho no capita-lismo contemporâneo*. Brasília: Ipea, ABET, 2013.

TOPIK, Steven. “Dependency Revisited: Saving the Baby from the Bathwater”, *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks, v. 25, n. 6, Nov. 1998, pp. 95–99.

VELASCO, Andrés. “Dependency Theory”. *Foreign Policy*, Washington, n. 133, 1 nov. 2002, pp. 44–45.

VLEIENHART, Arjan. “Bringing Dependency Back” In: The Economic Crisis in Post-socialist Europe and the Continued Relevance of Dependent Development. *Historical Social Research / Historische Sozialforschung*, Mannheim, v. 35, n. 2 (132), 1 Jan. 2010, pp. 242–265.

CARLOS EDUARDO MARTINS

ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DO CONCEITO DE
SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Recebido em 11/2017

Aprovado em 11/2017

ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DO CONCEITO DE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Resumo

Este artigo revisita o conceito de superexploração do trabalho a partir da polêmica aberta por Rodrigo Franklin sobre a tentativa de formalização da superexploração do trabalho em um artigo publicado originalmente em 1999 na Revista da SEP. Após debater criticamente os argumentos do polemista, propõe reformulações exploratórias para formalizar a superexploração do trabalho e algumas alterações na definição do conceito.

Palavras chave: Superexploração do trabalho; Ruy Mauro Marini; marxismo

Abstract

This article revisits the concept of super-exploitation of work from the controversy opened by Rodrigo Franklin on the attempt to formalize the super-exploitation of work in an article originally published in 1999 in the SEP Journal. After critically discussing the arguments of the polemicist, it proposes exploratory reformulations to formalize the super-exploitation of work and some changes in the definition of the concept.

Keywords: Super-exploitation of work; Ruy Mauro Marini; Marxism

CARLOS EDUARDO MARTINS

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ)

I. Introdução

O artigo *Superexploração do trabalho e Acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência* foi

escrito em 1999, para a Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, e incorporado posteriormente em outros trabalhos mais amplos, sem maior revisão analítica. O objetivo, ao escrevê-lo, foi o de avançar em um campo inexplorado que é o da formalização matemática da superexploração do trabalho no campo da teoria do valor marxista, partindo dos marcos analíticos elaborados por Ruy Mauro Marini ao longo de sua obra. Trata-se, portanto, de um texto de caráter exploratório, uma vez que não havia precedentes desta incursão, cuja intenção era a de suscitar um debate sobre um tema que consideramos necessário ao avanço deste enfoque.

O convite da SEP para voltar à discussão deste tema 18 anos depois demonstra a difusão que a obra de Ruy Mauro Marini assumiu no Brasil e na América Latina desde então, e trata-se de uma ótima oportunidade para recolocar questões formuladas anteriormente, sublinhando e aprofundando seus aspectos fundamentais e retificando alguns encaminhamentos quando necessário. Sobre isto, é importante pontuar três questões:

a) A releitura do artigo evidencia algumas inconsistências na tradução do marco teórico-analítico em linguagem matemática. Estas inconsistências precisam ser corrigidas para a simulação adequada das condições específicas em que atua a superexploração do trabalho. Entendemos que a simulação das transferências de valor intras-

setoriais e intersetoriais descritas por Marini contribuem para avançar, inclusive, na própria formulação do conceito de superexploração de trabalho;

b) As inconsistências da tradução do marco teórico em linguagem matemática não têm nenhuma relação com a crítica que Franklin faz ao meu texto. Franklin, ao invés de contribuir para elucidar o tema, parece querer lançar uma cortina de fumaça sobre ele, ao me imputar inexplicavelmente formalizações matemáticas que não elaborei e construções teóricas e analíticas que não encontram qualquer pertinência no meu trabalho, nem no de Ruy Mauro Marini. Seu texto faz lembrar o velho lema de um antigo personagem brasileiro, “eu não vim para explicar, mas para confundir”. A revisão por pares é um item indispensável para o desenvolvimento da ciência, que é compatível com revisões e retificações, mas dela não devem fazer parte a manipulação, adulteração e violação do pensamento que se quer revisar;

c) As necessidades de responder às acusações inadequadas feitas por Franklin ao meu artigo constituem um desvio de percurso em relação ao que realmente importa, e comprometem parte do esforço para desenvolver o primeiro item de nossas preocupações, razão pela qual, proximoamente, lhe dedicaremos um artigo específico que será incorporado nas edições para o inglês e o castelhano de Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina (MARTINS, 2011), que já se encontram em preparação. Todavia, adiantaremos aqui alguns dos seus elementos.

2. As críticas de formais Franklin

Franklin inicia seu texto apresentando-me, junto a outros autores, como uma das referências do debate contemporâneo sobre a dependência. Todavia, menciona que minha tentativa de contribuição para o estado da arte da teoria da dependência consistiria na malograda tentativa de formalização matemática do conceito de superexploração. Embora agradeça a deferência inicial de Franklin, sinto-me na obrigação de dizer que meus esforços analíticos junto à teoria marxista da dependência não se restringem a esta iniciativa exploratória de formalização.

Tenho me dedicado a algumas linhas de pesquisa, entre as quais cito: a articulação da teoria marxista da dependência com as análises do sistema mundo, buscando contribuir para a construção de uma teoria marxista do sistema-mundo e para um enfoque de longa duração da economia política da dependência; a análise dos novos padrões de acumulação da economia mundial contemporânea e do capitalismo dependente; o balanço do pensamento social latino-americano e seus debates; a revisão do conceito de superexploração do trabalho, ampliando suas categorias, para incluir nele o aumento do valor da força de trabalho, pela via da maior qualificação, sem a elevação salarial equivalente¹; e a atualização analítica dos ciclos específicos da dependência. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* busca

reunir estas diversas iniciativas, representando neste livro, a proposta de formalização matemática da superexploração do trabalho, um momento específico dentro do capítulo 6, dos sete capítulos que compõem o livro.

Franklin divide suas críticas ao meu trabalho em formais e de fundamento, termo que utiliza para referir-se às questões teóricas e qualitativas.

No que tange às questões formais, inicia seu ataque afirmando que o modelo que apresentei não possui duas variáveis fundamentais para situar a superexploração do trabalho: valor da força de trabalho e salários. Em seguida, faz a espantosa afirmação numa nota do seu texto: “seu modelo inclui o capital variável, o que poderia indicar que o autor pretende tratar do valor da força de trabalho em um nível agregado. Mas, ainda assim, faltaria incluir a massa de salários paga aos trabalhadores.”

Pergunto-me: a que será que Franklin imagina se referir o capital variável, senão ao valor da força de trabalho? E pelo que Franklin imaginaria representar a massa de salários paga aos trabalhadores, senão pelo capital variável? Pelo capital constante? Pelo mais-valor? Enfim,

¹ Curiosamente, Franklin, em sua tese de doutorado, afirma que, descartando-se o aumento de salários, a única forma de aumentar o valor da força de trabalho é através da variação da extensão e da intensidade da jornada de trabalho, ignorando a diferença entre trabalho simples e complexo e o tempo/quantidade de trabalho destinado à produção da força de trabalho na determinação de seu valor (FRANKLIN, 2015, p. 132).

trata-se de uma alegação sem nenhum fundamento lógico e empírico.

A segunda crítica de caráter formal que Franklin faz ao modelo apresentado é a de que este traz equações que se referem ao valor do produto e não ao preço de produção. Aponta que $c + v + m = p$ é substancialmente diferente de $K + l = p$ e outras opções que apresenta, entre elas, $c + v + l = p$. Mas vejamos isto mais de perto, uma vez que eu parti das seguintes condições para formular as equações: que o capital representado possui composição técnica média e atua nas condições médias de produção; e que, para fins de simplificação, foram descartadas as variações de preço de mercado, considerando-se a oferta igual à procura e, portanto, o preço de mercado igual ao preço de produção. Nestas condições específicas, pergunto-me, a que será que Franklin imagina representar m , se o mais-valor é igual ao lucro?

$C + v + m = p$ é exatamente igual a $K + l = p$ ou $k + kl = p$ sempre que a m for igual a l , isto é, a massa de mais-valor for igual à massa de lucro média correspondente ao preço de custo médio. A razão para incluirmos m como parte das fórmulas que apresentamos está justamente em mostrar como a taxa de lucro para os capitais particulares altera-se em função de transferências de valor fundadas em assimetrias de produtividade intrassetoriais e intersetoriais. Estas transferências de valor que tendem a desviar o

mais-valor do lucro para capitais particulares podem se dar no interior do ramo ou entre eles, violando ou não o nivelamento das taxas de lucro entre os ramos.

A terceira crítica de Franklin é de que na equação I - $(c+v+m) \cdot y = p/x$ haveria um erro de especificação, pois o mais-valor transferido para outros setores seria maior do que o gerado pelo próprio setor, que produziria um mais-valor de 300, contra o envio de 500, onde p/x , no exemplo numérico apresentado, $c = 500$, $v = 200$, $m = 300$ e $x = 2$, representa a queda de valor de um determinado capital a partir da desvalorização das mercadorias pelo capital que eleva a produtividade e determina os seus valores individuais. Em reforço ao suposto erro de especificação, aponta que a taxa de lucro no setor que transfere seria negativa em 28,57%.

Em relação a esta observação de Franklin, alguns comentários: o autor parece ser partidário da teoria do equilíbrio, recusando-se aceitar a tese de Marx exposta no capítulo 24, do livro I de *O Capital*, de que à acumulação primitiva de capitais, onde a violência é o elemento principal para expropriação de forças pré-capitalistas e trabalhadores, segue outra etapa, em que a própria aplicação da lei do valor é responsável pela expropriação, implicando na expropriação de capitalistas por capitalistas e na centralização de capitais. Assim, a sua suposição de que não poderia haver taxas de lucro negativas em

empresas e setores – implicando em elevação da jornada de trabalho e da intensidade de trabalho, ou cortes salariais como compensação, ou ainda quebras e liquidação de empresas como resultado – é estranha ao processo que Marx descreve de mundialização da lei valor. Outra inadequação que chama a atenção é a de Franklin considerar o mais-valor, no exemplo mencionado, restrito ao seu resultado líquido, isto é, 300, sem perceber que o capital constante é o mais-valor sob outras formas, e só se restitui no processo produtivo a partir da produção de mais-valor que não se especifica sob a forma de mais-valor líquido, isto é, aquele que se deduz da restituição do mais-valor acumulado sob a forma de capital constante.

A quarta crítica de Franklin é a de que a massa de mais-valor transferida ao setor da equação 4 $-(c + v + m)z - y = \frac{pz}{x'}$ não coincide com a deduzida do setor da equação 2 $-(c + v + m) - y = \frac{p}{x}$, significando que y é diferente de m' e revelando uma inconsistência interna no modelo. Franklin, então, se propõe a igualar equações diferentes chegando, obviamente, a resultados incompatíveis.

A equação 4 é diferente da equação 2 porque representa uma situação concreta distinta de diferencial de produtividade, sendo obviamente o y da equação 4 diferente daquele da equação 2. Todas as quatro equações representam situações concretas distintas e independentes que

não podem ser igualadas como quer Franklin, que, a partir daí, deriva as suas equações 5, 6, 7, 8 e 9 sem nenhuma correspondência com os supostos que especifiquei. Com base nisto, constrói uma equação 5 e me cobra seus resultados, como se esta estivesse no meu texto, para provar que 1750 não é igual a 1000.

A equação 3 descreve a obtenção de mais-valor extraordinário por um capital que determina as condições médias de produtividade, em função da elevação da sua composição técnica, o que envolve as suposições de que não haja desvalorização individual das mercadorias, de que estas se vendam e de que o setor tenha composição técnica superior aos demais para que se converta em lucro extraordinário. A equação 3 não tem nenhuma relação com a equação 2, nem há a pretensão de equivaler o m' ao y desta, que nem se encontra na equação 3, como quer Franklin. Na equação 4, da mesma forma que na equação 2, e ao contrário da equação 3, a produtividade média incide desvalorizando individualmente as mercadorias. No caso apontado, neutraliza a tentativa de obtenção de mais-valor extraordinário de um capital particular, cuja variação da produtividade poderia levá-lo a usufruir da situação 3, caso não houvesse a desvalorização individual do produto. Assim, não faz nenhum sentido encontrar m' pela variação da produtividade na equação 3 e inseri-lo como valor independente na equação 4, como quer o crítico em questão, uma vez que

se despreza o contexto relacional específico em que está inserido.

3. Os equívocos reais do modelo

O fato de as críticas de Franklin ao modelo serem improcedentes não significa, entretanto, que este esteja adequado aos objetivos a que se propõe. Se é verdade que na versão apresentada à Revista da SEP em 1999, e incorporada em um dos capítulos à tese defendida na USP em 2003, não havia qualquer menção a que o exercício de formalização algébrica trataria de transferências de valor entre setores, violando os preços de produção, posteriormente esta afirmação foi feita de forma equivocada. O texto de 1999 não menciona setores, mas capitais A e B. Todavia, na versão publicada em 2009 e 2011, esta afirmação foi feita de forma equivocada².

O que de fato este modelo apresenta, fundamentalmente, são variações do valor de mercado e a sua incidência sobre a taxa de lucro dos capitais de menor composição técnica em função da concentração da produtividade no setor de bens de consumo suntuário. A inadequação para representar as transferências que incidem sobre o preço de produção não tem nada a ver com a forma $c + v + m = p$, resguardadas as condições anteriormente assinaladas, nem com uma incapacidade de representar a transferência de mais-valor entre setores, independente dos preços de produção e do nivelamento das taxas de lucro, porque o fenômeno não existiria nem

no plano lógico e nem no empírico, como parece querer Franklin.

Há, entretanto, outra inadequação do modelo, na equação 4, presente também na versão de 1999. No denominador que reduz o valor de p , isto é, a massa de valor gerada pelo capital expropriado, deve estar o múltiplo que determina a redução do valor médio da mercadoria produzida e não o diferencial de produtividade entre o capital que determina a produtividade média e a do expropriado. Todavia, feita esta correção, descartar-se-ia, necessariamente, as conclusões de proporcionalidade entre capitais e sustentação da taxa de lucro que a equação sugeria.

Caberia, então, reformular amplamente os esquemas algébricos para representar as situações de transferências de mais-valor, formuladas por Ruy Mauro Marini, como determinantes da superexploração do trabalho. Estas envolvem transferências de mais-valor determinadas por situações monopolistas que incidem entre os ramos produtivos e no interior deles. A transferência de mais-valor entre os ramos produtivos é apenas um dos determinantes da superexploração do trabalho, combinando-se com o nivelamento das taxas de lucro mediante a

² Esta versão foi incorporada em *América Latina e os desafios da Globalização* (2009) e em *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2011)

constituição de situações monopolísticas dentro dos ramos produtivos.

Antes de avançarmos neste ponto, trataremos, entretanto, das objeções teóricas que Franklin imputa ao meu trabalho

4. As críticas analíticas de Franklin

As críticas de caráter teórico e analíticas de Franklin constituem, no geral, um conjunto de observações arbitrárias e sem conexão com os meus trabalhos e os de Ruy Mauro Marini, que não resistem à mínima leitura dos mesmos. Além disso, o crítico faz afirmações que limitam enormemente o alcance da teoria do valor marxista e a sua capacidade de teorizar a desigualdade e concentração de capitais, aproximando-a de uma teoria do equilíbrio.

Franklin, nessa parte de seu artigo, faz um conjunto de assertivas, que resumiremos a seguir:

- a) O mais-valor extraordinário não pode se fixar entre os ramos produtivos, significando a aceitação acrítica por mim, desta tese de Marini, um contrassenso teórico tanto quanto é aquela, uma vez que o mais-valor extraordinário só pode se fixar no ramo produtivo, pois a alteração da produtividade não gera efeitos além do mesmo setor;
- b) Para Ruy Mauro Marini, o mais-valor extraordinário fixa-se apenas entre os setores produtivos;
- c) Confundo a produtividade do trabalho com a composição orgânica do capital e atribuo as

transferências de valor entre ramos, via preços de produção, à primeira, quando o fenômeno que está por trás destas é a distinção da taxa de lucro média em cada setor. Neste tópico, o crítico pretende ensinar a obviedade de que a indústria de alfinetes, apesar de produzir mais valores de uso que a de automóveis, não se apropria de valor desta;

d) O fenômeno da superexploração do trabalho depende necessariamente da atuação do mais-valor extraordinário entre os ramos;

e) Os preços de produção, ao nivelarem as taxas de lucro, não geram nenhuma necessidade de compensação por parte dos setores “expropriados” (aspas de Franklin) e

f) Ruy Mauro Marini descarta, em *Dialética da Dependência*, o fenômeno dos preços de produção como parte das transferências de valor entre centro e periferia, e a troca desigual entre estas regiões explicar-se-ia pelos preços de mercado, fenômeno que eu descartaria

Quanto à afirmação de que o mais-valor extraordinário não pode se fixar entre ramos produtivos, impressiona que não haja nenhuma discussão de parte do crítico do argumento formulado por Marini, já que considera suficiente para descartá-lo, rotulá-lo de contrassenso e repetir trivialidades dos piores manuais sobre a economia política marxista. A assertiva de Franklin de que os diferenciais de produtividade não geram nenhum efeito fora do setor que o introduz só seria possível de ser sustentada se não houvesse entre os ramos produtivos nenhuma

relação de trocas, ou, em havendo, esta não resultasse em nenhum impacto na produção de valor fora do próprio setor.

Ora, o que Marini mostra é que, quando a produtividade se concentra nos setores de bens de consumo necessário e de maquinarias e equipamentos, a economia de força de trabalho ali instituída pela elevação da composição técnica do capital afeta a massa de valor produzida pelo ramo de bens consumo necessários, cuja realização depende, em parte, do capital variável daqueles setores. Assim, quanto maior a composição técnica do capital, isto é, a relação em valor, capital fixo /trabalhador, e sua concentração no segmento de bens de consumo suntuário e maquinaria e equipamentos, maiores serão os efeitos sobre a depreciação do valor das mercadorias que constituem bens de consumo necessário. Além deste efeito, podemos mencionar outro: a economia relativa de capital circulante, que a elevação da composição técnica gera, afeta também a realização e a massa de valor do segmento que produz matérias-primas e que destina grande parte de sua produção aos de maior composição técnica e orgânica do capital, depreciando também o valor de suas mercadorias.

Tais fenômenos fazem parte do intercâmbio desigual e da deterioração dos termos da troca entre setores produtivos. Ao ignorá-los, o crítico blinda o seu “marxismo” da possibilidade de

conhecer processos básicos constitutivos da economia mundial capitalista. Se é verdade que um dos aspectos da transferência de valor internacional é o monopólio, não ocorre ao crítico o porquê de os países centrais se especializarem justamente em produtos de bens consumo suntuário e com alta composição técnica do capital – aqueles que, dentro do modelo de equilíbrio de Franklin, seriam os mais propensos à queda da taxa de lucro, em razão da diminuição relativa do capital variável – caso não houvesse transferências de valor entre os ramos que fossem além dos preços de produção. Talvez por rechaçá-los, o crítico não entenda porque o Brasil não se tornou uma potência mundial tendo usufruído em sua história dos monopólios do café e da borracha, ou o Chile, do cobre, ou a Argentina, da carne, para citar alguns exemplos. Talvez também não entenda como a mudança de centro hegemônico da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, com outro nível de composição técnica do capital, afetou o mercado mundial de matérias-primas e colocou em crise as economias agroexportadoras.

Se é verdade que Marini menciona, em *Dialética da dependência*, a presença dos preços de mercados como mecanismos de transferência de valor, não os dissocia, entretanto, dos diferenciais de composição técnica do capital. Da mesma forma, é completamente absurdo mencionar que os preços de produção estão ausentes desta obra do autor, enquanto mecanismo de transferência

de valor entre centro e periferia que ativa a superexploração. Se o crítico fizesse uma leitura minimamente atenta deste pequeno e paradigmático livro, ao invés de se ater apenas às suas páginas iniciais, teria de integrá-lo efetivamente à exposição que faz do pensamento de Marini ao confrontar-se com trechos como este:

La transferencia de ganancias y, por ende de plusvalía, hacia los países industriales apunta en el sentido de la formación de una tasa media de ganancia a nivel internacional, liberando por tanto el intercambio de su dependencia estricta en relación al valor de las mercancías; en otros términos, la importancia que en la etapa anterior tenía el valor como regulador de las transacciones internacionales cede progresivamente lugar a la primacía del *precio de producción* (el costo de producción más la ganancia media, la cual, como vimos, es inferior a la plusvalía, en el caso de los países dependientes). Sólo entonces se puede afirmar que (a pesar de seguir estorbada por factores de orden extraeconómico, como por ejemplo los monopolios coloniales) la economía internacional alcanza su plena madurez y hace jugar en escala creciente a los mecanismos propios de la acumulación de capital.

Recordemos, para evitar equívocas que la baja de la cuota de ganancia en los países dependientes como contrapartida de la elevación de su composición orgánica se compensa mediante los procedimientos de la superexplotación. (MARINI, 1973, p. 90)

Como se vê aqui, ao contrário do argumento que o crítico imputa a Marini, de que a

superexploração depende necessariamente do mais-valor extraordinário entre os ramos, este já em 1973 parecia não concordar com ele. Para Marini, a queda da taxa de lucro e o afã de lucro estimulado pelo mercado mundial levam à busca de mecanismos de compensação que incidem sobre o valor da força de trabalho, pois o objetivo primordial do capital, em sua existência concreta, isto é, como contradição entre sua forma particular e síntese de múltiplos capitais, é o mais-valor extraordinário e não a taxa de lucro média, como quer o crítico e o seu modelo de equilíbrio perfeito marxista.

Sobre o tema do nivelamento das taxas de lucro, o nosso crítico parece ignorar uma dimensão fundamental. Acusa-me – não sei a partir de que trechos dos meus escritos, pois isto não está em parte alguma – de desconhecer que todos os capitais podem elevar a produtividade igualmente dentro do ramo e eliminarem, desta forma, em seu interior, o mais-valor extraordinário, mas desconhece o contrário, isto é, que o nivelamento das taxas de lucro pode impulsionar tanto o mais-valor extraordinário dentro do ramo – particularmente em formações sociais dependentes, onde a tecnologia entra aos saltos, impondo altos níveis de concentração de capital e heterogeneidade tecnológica –, como uma desvalorização das mercadorias superior à elevação da produtividade da grande maioria dos capitais particulares, quanto mais o valor de mercado se aproxime dos valores individuais do

segmento de composição técnica superior. Tal situação pode ativar os mecanismos de superexploração descritos por Marini, que se expressam na queda dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor.

Finalmente, é absolutamente estarrecedora a afirmação de que tomo a produtividade do capital como produtividade de valores de uso e não fundamentalmente como elevação da composição técnica e orgânica. Trata-se de um processo de manipulação grotesca do que escrevo, que não encontra base empírica em lugar algum. Todavia, ao negar transferências de valor, que não sejam pela via dos preços de produção ou preços de mercado, parece plausível que o crítico possa considerar iguais as taxas de lucro das indústrias de alfinetes e de automóveis na economia mundial, não representando a especialização, em cada uma delas, nenhum ônus ou bônus ao país que fizer sua escolha. O que ele não percebe é que, mais do que exprimir apenas fenômenos de preços de mercado, os diferenciais de taxas de lucro explicam-se pelo fato de que as barreiras para a migração de capital para os segmentos de composição superior são tecnológicas, e que estes se concentram na produção de mercadorias de consumo suntuário porque sua demanda é constituída fundamentalmente por mais-valor, que se expande com a própria introdução do progresso técnico. A partir desta base, atuam, até certo ponto, os preços de mercado.

5. Precisoões em busca de uma formalização da superexploração do trabalho

Em *Dialética da dependência*, Ruy Mauro Marini distingue duas grandes formas de exploração do trabalho, que são o aumento da capacidade produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalho. A primeira se estabelece pela elevação da produtividade do trabalho e pode conduzir ou não ao mais-valor relativo, dependendo do setor de incidência e das transferências de valor a que dá lugar; a segunda efetiva-se pela queda dos preços da força de trabalho por debaixo de seu valor, expressando-se pelo aumento da jornada e da intensidade de trabalho e/ou apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador. A maior exploração do trabalho, que o autor define como superexploração do trabalho, não se restringe a formas primitivas de desenvolvimento capitalista, e não somente pode se articular com o aumento da capacidade de trabalho, mas tende a se expandir com o aumento da composição técnica e orgânica do capital.

No conjunto de sua obra, Marini indica que a superexploração do trabalho é produto de transferências de valor oriundas de situações monopólicas que atuam entre os ramos produtivos e no interior destes. Essas situações, que resumiremos a seguir, são descritas em um conjunto de trabalhos do autor, onde se destacam *Subdesarrollo y revolución* (1969), *Dialética da*

dependência (1973), *Las razones del neodesarrollismo* (1978), *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital* (1979b) e *Procesos y tendencias de la globalización capitalista* (1996). São elas:

- a) O aumento da jornada de trabalho e/ou intensidade de trabalho em economias de baixa produtividade, como consequência da maior demanda absoluta de matérias-primas, devido ao aumento da composição orgânica do capital nos países centrais, situação que prevalece até 1870;
- b) O estabelecimento dos preços de produção que levam à queda das taxas de lucro no segmento exportador dos países periféricos – então ali superiores às do centro – e à ativação de mecanismos de maior exploração do trabalho para restituir os níveis anteriores;
- c) A introdução da tecnologia monopólica estrangeira preferencialmente no setor de bens de consumo suntuário e nos segmentos exportadores, mas não exclusivamente nestes, produzindo mais-valor e lucros extraordinários, e impulsionando a massa de capitais que emprega a maior parte da força de trabalho a buscar, na maior exploração do trabalho, os mecanismos para resistir à maior concentração de capitais;
- d) A queda do valor de mercado em direção aos níveis do valor individual do capital de composição superior no ramo, o que leva a massa de capitais que emprega a maior parte da força de trabalho a utilizar a maior exploração do trabalho para resistir ao avanço da centralização de capitais. A quebra de empresas, resultante do processo de centralização, contribui para a formação de um importante excedente de força de

trabalho que atua no sentido de situar os preços da força de trabalho abaixo de seu valor;

- e) A concentração de progresso técnico no ramo de bens de consumo suntuário, o que impulsiona transferências de mais-valor intersetoriais que levam ao uso da maior exploração do trabalho no setor de produção de bens de consumo necessário, bem como à precoce concentração e centralização de capitais neste ramo. As transferências setoriais de mais-valor em favor do setor de bens de consumo suntuário são tendenciais, mas podem se ver anuladas por um excesso de acumulação neste ramo que eleve o preço dos elementos que compõem os capitais circulante e variável, ou por uma acentuada desvalorização social dos bens de consumo suntuários, resultado do excesso de competição no setor; e

f) A transferência de capital fixo para a periferia por parte das filiais das transnacionais que passam a utilizar a combinação entre alta tecnologia e força de trabalho superexplorada a fim de produzir diretamente para o mercado mundial. Tal situação, que é parte de uma nova etapa da composição técnica e orgânica do capital nos países centrais, inerente aos processos de globalização, eleva o nível de concentração e centralização de capitais no mundo, situa a burguesia estritamente nacional dos países centrais abaixo das condições médias de produção e estende a estes países a superexploração do trabalho.

Podemos ainda situar uma outra dimensão contemporânea que não chegou a ser plenamente sistematizada por Marini, mas que se encontra formulada por alguns dos continuadores de

sua obra, que é a da financeirização do capital como resultado da alta composição técnica do capital³. A financeirização do capital engendra a produção de capital fictício, que se expande através da dívida pública e da sobrevalorização de títulos privados, e se realiza como apropriação de mais-valor principalmente mediante o uso do monopólio da violência estatal para transferir recursos do fundo de consumo dos trabalhadores ao capital. Na base da atual financeirização do capital, está a contradição entre a expansão do mais-valor extraordinário e a redução da massa de valor que é proporcionada pela economia de capital variável, quando diminui-se significativamente sua magnitude relativa nos processos produtivos. A acumulação de mais-valor sem a mediação da produção de mercadorias eleva a economia de força de trabalho, incide negativamente sobre a demanda do setor de bens de consumo necessários, incrementa a de bens de consumo suntuários, desloca frações de capitais para este ramo e ativa a superexploração do trabalho no primeiro como mecanismo de compensação.

A superexploração do trabalho envolve, assim, diversas dimensões e distintos de padrões de reprodução do capital. Neste artigo, formalizaremos, a título exploratório, apenas a situação referente às transferências de mais-valor entre ramos, do setor produtor de bens de consumo necessário em benefício daqueles representados por bens de consumo suntuário e maquinarias e

equipamentos, com o objetivo de simular certas condições de funcionamento das transferências de mais-valor. As formulações dão-se em nível bastante abstrato e delas retiramos as economias nacionais e, portanto, as remessas de lucro da periferia dependente ao centro, bem como as variações dos preços de mercado.

Assim vejamos:

$$c + v/\omega + m' = Pb_I$$

c = capital constante

v = capital variável, já incorporada a modificação que sobre ele gera a variação da produtividade no setor de bens de consumo necessário

ω = variação da produtividade média dos setores de bens de consumo suntuários e maquinarias e equipamentos em relação aos de bens de consumo necessários

m' = massa de mais-valor, acrescentada de sua variação

Pb_I = valor do produto do setor de bens de consumo suntuários

$$c + v/x + m' - z = Pa_I$$

x = variação da produtividade média do setor de bens de consumo necessários

m' = massa de mais-valor, acrescentada de sua variação

³ Sobre isto, vejam-se os trabalhos de Adrian Sotelo Valencia (2010), Marcelo Carcanholo (2017), Marisa Amaral (2012) e o meu *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*.

z = impacto da economia de capital variável no mais-valor, a partir do diferencial de progresso técnico nos setores que produzem direta ou indiretamente bens consumo suntuários

PaI = valor do produto do setor de bens de consumo necessários

Supondo-se, arbitrariamente, a título de ilustração, as seguintes composições de capital nas situações distintas “a” e “b”:

$200 + 200 + 600 = 1000$ (setores de bens de consumo durável + maquinarias e equipamentos)

$200 + 200 + 600 = 1000$ (setor de bens de consumo necessário)

Para $x = 1,5$ e $w = 2$, teríamos, no setor de bens de consumo necessários, uma elevação da taxa de lucro de 1,5 para 1,7, apesar das transferências de mais-valor

$600 + 600 + 1800 = 3000$ (setor de bens de consumo durável + maquinarias e equipamentos)

$200 + 200 + 600 = 1000$ (setor de bens de consumo necessário)

Para $x = 1,5$ e $w = 2$, teríamos, no setor de bens de consumo necessários, uma queda da taxa de lucro de 1,5 para 1,1

Se ainda, para elevar a produtividade, houver aumento da composição orgânica do capital, tal fator aprofunda a queda da taxa de lucro no setor de bens de consumo necessários. Assim, quanto maior forem o peso do setor de bens de

consumo suntuário + maquinarias e equipamentos, os diferenciais de produtividade em seu favor e a composição orgânica do capital, maior será a restrição ao mais-valor relativo, em razão dos efeitos sobre a taxa de lucro no setor de bens de consumo necessários.

6. Algumas precisões para atualização do conceito de superexploração do trabalho

O conceito de superexploração do trabalho formulado por Marini é de grande importância para análise da economia mundial e, principalmente, das economias do capitalismo dependente. Embora o autor tenha desenvolvido os seus aspectos mais gerais e delineado as suas principais determinações, situou suas formulações em alto nível de abstração, o que lhes deu tanto um caráter introdutório e paradigmático, quanto muito idealizado para expressar tendências de desenvolvimento que, se bem tendem a se impor, vão se afirmando em situações particulares de forma mais matizada.

Assim, em *Dialética da Dependência*, o autor menciona que seu livro não pretende ser mais do que uma introdução ao tema e obedece ao propósito de adiantar algumas conclusões a que chegou, suscetíveis de contribuir ao esforço de outros que se dedicam ao estudo das leis de desenvolvimento do capitalismo dependente (MARINI, 1973, p. 81). Embora o autor tenha escrito outros trabalhos, o estilo de alto grau de

abstração, ainda que ligado a processos concretos de análise, permaneceu neles. A prova disso é a importância que *Dialética da dependência* continuou a ter no conjunto de sua obra.

É movido por este espírito de continuidade que nos propomos a revisar alguns aspectos do conceito que o autor formulou. Tomar a obra paradigmática e introdutória de Marini como a última palavra sobre a superexploração é violar a própria compreensão que este apresentava sobre ela. Como base nisto, pretendemos adiantar aqui um conjunto de formulações que desenvolveremos mais adiante:

A primeira formulação é a de que a superexploração do trabalho deve ser entendida como a queda dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor médio na economia mundial. Este aspecto, negligenciado, deve ser ressaltado, porque há uma contradição, na obra de Marini, entre a economia mundial, que o autor toma como referência para analisar os processos de acumulação de capital, e os valores nacionais da força de trabalho, que toma como referência para atuação da superexploração, o que termina por limitar o alcance da sua obra.

A segunda formulação é a de que o valor médio da força de trabalho pode ser determinado duplamente: como aquele que se estabelece nas condições médias de produtividade e intensidade de trabalho, determinadas pela composição técnica média do capital; ou por analogia ao

método com que se determina o capital em geral, como síntese das múltiplas particularidades do valor da força de trabalho, independente da importância desta situação concreta como situação particular.

A terceira formulação é a de que há prevalência da superexploração do trabalho numa formação social quando a maior parte da força de trabalho situa-se, significativamente, abaixo das condições médias de produção, tanto na economia nacional quanto na economia mundial, mais se afastando do que se aproximando deste patamar. A superexploração, para ser uma dimensão interna de uma formação social, requer a imposição de alto nível de heterogeneidade tecnológica e transferências de valor em benefício das empresas ou setores monopólicos;

A quarta formulação é a de que a prevalência da superexploração amplia-se quando o valor de mercado está significativamente abaixo das condições médias de produção, aproximando-se dos valores individuais dos capitais de composição superior. Neste contexto, o preço médio da força de trabalho cai abaixo do seu valor e é regido pela superexploração do trabalho. Assim, na situação monopolista como contrapartida de que o valor de mercado é determinado pelo peso do capital de composição técnica superior, o preço médio da força de trabalho é determinado pela maior massa de trabalhadores que vende sua força de trabalho em condições inferiores ao seu valor.

A quinta formulação é a de que o avanço desta situação monopolista na economia mundial, que aproxima o valor de mercado ao valor individual dos capitais de composição superior, tende a levar a superexploração do trabalho aos países centrais.

A sexta formulação é a de que o estabelecimento do mais-valor relativo pela via da produtividade não é necessariamente incompatível com a superexploração do trabalho, como assinalou Marini. Esta afirmação do autor carece de demonstração teórica ou empírica. A superexploração do trabalho limita, significativamente, o mais-valor relativo, e ao desenvolver-se a partir da concentração e centralização de capitais da economia mundial, tende efetivamente a bloqueá-la. Todavia, esta é uma tendência histórica de longo prazo. Quanto mais crescem a composição orgânica do capital, o peso do setor de bens de consumo suntuários e as transferências de valor em função da concentração e da centralização de capitais no interior e entre os ramos, menor será o espaço para a compatibilizar superexploração e mais-valor relativo. A análise sobre as possibilidades desta compatibilização ou de sua inviabilidade deve se estabelecer em níveis mais concretos e empíricos, referentes aos padrões de reprodução de capital, e não nas formulações mais abstratas da transferência de valor, onde quis situar Marini. Para isso, é necessário levar em conta além das transferências de valor que atuam sobre o setor de bens

consumo necessário, sua produtividade média e sua heterogeneidade tecnológica, e o grau de aproximação do valor de mercado em relação aos capitais de composição superior.

A sétima formulação é a de que o conceito de superexploração do trabalho tem relevante importância teórica, empírica e política. Permite identificar, nas restrições ao consumo dos trabalhadores, no prolongamento da jornada de trabalho acima da média mundial ou na elevação da sua intensidade independente de adiantamentos tecnológicos, formas específicas de exploração associadas ao desenvolvimento do capitalismo que são invisibilizadas, caso não se as vincule às transferências de valor; possibilita mapear níveis de contradição muito distintos entre capital e trabalho nas variadas formações sociais, com fortes impactos sobre as lutas de classe; oferece instrumentos teórico-metodológicos para analisar a especificidade de formações históricas burguesas quanto à concentração ou distribuição de renda e riqueza, ampliação do mercado interno, constituição do modelo político ou sustentação de formas liberais-democráticas; e possibilita teorizar, a partir da articulação entre suas tendências de longa duração e os padrões de reprodução de capital, etapas distintas de desenvolvimento de formações sociais particulares e da economia mundial capitalista, bem como suas implicações sociais e políticas.

Bibliografia

AMARAL, Marisa. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em economia da Universidade de São Paulo, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madri: Maia Editores, 2017.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. (2015) *Teoria da dependência: categoria para análise do mercado mundial*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. “Procesos y tendencias de la globalización capitalista.” In: MARINI, Ruy Mauro & MILLAN, Margara (orgs.). *La teoría social latinoamericana*, tomo IV, cuestiones contemporáneas. Mexico D. F.: UNAM, 1996, pp. 49-68

_____. “El ciclo del capital en la economía dependiente” In: OSWALD Ursula (org.) *Mercado y dependencia*. México D. F.: Editorial Nueva Imagen, 1979a, pp. 37-55.

_____. “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital.”, *Cuadernos políticos*. México D. F.: Ediciones Era, nº 20, 1979b.

_____. “Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso y Jose Serra”, *Revista Mexicana de Sociología*, número especial, pp. 57-106, 1978.

_____. *Subdesarrollo y revolución*. México D. F.: Sigloveinteuno, 1974.

_____. *Dialética da dependência*. México D. F.: Ediciones Era, 1973.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. “Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência.”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, número 5, pp. 121-138, dezembro 1999.

MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrián Sotelo (org.). *América Latina e os desafios da globalização* São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. *O Capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Crisis capitalista y desmedida del valor: un enfoque desde los Grundrisse*. México D. F.: Ed Itaca, 2010.

NIEMEYER ALMEIDA FILHO

DESENVOLVIMENTISMO TRANSFORMADOR

Recebido em 10/2016

Aprovado em 09/2017

DESENVOLVIMENTISMO TRANSFORMADOR

Resumo

O artigo trata do desenvolvimentismo como expressão ideológica do desenvolvimento capitalista na América Latina. A intenção é mostrar que o desenvolvimentismo, em determinadas circunstâncias e formas, pode produzir transformações que engendrem progresso. Para tanto, utiliza-se da referência e base do trabalho de Mollo (2015), no qual esta perspectiva é originalmente desenvolvida. Algumas proposições a mais são incorporadas, todas elas relacionadas à condição estrutural da inserção da região no capitalismo financeirizado. Ao final, sustenta-se que as condições concretas do desenvolvimento latino-americano não apontam para esta perspectiva, embora sejam possíveis ações de aproximação, as quais são brevemente apontadas.

Palavras chave: desenvolvimentismo; desenvolvimentismo marxista; desenvolvimentismo transformador; desenvolvimento brasileiro; desenvolvimento latino-americano; desenvolvimento

Classificação JEL: B50, P16

Abstract

The article deals with developmentalism as an ideological expression of capitalist development in Latin America. The intention is to show that developmentalism, in given circumstances and forms, can produce transformations that engender progress. To do so, we use the reference and basis of Mollo's work (2015), in which this perspective is originally

**NIEMEYER ALMEIDA
FILHO**

Professor Titular do
Instituto de Economia e
Relações Internacionais da UFU

(nafilho@ufu.br)¹

developed. Some more propositions are incorporated, all of them related to the structural condition of the insertion of the region into the financialized capitalism. In the end, it is maintained that the concrete conditions of Latin American development do not point to this perspective, although approximation actions are possible, which are briefly mentioned.

Keywords: developmentalism; Marxist developmentalism; transformational developmentalism; Brazilian development; Latin American development; development

I. Introdução

O desenvolvimentismo e suas proposições de políticas vêm sendo objeto de discussões acadêmicas recorrentes no Brasil nos últimos quinze anos, desde que a candidatura de Lula se consolidou ao longo do segundo mandato dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) e, sobretudo, depois que, vencidas as eleições, iniciou-se a fase dos governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2016). A identificação, a princípio pouco ostensiva e declarada, deu lugar a uma explicitação do que vem sendo chamado na literatura brasileira de social-desenvolvimentismo. Uma interessante e suficiente apreensão deste debate pode ser feita mediante leitura dos trabalhos de Bielschowsky (1988), Fonseca (2004), Carneiro (2012), Mollo e Fonseca (2013), Mollo e Amado

(2015) e Bresser-Pereira (1991; 2006). Documentos complementares são os Planos Plurianuais de 2004-2007, 2008-2011, especialmente o de 2012-2015, e as “Diretrizes de Governo” (<http://www.planalto.gov.br/presidencia/diretrizes-de-governo>).

Em âmbito social mais amplo, que inclui o espaço político dos partidos brasileiros, essas proposições não ganharam a mesma relevância, talvez pela simples razão de que não há representação política ideológica relevante no Brasil. Há 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e destes, poucos se caracterizam como ideológicos, tendo pouca ou nenhuma representação no Congresso Nacional. Neste caso, o embate está centrado na definição da política econômica, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e nos Orçamentos Anuais.

Em Mollo (2015)², essas discussões estão descritas, sintetizadas e analisadas, de modo que o artigo, parece-me, dá um passo à frente numa análise da polarização entre três posições que podem ser encontradas na literatura. A primeira é a posição que pode ser simplificada e tratada de Neoliberal, embora apresente “nuances”. Ela traduz a ideia da primazia do mercado, sem necessariamente alcançar o paroxismo

1 O autor agradece os comentários de Pedro Cezar Dutra Fonseca e Maria de Lourdes Mollo na leitura dos originais, além da contribuição dos pareceristas na produção do texto final.

2 Esta perspectiva foi antecipada no artigo Mollo e Fonseca (2013, pp.225-226), porém não como o centro da argumentação, razão pela qual nos concentraremos apenas em Mollo (2015)

de Hayek, que toma a intervenção do Estado para além de suas funções clássicas liberais como intrinsecamente ruins. A ação do Estado assume característica corretiva ou complementar ao papel do mercado e nunca de limitação da concorrência³.

A segunda posição é a desenvolvimentista, em suas diversas vertentes, para a qual alguma “ação econômica” do Estado é indispensável, a princípio pelo argumento básico keynesiano de que a economia capitalista não tende ao equilíbrio de pleno emprego, sendo ainda sujeita a flutuações regulares que podem chegar, como na fase atual no Brasil, à instabilidade e a quedas agudas. Finalmente, a terceira posição é a marxista, evidentemente sujeita a matizes, caracterizando-se por uma postura anticapitalista, embora compatível, em termos de formulação da natureza do capitalismo, com a perspectiva keynesiana.

O artigo de Mollo explora essas posições com referências bibliográficas bastante sólidas. Ao final, sustenta o que poderia ser caracterizado como uma quarta posição na polarização apresentada acima, na qual o desenvolvimentismo assumiria, necessariamente, ações transformadoras, sobretudo aquelas que permitissem representação política e espaços de ação aos menos favorecidos e cooperação ao invés de concorrência.

Este artigo pretende acrescentar alguns elementos a esta “quarta posição”, por considerá-la uma inovação importante ao debate. Nossa hipótese é que se encontram, no escopo do desenvolvimentismo, proposições de políticas que podem ser consideradas de transformação social estrutural. Neste sentido, à diferença da crítica recorrente da perspectiva marxista ao desenvolvimentismo, ele não se constitui numa ideologia homogênea, admitindo variações no plano das proposições de políticas de desenvolvimento. Assim sendo, somamo-nos a Mollo e àqueles que pretendem superar a dicotomia reforma/revolução imposta pelo debate histórico brasileiro pelo menos desde os anos 1970, recolocado na quadra dos anos 2000⁴.

Na primeira seção, descrevemos as conclusões do artigo de Mollo (2015). Na segunda seção, colocamos algumas questões do desenvolvimento brasileiro, que exigiriam o exercício do argumento em outros níveis de abstração. Finalmente, apresentamos nossas próprias conclusões.

³Veja-se, por exemplo, Caminho da Servidão, publicado diversas vezes, em diferentes línguas, desde a edição original inglesa de 1944.

⁴A referência histórica aqui mencionada começa quando a transição brasileira ao capitalismo avançado é concluída. Antes disto, a discussão relaciona-se justo com a natureza da transição ao capitalismo. Há diferentes interpretações sobre este momento de conclusão, mas nenhuma delas estende a transição para além dos anos 1970 (MELLO, 1982; CANO, 1993). O desenvolvimentismo tem seu momento de consolidação como ideologia no período do governo Juscelino, portanto, ainda na quadra histórica da transição ao capitalismo (CARDOSO, 1972). Já nos anos 2000, o capitalismo brasileiro apresentava dinâmica capitalista dependente, mas avançada em termos de técnicas de produção, de modo que o debate sobre as políticas de desenvolvimento estabelece-se em outras bases.

2. O desenvolvimentismo progressista

O artigo de Mollo (2015), para além de uma resenha do debate sobre desenvolvimento brasileiro, tem o objetivo final de aproximar posições, a princípio inconciliáveis, de marxistas e (pós) keynesianos. A aproximação é feita, em termos políticos, daquilo que seria uma estratégia de desenvolvimento concreto da sociedade brasileira, que ela pressupõe não apresentar condições objetivas de rupturas revolucionárias, no sentido de transformação essencial e aguda das suas bases capitalistas. Nesta situação histórica, as transformações ocorreriam na margem, ou de forma parcial, permitindo aproximação entre posições de reforma/aperfeiçoamentos às de acúmulo de forças em favor da mudança mais radical. Evidentemente, essas são caracterizações simplificadas das posições que podem ser efetivamente localizadas na sociedade brasileira.

Para essa aproximação, ela toma como base uma determinada concepção de desenvolvimentismo, sustentada em dois trabalhos: o de Bielschowsky (1988), em que se define desenvolvimentismo como a “ideologia de transformação da sociedade brasileira”; e o de Fonseca (2004), em que o desenvolvimentismo é pautado num projeto econômico voltado à industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, e na ideia de que não se viabiliza pela espontaneidade das forças de

mercado, exigindo a atuação do Estado como indutor, agente planejador do desenvolvimento e/ou investidor direto. Em outras palavras, o desenvolvimentismo apreenderia a característica intrínseca do capitalismo de se resolver no crescimento, apostando nas ações do Estado que possam acelerá-lo numa determinada direção, que entendo ser, sobretudo, a de inclusão social capitalista, de modo a potencializar a extensão do mercado⁵.

É a partir dessa concepção de desenvolvimentismo que Mollo (2015) formula pelo menos dois nexos entre as concepções teóricas marxista e (pós) keynesiana de desenvolvimento capitalista, começando pelo conceito de Estado.

Segundo ela, a posição marxista é de um Estado de classes, organicamente vinculado ao mercado e com funções de reprodução social. Neste campo, a polêmica giraria em torno de uma possível autonomia relativa, nos termos de Poulantzas (1971), a qual – existindo – conferiria ao Estado potencial de realizar diferentes ações estruturantes. A posição de Mollo (2015) é de considerar como possíveis as políticas estatais

5 Em Fonseca (2015) há exaustiva e rigorosa discussão sobre o conceito de desenvolvimentismo, mostrando raízes fenomênicas históricas e o plano categorial. A utilização do conceito que fazemos aqui é compatível com a síntese final desse trabalho, embora nos concentremos no debate contemporâneo, entendido como aquele dos anos 2000, e em muito orientado pela discussão política do período.

voltadas para a melhoria das condições dos trabalhadores na mediação necessária entre capital-trabalho, denominando-as de políticas desenvolvimentistas “marxistas”.

Por outro lado, os (pós) keynesianos veem a ação do Estado como indispensável, considerando o seu caráter de mitigação da instabilidade e da concentração de renda/riqueza, e mesmo a sua capacidade de estimular e sustentar uma tendência positiva do crescimento econômico e do emprego.

O nexos entre as duas posições estaria tanto na exigência de uma ação estruturante do Estado, para além de qualquer papel complementar ou corretor típico do liberalismo, quanto na ação de expansão do emprego e dos salários.

Um segundo aspecto relevante é a concepção de dinheiro e moeda. Se não há um fundamento comum a marxistas e a (pós) keynesianos a respeito da função social do dinheiro, haveria compatibilidade na forma de apreender a importância do mesmo na dinâmica capitalista. Para ambos, a economia capitalista é necessariamente monetária, de modo que a coordenação ou o controle do dinheiro (crédito) é essencial. O sentido desta coordenação não chega a ser discutido.

A conclusão do confronto de posições e da análise dos dois nexos teóricos que poderiam vincular marxistas e (pós) keynesianos é que para esses últimos a transformação social

progressista é decorrência do crescimento com diminuição de instabilidade. O progresso é obtido pela expansão do emprego e dos salários (consumo) e da participação do Estado (consumo e investimento), de modo que há transferências objetivas (serviços sociais) e subjetivas (ampliação dos espaços compartilhados). Uma eventual ênfase na melhoria das condições sociais, como, por exemplo, a política do salário mínimo, é fruto de argumentos morais de equidade, de modo que perdas individuais sociais são tidas como intrínsecas ao sistema, podendo, no máximo, serem amortecidas ou superadas por novas condições de progresso.

A parte final do artigo está dedicada ao que seria o desenvolvimentismo “marxista”, isto é, um desenvolvimentismo em que a transformação social fosse parte de um projeto de desenvolvimento. Esta é a quarta posição no debate a que nos referimos na introdução.

A esse respeito, nossa posição é que é preciso contar com políticas estatais para melhorar a inserção dos trabalhadores na relação capital-trabalho. (...) O aumento do emprego e do salário, com crescimento, melhora a posição relativa do trabalhador na relação capital-trabalho e amplia o poder do trabalhador não apenas imediatamente contra o capital, mas para se preparar para assumir o processo de produção e as transformações necessárias ao capitalismo. (MOLLO, 2015, pp. 749-750)

Para além desses dois nexos – Estado e dinheiro –, o artigo trata das posições políticas distintas de marxistas e (pós) keynesianos diante do capitalismo. Estes últimos seriam defensores ou resignados do/ao capitalismo. Os primeiros caracterizam-se como anticapitalistas, de modo que, para eles, ao menos dois aspectos exigiriam regulação: o caráter mercantil da produção capitalista e a exploração envolvida na geração do lucro.

Neste último sentido, um desenvolvimentismo “marxista” deveria ser centrado na ampliação de formas de produção cooperativas. Estas teriam o potencial de qualificar ou mesmo alterar a concorrência de mercado e, por extensão, mitigar a concentração/centralização do capital.

Se, para pós-keynesianos, o investimento é a decisão mais importante, porque aumenta renda e emprego de forma multiplicada, para os marxistas, apesar da exploração, o emprego é fundamental para a inserção social do trabalhador no capitalismo. O desemprego, além de negar ao trabalhador a inserção social, reduz o seu poder de barganha e os salários, e reduz o seu poder de organização como classe, como vimos acima, e assim tende a piorar, a médio e longo prazos, a própria posição do trabalhador na relação capital-trabalho.

Finalmente, mas não menos importante, o mercado não conduz ao equilíbrio de pleno emprego para os pós-keynesianos, o que justifica uma ação do Estado. Isso porque o investimento, para eles, depende da rentabilidade marginal do capital (eficiência marginal do capital) ser superior

ao custo do investimento (a taxa de juros). A eficiência marginal do capital, porém, não pode ser calculada, e é fruto de conjecturas dos investidores sobre o que ocorrerá no futuro, dependendo de fatores incertos não probabilizáveis. Quanto à taxa de juros, depende da oferta e da demanda de moeda, que, por sua vez, dependem das preferências pela liquidez de bancos e público em geral, o que também se relaciona com a incerteza tal como é percebida por eles. Assim, o investimento é, para os pós-keynesianos, uma variável volátil, o que explica que a instabilidade da renda e do emprego seja um fato normal no capitalismo. (MOLLO, 2015, pp. 752-753)

Um segundo aspecto relevante diz respeito ao caráter mercantil do desenvolvimento capitalista: a crítica ao papel do mercado capitalista como regulador da produção social, numa condição em que a propriedade privada é elemento constitutivo da sociedade.

Para os marxistas, (...) a crítica ao mercado é mais contundente. Ela passa pela ideia de falta de consciência da sociedade quanto à divisão social do trabalho quando ela, como é o caso do capitalismo, é feita por meio de uma coisa, o dinheiro, e se impõe como regra aos participantes da sociedade. No capitalismo, os trabalhos são realizados de forma privada, aparentemente independentes uns dos outros, mas todos são compradores e, para isso, precisam vender, o que impõe uma dependência recíproca. É por meio da venda, ou do dinheiro, no momento dela, que essa dependência recíproca se explicita, porque é pela conversão ou metamorfose das mercadorias

em dinheiro no capitalismo que os trabalhos privados recebem validação social, e é dessa forma que o dinheiro insere socialmente todas as classes. (...) A análise de Marx do início de O Capital, mas especialmente do dinheiro, nos Grundrisse, é bastante crítica a respeito desse papel do dinheiro na divisão social do trabalho e da importância e do poder social que ele adquire em função disso. (*idem, ibidem*, p. 753)

E conclui afirmando que uma forma de superar essa “dependência objetiva” é “criar canais de escuta e expressão alternativos para evitar, justamente, o caráter autônomo e impositivo que as regras de mercado têm sobre a forma de inserção social, a vida, e as relações recíprocas dos indivíduos neste tipo de sociedade”. (*ibidem*, p. 754).

A parte final do artigo é destinada a aprofundar o que seriam alternativas marxistas ao processo de desenvolvimento capitalista. Esta parte final, embora interessante, não é fundamental para o objetivo deste nosso artigo, que é o de colocar alguns outros elementos ao desenvolvimentismo “marxista”, que passaremos a chamar de Desenvolvimentismo Transformador.

3. Desenvolvimentismo Transformador

Parece-nos que os argumentos de Mollo (2015) tratam de questões muito relevantes para o desenho de um projeto político desenvolvimentista transformador, embora tenham deixado em segundo plano outras questões

igualmente importantes e que dizem respeito ao desenvolvimento do capitalismo na periferia latino-americana.

Como está claro sobretudo no artigo de Fonseca (2004), o desenvolvimentismo tem localização histórica num período que se inicia na fase de transição ao capitalismo no Brasil e em grande parte da América Latina (anos 1930 a anos 1950), alcançando o desenvolvimento contemporâneo. Isto significa que esta ideologia nutre-se de uma base concreta de um determinado capitalismo já integrado e com determinada inserção na divisão internacional do trabalho. Portanto, discutir o desenvolvimentismo e suas eventuais possibilidades de transformação social exige discutir as possibilidades de desenvolvimento dessas sociedades latino-americanas.

Em outro artigo – Almeida Filho e Paulani (2011) –, tratamos da natureza do capitalismo contemporâneo. O texto explora o processo de financeirização da riqueza capitalista e, por extensão, o processo de acumulação de capital que ocorre a partir dos anos 1980 e, especialmente, dos anos 1990.

Para o que interessa a este artigo, o ponto importante é que o Estado tem seu papel modificado, ganhando funções estruturais ampliadas na gestão do dinheiro e no apoio ao capital privado. Duas são as referências da análise: as de François Chesnais e David Harvey. Este último mostra como o Estado aprofunda

responsabilidades de mitigar o aumento orgânico do grau de instabilidade sistêmica mediante transferências regulares dos recursos públicos ao âmbito privado. Harvey denomina este processo de espoliação (HARVEY, 2004).

Essa característica do Estado expressa uma mudança de natureza do capitalismo contemporâneo, que se constitui, na perspectiva marxista, num elemento teórico fundamental, pois esta visão toma o capitalismo global como um sistema complexo. Nele, as partes, sejam elas economias nacionais ou quaisquer outros recortes teóricos analíticos, têm relações orgânicas. Portanto, parece-nos imprescindível considerar essas determinações da natureza do sistema global para a análise tanto das possibilidades do desenvolvimento nacional, quanto das suas condições concretas.

Ainda sobre as determinações colocadas no plano do desenvolvimento capitalista global e sobre aspectos tratados em Almeida Filho e Paulani (2011), parece-nos indispensável incorporar elementos do processo de reprodução do capital na escala nacional. A questão relevante é apreender a função do Estado neste processo, especialmente o alcance da sua função reguladora. Há controvérsia sobre isto, pois a literatura crítica avançou para considerar uma mudança estrutural da função que historicamente o Estado cumpre no processo de reprodução da sociedade.

Para Harvey, no capitalismo atual, o processo de financeirização aprimora e aprofunda uma característica que lhe seria constitutiva, qual seja, sua tendência a espoliar. Tudo se passa como se o “algo fora de si mesmo”, com o qual o capitalismo tem sempre de contar para que o “motor da acumulação não pare de repente”,⁶ tenha se tornado agora a regra do sistema. Com isso, a lógica territorial ganha uma feição ainda mais capitalista, já que a acumulação por espoliação requer o Estado como elemento ativo do processo, pois só assim as ordenações espaço-temporais, sempre presentes na atividade da acumulação, podem adquirir o caráter espoliador requerido. (ALMEIDA FILHO & PAULANI, 2011, p. 266)

A consequência do argumento, e ainda seguindo Harvey, é que o sistema capitalista, sendo portador de instabilidade estrutural, ganha conteúdo de fragilidade sistêmica, quando o capital financeiro assume comando do processo.

A utilização desses dois últimos termos – instabilidade estrutural e fragilidade sistêmica – não é casual. É Chesnais (2005) quem faz a distinção, buscando afirmar o caráter inédito desta fase da história capitalista. Nos termos da aproximação entre as diferentes visões aqui proposta, consideramos que a instabilidade tem a ver com a ordem social, vale dizer, com a característica de que o processo de produção material é intrinsecamente privado, como nos aponta Claus Offe, interpretação que também não é estranha à primeira

⁶ É o próprio Harvey quem resgata essa forma de expressão, muito apropriada, cunhada por Hanna Arendt em seu livro sobre o imperialismo.

formulação de Hirsch (1978), quando o Estado foi visto tão somente como um expediente a ser utilizado pela classe capitalista para enfrentar a tendência decrescente da taxa de lucro. A fragilidade, por outro lado, tem a ver com as características que fazem com que o processo de acumulação contemporâneo possa eventualmente ser até mais dinâmico, pela amplitude dos mecanismos de alavancagem que estão disponíveis às unidades de capital, mas com a geração de crises frequentes e profundas como sua característica mais marcante, o que o coloca numa situação de risco sistêmico permanente. Nos termos de Harvey, isso significa que a financeirização funciona como um remédio para a sobreacumulação, que, tal como uma droga que causa dependência, só melhora o estado do doente porque o agrava cada vez mais. Sendo assim, parece lícito considerar que a violência envolvida nos processos de acumulação tornar-se-á cada vez mais profunda, exigindo cada vez mais do processo inteiro de regulação social para que as crises sejam evitadas. (*ibidem*, p. 267)

Não nos parece indispensável recolocar toda a repercussão teórica e histórica desses elementos, a não ser a consideração de que a função do Estado no processo de reprodução social torna-se mais complexa e com maior capilaridade com o âmbito privado. E talvez, por isto mesmo, parece ser mais evidente que a regulação da acumulação e a própria reprodução social fazem-se por um “sistema de regulação”.

(...) para Hirsch ([1994] 2007, p. 53) há efetivamente um “sistema de regulação” mais amplo

do que o Estado. Sugerimos que o “sistema de regulação” converge, sem identificar-se, com o que Harvey apontou como sendo “estruturas de poder independentes do Estado” (HARVEY, 2004, p. 80). Para Harvey, a regulação que ocorre fora do âmbito do Estado está direta e inteiramente submetida à lógica molecular da acumulação de capital (o que requer a interferência do Estado, mesmo que isso não seja diretamente admitido). Conforme já antecipado, aí estão basicamente as redes e estruturas de operação do capital, incluindo o parentesco, as diásporas, os vínculos religiosos e étnicos e os códigos linguísticos. De maneira semelhante, o “sistema de regulação” de Hirsch consiste em uma multiplicidade de instituições, organizações e conexões sociais. Nele estão, dentre outros, as organizações de interesse geral, os sindicatos de trabalhadores e as associações empresariais, o aparato do sistema político-administrativo, os meios de comunicação e as famílias, sendo toda essa complexa rede dominada pelas determinações contraditórias da sociabilidade capitalista. Assim, também em Hirsch, aparece com destaque a importância das redes de relações sociais na regulação e, portanto, na reprodução total do sistema, porém depreende-se que aí o controle não é tão direto quanto a proposição de Harvey parece indicar. Nem todas as redes estão necessariamente subordinadas de modo direto ao movimento da acumulação, e elas podem estabelecer relações contraditórias com aspectos e elementos que também não estão diretamente submetidos a esse processo. Exemplos importantes dessa diferença são as menções que faz Hirsch às instituições de ensino e à família. (*ibidem*, p. 268)

Ora, esses elementos mais gerais do capitalismo contemporâneo afetam significativamente o plano da política. Fica muito mais difícil arbitrar políticas estatais discricionárias, como são aquelas típicas do desenvolvimentismo. É como se o capitalismo engendrasse um padrão sistêmico de política de desenvolvimento necessário para mitigar sua fragilidade estrutural.

Ainda sobre este plano mais geral, e visto na ótica das sociedades nacionais, é preciso considerar que o capitalismo global é hierarquizado. Há apreensões diversas sobre este tema presente na literatura. Neste plano de análise, fica evidente que o desenvolvimentismo se estabelece como ideologia da aceleração do crescimento, sob a liderança do Estado, para superar obstáculos específicos ao investimento privado típicos da periferia (ALMEIDA FILHO, 2016).

Contudo, a aceleração do crescimento não tem potencial de superar a dependência tecnológica e o domínio que capitais estrangeiros têm sobre o processo interno de acumulação de capital. Ambos os aspectos refletem-se em vulnerabilidade externa. Ademais, a diferenciação produtiva por tipo de capitais – estrangeiro/nacional, privado/estatal – tem repercussões políticas que afetam o “sistema de regulação social”.

Aqui estamos tratando da relação orgânica entre o processo de acumulação de capital e a estrutura social que lhe corresponde.⁷ As características produtivas da economia nacional

orientam a absorção de capitais – investimento e produção – e de força de trabalho (emprego e ocupações) em determinadas cadeias de valor. O processo é cumulativo, semelhante ao que ocorre com as trajetórias tecnológicas: quanto mais se expande a atividade, maior é sua capacidade de repercutir politicamente seus interesses.

Aparentemente, o “sistema de regulação social brasileiro” sustenta e reproduz a especialização produtiva em produtos primários e primários processados, configurando uma dependência estrutural difícil de ser alterada.

Enfim, a proposta de Mollo (2015) de mostrar um possível caminho de transformação do capitalismo inspirada no que seria um “Desenvolvimentismo Transformador” tem o mérito, como já o dissemos, de superar a dicotomia reforma-revolução que a filiação teórica ao keynesianismo ou ao marxismo parece nos impor. Em circunstâncias adversas a qualquer processo revolucionário social, como parecem ser as circunstâncias brasileiras, o desenvolvimentismo acrítico pode levar a retrocessos, impondo a lógica de mercado como sendo uma lógica liminar.

7 Para ser mais específico num viés econômico, à expansão da acumulação, da produção de riqueza, corresponde uma determinada estrutura de emprego. Se a natureza dessa produção mantém-se relativamente estável, a expansão ocorrerá também em nível dos empregos, portanto, afetando a estrutura social, nem que seja para aprofundá-la. Em outras palavras, quanto maior for a participação de determinado ramo econômico na geração de emprego, tanto maior será a sua importância política.

Ressalte-se que o debate brasileiro recente faz uma identificação entre desenvolvimentismo e keynesianismo que não encontra abrigo na referência histórica de origem e nos parece indevida. A apreensão feita em Fonseca (2004) é bastante clara a esse respeito. O período mais vigoroso do desenvolvimentismo é dos anos 1950, quando a criação da CEPAL e a produção intelectual de Prebisch deram base ao aprofundamento das políticas nacionais de industrialização na América Latina que se iniciaram nos anos 1930. No Brasil, os governos de Getúlio Vargas (1950-1954) e de Juscelino Kubistchek (1956-1961), com diferenças relevantes entre si sobre a participação do capital estrangeiro, aceleraram o processo de industrialização liderado ou coordenado pelo Estado. Este é um período em que as políticas foram impulsionadas pelas condições históricas e pelas demandas e interesses das forças sociais hegemônicas. Neste sentido, o debate histórico não está identificado puramente com qualquer linha teórica, prevalecendo certo ecletismo que o debate contemporâneo não admite mais.

Claro que os dois elementos centrais do texto de Mollo (2015) para caracterizar o desenvolvimentismo “marxista”, produção cooperativa e “canais de escuta”, podem ainda assim ser mantidos, porém, qualificados pelas possibilidades que a análise do capitalismo latino-americano e brasileiro permite alcançar. Se, por um lado, essas possibilidades parecem diminuídas pelo

esgotamento dos “governos progressistas” na região, por outro lado, abre-se caminho para uma luta mais intensa em torno de um projeto de desenvolvimento sem conciliação de classes, portanto, para um projeto de transformação social, mesmo que dentro da ordem burguesa.

Conclusões

1. O desenvolvimentismo é uma ideologia e uma estratégia de desenvolvimento características da América Latina, engendradas pelas circunstâncias em que se deu a transição ao capitalismo na região e o seu desenvolvimento posterior.
2. O desenvolvimentismo sustenta-se numa ação intervencionista do Estado para além daquelas condições que são padrão no capitalismo do Centro, incluindo, não raro, responsabilidades produtivas.
3. O desenvolvimentismo não tem caráter intrínseco transformador da sociedade capitalista na sua essência, porém, em determinadas circunstâncias políticas, pode abrir espaços para transformação do desenvolvimento regulado pelo mercado, considerando sobretudo a especificidade das economias latino-americanas, de concentração de riqueza, desigualdade e exclusão social.
4. O “desenvolvimentismo transformador” mantém-se nos parâmetros do capitalismo, embora exija, no mínimo, mitigação de alguns

elementos estruturais do desenvolvimento capitalista e latino-americano.

5. De acordo com Mollo (2015), os elementos centrais são espaços crescentes para formas de cooperação produtiva e mecanismo de participação popular nos processos decisórios na esfera do Estado.

6. Contudo, o desenvolvimento capitalista na periferia, na fase atual, ampliou os mecanismos estruturais de subordinação e dependência. Constituem-se padrões de políticas de desenvolvimento que são disseminados como padrões intrínsecos sobre os quais as sociedades nacionais não têm graus de liberdade de alterar.

7. Nessas condições, o desenvolvimentismo transformador constitui-se apenas numa possibilidade, uma utopia a nos orientar na ação política de conjuntura, centrando esforço na superação dos elementos que seriam nodais ao sistema social: relações mercantis, financeirização, regulação social, representação política e processos decisórios.

Bibliografia

ALMEIDA FILHO, N. "Nature of the state economic expanded functions in the Brazilian economy.", *Revista de Economia Política* (Impresso), v. 36, pp. 91-108, 2016.

ALMEIDA FILHO, N. & PAULANI, Leda Maria. "Regulação e Acumulação por Espolição: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado no capitalismo contemporâneo.", *Economia e Sociedade* (Impresso), v. 20, pp. 243-272, Campinas: Unicamp, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPA/Inpes, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (org.). *Populismo Econômico: Ortodoxia, Desenvolvimentismo e Populismo na América Latina*. (Economic populism: Orthodoxy Developmentalism and populism in Latin America). São Paulo: Nobel, 1991.

_____. *O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional* (New developmentalism and conventional orthodoxy), 2006. Available on-line with English abstract: http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf

_____. *Reflecting on new developmentalism and classical developmentalism*, 2015. Available on line: <http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discussão/379-Reflecting-TD395.pdf>

CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp; FAPESP, 1993.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do Desenvolvimento no Brasil*: JK e JQ. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CARNEIRO, R. de M. *Velhos e novos desenvolvimentismos*. (New and old Developmentalisms), 2012. Available on-line with an English Abstract: <http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/3232.pdf>

CHESNAIS, F. "Mundialização Financeira e Vulnerabilidade Sistêmica". In: CHESNAIS, F. (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. "O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos". In: Chesnais, F. (org.) *Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

FONSECA, P. C. D. *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*. (Genesis and precursors of developmentism in Brazil), 2004. Available on-line with an English abstract: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/ima-ge/201210091435240.Origens%20do%20Desenvolvimentismo.pdf>

_____. "Desenvolvimentismo: a construção do conceito". *Texto para Discussão número 2103*. Brasília: IPEA.

julho, 2015. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25801, acesso em 31/10/2016.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HIRSCH, J. (1994) “Forma Política, Instituições Políticas e Estado”, *Crítica Marxista*, números 24 e 25 (publicado em duas partes), pp 9-36 e 47-73, 2007.

_____. “The State apparatus and Social Reproduction: elements of a theory of the bourgeois State”. In: HOLLOWAY, J. & PICCIOTTO, S. *State and Capital: a Marxist debate*. London: Edward Arnold (publishers) ltd., 1978 pp 57-107.

HOLLOWAY, J. & PICCIOTTO, S. *State and Capital: a Marxist debate*. London: Edward Arnold (publishers) ltd., 1978.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI, 1985.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Braziliense, 1982.

MOLLO, M. L. R. & FONSECA, P. C. D. “Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais”, *Revista de Economia Política*, v. 33, n. 2 (131), abril-junho, 2013.

MOLLO, M. L. R. O debate desenvolvimentista: reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas (The developmental debate: reflexions on Marxists developmental alternatives), 2015. Available on-line with English abstract: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n4/1809-4538-rep-35-04-00745.pdf>

MOLLO, M. L. R. & AMADO, A. M. A. (2015) “O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido.”, *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp. IE. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015241uart>

POSTONE, M. “Rethinking Marx (in a post-Marxist World)”, Theory Miniconference, *Reclaiming the Arguments of the Founders*, 90th Annual Meeting of the American Sociological Association, Washington, D.C., 1995. <<http://planeta.clix.pt/obeco/><

POULANTZAS, N. *Pouvoir Politique et Classes Sociales*. Paris: Maspero, 1971.

PRATES, D. “As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional.”, *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 9(2), pp. 263-288, mai./ago, 2005. disponível em <https://www.coursehero.com/file/5959741/Prates-As-Assimetrias-do-Sistema-Monetario-e-Financeiro-Internacional/>

PREBISCH, R. “El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria”. *Boletín Económico de América Latina*, Vol. VI, n. 1, Santiago de Chile, marzo, 1961. Repositório da CEPAL, http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10070/092_es.pdf?sequence=1

RENILDO SOUZA
PAULO BALANCO

MERCADO, PLANIFICAÇÃO E SOCIALISMO

Recebido em 05/2017
Aprovado em 10/2017

MERCADO, PLANIFICAÇÃO E SOCIALISMO

Resumo

Este artigo analisa os fundamentos metodológicos e teóricos acerca da relação entre o mercado e a planificação no socialismo. Ao tempo em que se resgata o “debate do cálculo econômico”, afirma-se que a transição sistêmica impõe relações dialéticas entre o mercado e o plano, mas não decorrendo disto que o mercado passa a ter o significado de regulador irremovível fundamental no socialismo. Avalia-se que a articulação entre a queda da União Soviética, o modelo da China contemporânea e a crise atual do capitalismo convoca a reflexão sobre a renovação da proposta marxista do socialismo, em oposição à concepção do “socialismo de mercado” e às novas formas de dominação do capital.

Palavras chave: debate do cálculo econômico; mercado; planificação; socialismo.

Classificação JEL: B4I, B5I, P2I

Abstract

This paper analyzes the methodological and theoretical foundations of the relation between market and planning in socialism. While reviving the “economic calculation debate”, the article affirms that the systemic transition towards socialism involves dialectical relations between the market and planning. This does not mean, however, that

RENILDO SOUZA
PAULO BALANCO

Professores do Programa de
Pós-Graduação em Economia
na UFBA.

the market becomes the fundamental and irremovable regulator in socialism. It argues that the combination between the fall of the Soviet Union, the model of contemporary China and the current crisis of capitalism raised the need to reflect on the renewal of the Marxist proposal for socialism, as opposed to the concept of “market socialism” and new forms of capital domination.

Keywords: economic calculation debate; market; planning; socialism.

I. Introdução

O modelo econômico adotado pela China, na atualidade, por um lado, e a grande crise do sistema capitalista iniciada em 2008, por outro, são o pano de fundo, neste momento, da discussão sobre as relações entre o mercado, a planificação e o socialismo. Hoje, a China apresenta-se, oficialmente, como um sistema de socialismo de mercado. Por seu turno, a crise contemporânea do capitalismo lançou um grande desafio às hipóteses dos mercados perfeitos e aos seus pressupostos de racionalidade e eficiência.

Entretanto, o objetivo deste artigo não é abordar diretamente a China e a crise atual. Neste estudo, a finalidade é responder às perguntas sobre as bases teóricas e metodológicas do papel do mercado no sistema socialista. A discussão sobre planificação e/ou mercado sempre se

vinculou à controvérsia fundamental sobre o que seria a alternativa socialista ao capitalismo. O conhecido debate do cálculo econômico teve como alvo o problema da viabilidade de uma economia socialista guiada pela planificação central. Essas controvérsias polarizaram as atenções de importantes economistas entre as décadas de 1920 e 1950. Mas, antes disso, proposições de solução do cálculo econômico em uma sociedade socialista já tinham sido formuladas por autores neoclássicos, ou seja, sem filiação socialista. Assim, Vilfredo Pareto, em 1887, já tinha chegado a uma solução do cálculo no socialismo, como consta na sua obra *Cours d'économie politique*, e em 1910, no seu *Manuel d'économie politique*. Uma solução também foi elaborada por Enrico Barone, no artigo *Il ministero della produzione nello stato collettivista*, em 1908.

Este artigo é estruturado em seis partes. Na primeira seção, abordam-se os fundamentos e as críticas à regulação do mercado. Na segunda parte, resgata-se o debate do cálculo econômico, destacando suas bases metodológicas e teóricas. Em seguida, na terceira seção, discute-se diretamente o papel do mercado ou da planificação no socialismo. Na quarta parte, há a análise dos modelos (i) **do** socialismo de mercado, (ii) do socialismo **com** mercado e (iii) do mercado socializado. Em seguida, na quinta seção, são criticadas as formulações que combinam rigidamente mercado e socialismo. As conclusões são apresentadas, brevemente, na sexta seção.

I. Por que e como o mercado regula a economia?

Neste artigo, são discutidas as ideias sobre mercado, planificação e socialismo. Mas como abordar o mercado, propriamente dito? Remontando à Economia Política Clássica, verifica-se que Adam Smith (2007) enxergava uma propensão inscrita na própria natureza humana, mediante o raciocínio e a fala, para trocar uma coisa (bem) por outra. Nas trocas, os homens buscariam atender aos seus interesses individuais, embora, no final das contas, obtenha-se um resultado social satisfatório. As trocas constituem o mercado, o qual delimita a possibilidade de expansão do produto. A autorregulação é um mecanismo em operação efetiva no mercado: “A quantidade de cada mercadoria colocada no mercado ajusta-se naturalmente à demanda efetiva” (*ibidem*, p. 75). Os neoclássicos reafirmaram, a seu modo, o equilíbrio de mercado. Conforme Léon Walras e Vilfredo Pareto, há uma ordem econômica equilibrada, estável e espontânea, com base nos interesses individuais.

Na argumentação crítica de Rosa Luxemburg (2008), a “economia burguesa vulgar” separou o mercado (modo de troca) do modo de produção. Com essa operação, negligenciou a anarquia do capitalismo como uma economia mercantil, incorrendo em um de seus “erros fundamentais”: a ilusão de ordem e harmonia no sistema. Luxemburg (*ibidem*, p. 78) foi adiante: “Sejamos

mais concretos: para ele [Eduard Bernstein], que não compreende a natureza da mercadoria e da troca, o conjunto da economia capitalista, com todas as suas relações, permanece necessariamente misteriosa”. Nesse mesmo diapasão, Lenin (1974, p. 238) afirmou que “a principal força organizadora da sociedade capitalista, construída de uma maneira anárquica, é o mercado nacional e internacional, espontaneamente expansivo em amplitude e profundidade”.

Mais recentemente, nas últimas décadas do século XX, em um ambiente marcado por novas condições políticas e econômicas, houve uma atualização da interpretação neoclássica. Assim, os projetos de pesquisa neoclássicos passaram a incorporar correções e ajustes na Teoria do Equilíbrio Geral, a fim de restaurar, por novas vias, a velha ideia do poder regulador do mercado. Entretanto, “[A] introdução de imperfeições inviabiliza o projeto [comprovação da superioridade do mercado], pois joga o programa em indeterminações, na perda da manutenção dos microfundamentos da ordem, na multiplicidade de equilíbrios e no caráter não-ótimo de soluções não-cooperativas” (GANEM, 1996, p. 106). Por isso, a concepção neoclássica tem sido formulada em bases estritamente abstratas, a partir do princípio do comportamento maximizador individual. Assim, para que o mercado, como mecanismo regulador via preços, possa exercer uma superior capacidade de coordenação da economia, depende de hipóteses cruciais,

muito restritivas, a saber: (i) existência de mercados para todos os bens em todas as datas futuras, (ii) permanência sem perturbação do consumo e da produção, (iii) ausência de externalidades e (iv) presença do *leiloeiro walrasiano*.

Neste contexto, encontram-se os economistas *Novos Clássicos*, que constituíram uma corrente de pensamento econômico ultraortodoxo nos últimos decênios do século XX. No âmbito de seu programa de pesquisa, que se apoia em uma metodologia voltada para a construção de fundamentos microeconômicos para a macroeconomia neoclássica, eles apelam para a existência de indivíduos “planificadores” oniscientes, distribuição igualitária de informações e homogeneidade de expectativas. Contudo, eles deparam-se com as dificuldades de agregação de bens diferenciados e os problemas da interação dos agentes. Recorrem à simplificação de bens e agentes representativos, o que tolda e fragiliza as generalizações com base no princípio maximizador individual, restando, por fim, apenas uma forma idealizada da Teoria do Equilíbrio Geral.

Em particular, no que tange às pesquisas acerca da teoria dos jogos e da concorrência imperfeita, podemos identificar certo apelo ao realismo. Porém, o princípio do comportamento estratégico ainda não consegue ultrapassar os limites do individualismo metodológico. Em determinado sentido, são reconhecidas a interdependência

dos agentes, a diversidade de situações, a influência de fatores, chamados externos, como as normas sociais. Mas o lastro da racionalidade maximizadora individual não é substituído por uma racionalidade coletiva.

2. Quais foram as bases do debate do cálculo econômico?

Os pressupostos da ação individual, da eficiência espontânea e da maximização da riqueza são as bases do individualismo metodológico para a formulação de concepções sobre a economia. Essas bases ecoam a visão individualista previamente exposta por Adam Smith (2007, p. 457): “É evidente que cada indivíduo, na situação local em que se encontra, tem muito melhores condições do que qualquer estadista ou legislador de julgar por si mesmo qual o tipo de atividade [...] no qual pode empregar seu capital, e cujo produto tenha probabilidade de alcançar o valor máximo”.

Friedrich Hayek, membro da Escola Austríaca, retoma, em 1936, essa visão de Smith, procurando fundamentar a superioridade e o realismo da aquisição do conhecimento mediante os supostos critérios insuperáveis da dispersão e da experiência dos indivíduos através de sua atuação espontânea no mercado. Para Hayek, não há a racionalidade uniforme e plena do homem econômico dos neoclássicos, e nem governo com plano eficiente.

[...] a economia chega mais perto do que qualquer ciência social de uma resposta a esta questão central de todas as ciências sociais: como pode a combinação de fragmentos de conhecimentos existentes em diferentes mentes produzir resultados que, se tivessem de ser produzidos deliberadamente, exigiriam um conhecimento por parte da mente dirigente que nenhuma pessoa isolada pode possuir? Mostrar que, nesse sentido, as ações espontâneas dos indivíduos, sob condições que podemos definir, irão produzir uma distribuição de recursos que pode ser entendida como se fosse feita de acordo com um único plano, embora ninguém o tenha planejado, me parece de fato uma resposta ao problema que foi às vezes descrito metaforicamente como o da “mente social”. (HAYEK, 1948, p. 54).

Nos anos 1920, Ludwig von Mises (1987, pp. 148-149), também expressivo representante da Escola Austríaca, assimilava o socialismo ao estatismo. Nessa caracterização, a marca principal do estatismo era a propriedade pública, através da nacionalização das maiores empresas. Von Mises afirmava que, em qualquer variante do assim chamado socialismo estatal, a independência empresarial seria eliminada, e o Estado iria orientar e supervisionar tudo, determinando o que, como e quanto produzir, e fixando preços. Seria o fim da inovação, além de outros problemas. Von Mises (*ibidem*, p. 18) compreendia a intervenção como uma imposição estatal, obrigando o proprietário ou empresário a empregar seus meios de produção de uma forma

distinta daquela que eles adotariam livremente. Para ele, quase todos os economistas e políticos, em toda parte, estavam buscando um sistema entre o capitalismo (com a propriedade privada) e o socialismo (com a propriedade pública).

Von Mises lançou-se à contestação do intervencionismo ou sistema de mercado controlado, afirmando que somente seria concebível, ou possível, a ordem social baseada na propriedade pública ou na propriedade privada dos meios de produção (*ibidem*, p. 39). Argumentou ainda que ninguém nunca teria demonstrado a possibilidade de uma terceira ordem social, com um sistema intermediário de propriedade. Portanto, fica claro que seu principal critério para a definição do sistema é o tipo de propriedade, já que os programas liberais têm por essência a propriedade privada, em vez da defesa de mercados de livre concorrência com irrealistas condições iguais de competição (*ibidem*, p. 63). Ele avaliou que se a propriedade é obstruída, orientada e regulada pelo governo, então o sistema é contraditório e ilógico. Trata-se ou de propriedade privada ou propriedade pública, portanto. Ele concluiu categoricamente: “Qualquer tentativa no sentido de introduzi-lo [o Estado na regulação da economia] seriamente deve levar a uma crise da qual só pode emergir o socialismo ou o capitalismo” (*ibidem*, p. 39).

Para Oskar Lange (1969, pp. 66-68), uma confusão sobre a natureza dos preços seria o fator

responsável pelo erro de von Mises ao negar a racionalidade da alocação de recursos no sistema socialista. Von Mises só considerou os preços, em seu sentido estrito, como relações de troca das mercadorias em um mercado. No entanto, os meios de produção não teriam mercado, no socialismo, e, portanto, não teriam preços, em seu sentido estrito. Von Mises não se voltou para a natureza ampla dos preços, como aspectos sobre os quais se apresentam as distintas alternativas econômicas comparáveis.

Resumidamente, Lange raciocinava que as autoridades na economia socialista conhecem a escala de preferências pelos bens de consumo, decorrentes de determinações dessas próprias autoridades, e também conhecem o total de recursos disponíveis: “(...) o Departamento de Planificação Central não necessita ter uma fórmula de suas preferências. Mediante uma simples avaliação poderá atribuir, por exemplo, a um chapéu o valor de dez unidades monetárias no caso em que se produzam 100.000 chapéus mensalmente, e um valor de oito unidades monetárias se o volume produzido for de 150.000.” (LANGE, 1969, p. 101).

Todavia, além da questão estrita dos preços de mercado dos meios de produção, von Mises recorreu à necessidade da instituição da propriedade privada dos meios de produção para a solução da alocação dos recursos. A propriedade privada burguesa é uma instituição associada

a uma determinada forma de organização da economia segundo as relações de produção vigentes especificamente no capitalismo. Já Lange (1969, p. 68, nota 6) questionou esse argumento institucionalista [propriedade privada burguesa] e lembrou que essa corrente – a Escola Austríaca – era reconhecida pela sua reivindicação de validade universal, abstratamente, das suas formulações econômicas, em contraste com a admissão, pelos marxistas, do caráter histórico e relativo das leis econômicas.

Na concepção de Lange (1969), o socialismo deveria dispor de mercados de bens de consumo e de trabalho, enquanto seria vedada a existência do mercado de meios de produção. O Departamento de Planificação Central, por meio de tentativa e erro, buscando o equilíbrio, determinaria os preços dos bens de produção e o volume de investimento. Como fazer a contabilidade e como obter referenciais práticos e imediatos para guiar a distribuição, dentre outros fatores, sem considerar os preços dos produtos? A precificação de mercado seria distinta da precificação de contabilidade. Esta última corresponderia ao custo social da produção, considerando tanto as necessidades da acumulação quanto as do consumo coletivo da sociedade. A determinação dos preços de mercado dos bens de consumo seria baseada no equilíbrio da demanda e oferta. E se e quando houvesse a troca também para os meios de produção, em vez da sua alocação administrativa, novamente a precificação de

mercado seria determinada pela igualdade entre demanda e oferta (LANGE, 1974b, p. 33).

Ainda, no que se refere aos autores que discordam da tese da impossibilidade da sustentação da estrutura dual mercado e plano, Charles Bettelheim (1977, pp.10-11), em meados da década de 1960, apresentou uma razão diferente da argumentação de Lange para a duplicação de preços (de mercado e de contabilidade). O economista francês alegou a impossibilidade de avaliar antecipadamente as quantidades de trabalho e produtos nas diversas unidades econômicas. No estágio ainda inicial da transição econômica socialista, nos diversos países, os diferentes coletivos de trabalhadores, independentes entre si, não forneciam um trabalho diretamente social. Então, ainda seriam necessárias: (i) uma forma de cálculo, a priori, como estimativa global no plano, e (ii) uma outra forma de cálculo, a *posteriori*, mercantil, a partir dos preços praticados pelas diversas unidades econômicas.

3. Como e por que prevalece o mercado ou o plano?

A planificação econômica seria um traço essencial do socialismo (LANGE, 1974b, pp. 21-35). Para o economista polonês, a vontade humana, na sociedade organizada, em vez da livre espontaneidade das leis econômicas, dirigiria, de modo consciente, o desenvolvimento da economia. No período de transição, seria possível

a existência de formas não socialistas de produção, ao lado do setor majoritário e dominante socialista. Lange (*ibidem*) acreditava que uma grande centralização estatal na administração e no planejamento seria uma característica do início do desenvolvimento socialista. Ele pensava que isso seria necessário para a transformação revolucionária da sociedade, liquidando as relações capitalistas de produção, e ainda como requisito necessário para a industrialização rápida, no caso dos países relativamente atrasados.

A concepção geral da planificação evoluiu e incorporou, com maior peso, nos anos 1960, a relevância das particularidades das formações sociais, envolvidas em complexos processos de transição econômica socialista, além da percepção da incidência de fatores políticos e ideológicos variados que influenciam os avanços ou recuos nessas diversas sociedades (BETTELHEIM, 1977, pp. 10-11). Assim, com essa compreensão, deveria ser rejeitada a imposição de um modelo único de planificação. Os países socialistas não poderiam repetir as fases e as formas de evolução da planificação e da economia da União Soviética.

A planificação deveria ser ativa, no sentido de ultrapassar a simples coordenação e determinar as principais linhas do desenvolvimento do conjunto da economia do país. Lange (1974b, p. 27) observava que seria indispensável que o plano

econômico nacional tratasse da repartição da renda nacional entre a acumulação e o consumo e a alocação dos investimentos entre os diversos ramos econômicos. Além dos métodos administrativos de decisão sobre a alocação de recursos, seria necessário recorrer, principalmente, aos meios econômicos baseados em incentivos para a realização do plano.

Quando se dá por concluída essa intervenção estatal sobre os principais aspectos da economia? Isso não poderia ser decidido arbitrariamente, como uma vontade política à revelia das condições concretas do estágio de consolidação da nova sociedade. Seria possível e necessário discutir as formas e os métodos da planificação estatal. Dever-se-iam buscar aperfeiçoamentos, flexibilidade, consulta e participação de trabalhadores e da comunidade nos âmbitos locais. Deveria haver espaço para a ampliação da autonomia na direção das empresas e delegação de tarefas. A descentralização do plano seria possível nos casos em que os incentivos econômicos levassem a decisões que não poderiam ser adotadas, ou não fossem desejáveis no modo centralizado. Em um estágio mais evoluído da economia socialista, o plano central deveria se ocupar apenas da produção das mercadorias de importância especial para a economia nacional. O plano deveria determinar a velocidade e direção do desenvolvimento da economia nacional. Lange (1974a, pp.18-19) esperava que centralização estatal da planificação e da

direção administrativa tornar-se-ia desnecessária no decurso do processo de amadurecimento do socialismo.

Segundo Lange (1969, pp.110-119), a economia socialista dispõe de duas grandes vantagens, influenciando positivamente a alocação de recursos. A primeira vantagem é a distribuição de renda com o objetivo de alcançar o máximo bem-estar social. Em contraste, a economia capitalista tem uma distribuição de renda já previamente condicionada pela propriedade privada dos meios de produção. A segunda vantagem é a incorporação de todos os fatores econômicos no cálculo dos custos de produção, considerando, por exemplo, o sacrifício da vida, da segurança e da saúde dos operários nos processos produtivos. Em contraste, no capitalismo, o empresário só considera os seus custos privados de produção.

Mas, para Alec Nove (1986, p. 115), a experiência do socialismo real mostrava a importância do mercado na economia socialista, sobretudo por causa da dificuldade de substituição das funções do mercado, a despeito das suas imperfeições. Na avaliação de Nove, o plano totalizante central teve como resultado a burocratização, prejudicando a formulação e a adoção de critérios realistas.

Ernest Mandel (1986), em polêmica com Nove, argumentou em favor da planificação socialista. As leis de movimento e as contradições internas

do capitalismo tinham levado a um processo histórico de crescente e objetiva socialização do trabalho. Essa socialização do processo produtivo, ainda no capitalismo, favoreceria e exigiria a planificação socialista. Segundo Mandel, Nove não teria percebido essa problemática, já que negava as teorias econômicas marxistas. Ele parecia não notar a tendência, em curso, do desenvolvimento do capitalismo no sentido da necessidade de elevação da produtividade do trabalho, de busca de novos mercados e de inovações tecnológicas associadas à economia do trabalho. Não notava a concentração e a centralização do capital, as crises periódicas e a mundialização do capital. Já havia uma objetiva socialização do trabalho através do planejamento do processo de produção, inclusive na ação global de empresas transnacionais, com uma redução radical da alocação do trabalho pelo mecanismo do mercado (MANDEL, 1986, p. 6). As técnicas produtivas já apresentavam um grau elevado de independência frente ao mercado, enquanto os padrões de consumo já podiam ser razoavelmente estabilizados, sem frenéticas mudanças na produção dependentes de sinalizações de mercado.

Planificação é alocação direta de recursos, *ex ante*, em contraste com a lógica da alocação mercantil, *ex post*, esclareceu Mandel. É possível a combinação de plano e mercado, tão reclamada por Nove, mas isso resulta em formas híbridas, precárias e temporárias de regulação

da economia, porque estariam em ação mecanismos, motivações e valores sociais diferentes, advertia o marxista belga (*ibidem*, p. 7). Ele preocupava-se principalmente com o abandono da crítica à produção da mercadoria e ao mercado. Assim, alertava que o grande perigo era o abandono das conquistas dos socialistas na desmistificação dos pressupostos teóricos burgueses que vêm desde Hobbes, Locke e Smith. Essa exaltação do papel do mercado poderia atingir o coração da causa socialista, ao negar, no longo prazo, as possibilidades, vantagens e importância do desaparecimento do mercado na sociedade sem classes.

4. Quais São os Limites e Possibilidades do Mercado no Socialismo?

4.1. Socialismo de Mercado.

Na transição dos sistemas econômicos, nas condições do modelo de socialismo de mercado, a partir especialmente das contribuições de Lange, ainda deveriam ser encontradas diversas formas (nacionais, municipais, cooperativas etc.) de propriedade dos meios de produção. Conforme as diferentes circunstâncias históricas dos diversos países, essas formas variam. Na distribuição, os bens produzidos tornar-se-iam propriedade privada dos consumidores. Nesse contexto, se a esfera produtiva adquire a forma de produção de mercadorias e se há pluralidade de proprietários dos bens, então a lei do valor é

mantida na economia socialista (LANGE, 1974a, pp.12-13). Obviamente, a lei do valor é acompanhada das leis da circulação monetária, porque a produção de mercadorias exige a troca por moeda.

Lange (1969), retomando o sentido amplo dos preços, argumentava que a precificação dos bens de capital e dos recursos produtivos, à exceção da força de trabalho, teria uma finalidade contábil como indicadora de alternativas produtivas possíveis. O Departamento Central funcionaria como se fosse um mercado competitivo, alcançando os preços de equilíbrio, ao mesmo tempo em que (para que os preços tivessem uma função paramétrica no contexto da gestão das empresas) seria necessário que todos os diretores de empresas seguissem, em suas contabilidades, a precificação fixada pelo Departamento Central.

Bardhan e Roemer (1992) propõem, como rejuvenescimento do socialismo de mercado, simultaneamente a democracia representativa na política e o mercado na alocação da maioria das mercadorias e recursos. Para eles, o problema essencial é a relação entre os interesses especiais da burocracia das empresas e a distribuição igualitária. As soluções, para eles, seriam o monitoramento desses burocratas pelos bancos ou pelo mercado de ações, com preservação de dotações econômicas nas mãos dos trabalhadores. Eles inspiram-se em mitos das experiências

da Alemanha, França, Japão e países nórdicos. Todavia, Dimitris Milonakis (2003, p. 118) critica esse assim chamado rejuvenescimento: “O socialismo é aqui tratado como mera extensão do modelo de equilíbrio geral, incorporando a compatibilidade dos incentivos e a mudança nos direitos de propriedade”.

4.2. *Socialismo com Mercado.*

No contexto do surgimento do neoliberalismo e de críticas crescentes ao desempenho econômico dos países do socialismo real, Alec Nove (1989) publicou, em 1983, uma proposta de modelo socialista. Pretendia um tipo de socialismo viável, possível, alcançável no período de vida de uma criança já concebida. A propriedade social deveria predominar, mas o principal meio para atingir esse tipo de socialismo seria o mercado. Contudo, a despeito da análise instigante, constata-se que a proposição de modelo de socialismo de Nove revela-se carente de uma proposta de programa geral, articulado e sistemático para a transição socialista. Então, se Nove não compareceu ao debate com um programa de transição, o que ele discutiu neste terreno? Ele, acertadamente, não aceitava qualificar como socialistas os países social-democratas, como a Suécia. Sua proposta de transição socialista, porém, nos países desenvolvidos, limita-se às reformas social-democratas.

Nove, preocupado com prejuízos aos estratos sociais médios, critica o voluntarismo de

políticas de redistribuição de renda, sem consideração, na sua suposição, das condições de produtividade e de produção na economia. Ele adverte que, mesmo em países desenvolvidos, a redistribuição só poderia dispor de um volume de renda relevante para o bem-estar material das massas se, por exemplo, medidas de tributação atingissem, perigosamente, as pequenas e médias empresas, inclusive ameaçando sua sobrevivência, e incidissem sobre a poupança de importantes parcelas de trabalhadores nos fundos de pensão (NOVE, 1989, pp. 242-243).

Para Nove (*ibidem*, p. 247), as pressões pela distribuição de renda, além de ignorarem a questão da produtividade, são acompanhadas, por um lado, da rejeição às restrições dos aumentos salariais e, por outro, da exigência de controle administrativo de preços. Assim, o controle de preços teria causado desastres econômicos, por exemplo, na União Soviética (entre 1926 e 1928), no Chile com o governo Allende e na Polônia. Alguma forma de controle poderia ser admitida para lidar com o poder de monopólio, para enfrentar situações de crise e para favorecer o consumo, nos casos de bens de relevância. No modelo de socialismo de Nove (*ibidem*, p. 249), como a economia é mista, onde, portanto, opera a regulação mercantil, o controle de preços atentaria contra o próprio sistema ao “destruir” o mercado.

Para Nove (1989, pp. 250-255), os controles de importação chocar-se-iam com a interdependência e especialização internacionais, afetando custos e competitividade. Das políticas restritivas às importações, diversos efeitos adversos poderiam surgir, conforme o professor Nove: fuga de capital, queda do comércio de máquinas e componentes essenciais, redução de importações de países pobres, excessivos controles das moedas estrangeiras, necessidade de maior aparato burocrático. Na transição socialista, para Nove, só seriam permitidos controles comerciais em situações específicas e provisórias para proteger determinados setores econômicos ameaçados pela concorrência das importações.

Na interpretação de Nove (*ibidem*, p. 257), a estatização, observando especialmente a experiência britânica, pretendia satisfazer os objetivos de desapropriação dos grandes capitalistas, reversão dos lucros em renda para o povo e colocação do setor estatal a serviço do bem público. A esses objetivos, poderia ser acrescentada alguma forma de controle nas mãos dos trabalhadores nas empresas. Mas todos poderiam concordar que as grandes esperanças depositadas na estatização foram frustradas. A primeira fonte da suposta frustração localizou-se nos critérios de atuação das empresas estatais. Eficiência, operação comercial e bem público designariam os critérios para avaliação da empresa estatal. Mas tudo isso colidia, na prática, com a expectativa contraditória de que a empresa estatal tivesse

seu funcionamento, de fato, como se fosse uma empresa privada.

A eficiência depende, entre outros fatores, da concorrência e do tipo de bem produzido pela empresa. A conciliação simples e mecânica entre eficiência e interesse social não é um problema trivial. Por exemplo, mesmo sendo monopólio, a garantia da oferta de água à população é mais importante do que critérios de perdas e lucros, embora os custos devam ser minimizados (*ibidem*, p. 259). O setor dos transportes de passageiros é outro caso em que a eficiência deveria ser medida diretamente pela satisfação do interesse social. Contudo, denuncia Nove, a teoria econômica convencional influencia negativamente a avaliação das empresas estatais, exigindo considerações estritamente comerciais e financeiras. A possibilidade de se levar em conta as complementaridades e as externalidades das atividades, vistas como um sistema, na interação entre empresas, é uma vantagem da estatização, em contraste com a fragmentação de empresas privadas. É exatamente essa visão de conjunto que demonstra, por exemplo, a racionalidade da alocação de recursos, com a utilização de subsídios cruzados, viabilizando linhas (com ou sem lucratividade) de sistemas ferroviário, rodoviário, telefônico e de energia elétrica.

A segunda fonte para a confusão sobre o papel das estatais decorre dos problemas da divisão

de responsabilidade entre os órgãos do governo e as administrações das empresas. A terceira fonte das dificuldades de percepção sobre a importância da estatização situa-se sobre o papel dos trabalhadores e dos sindicatos nas empresas estatais. O problema da estatização exige uma nova abordagem no contexto da transição socialista (*ibidem*, pp. 267-270). Em benefício dos consumidores, da iniciativa local e da participação dos trabalhadores, seria importante o aumento do número de cooperativas e pequenas empresas estatais. Para enfrentar o desemprego, inclusive nas condições atuais do progresso técnico, seriam necessárias diversas iniciativas, como a criação das cooperativas, com apoio estatal; a redução da jornada de trabalho; e o cuidado e a responsabilidade dos administradores de empresas estatais nas decisões que afetam o emprego.

Em sua proposta de modelo, Nove (*ibidem*, pp. 307-318) apresentou a seguinte estrutura de empresas: 1. empresas estatais centralizadas; 2. setor socializado: empresas estatais ou de propriedade social, com direção autônoma perante o Estado, mas prestando contas aos trabalhadores; 3. cooperativas; 4. pequenas empresas privadas; 5. atividades individuais, a exemplo de jornalistas *free lance* e artistas. Os bancos e as grandes empresas, inclusive monopólios, por características técnicas, economias de escala e necessidades organizacionais, deveriam ser controlados e administrados pelo Estado. Os

serviços de eletricidade, telefones, correios, transportes públicos, além de complexos petrolíferos e petroquímicos, são exemplos de atividades de empresas que deveriam ser estatais centralizadas. Nas empresas socializadas, a administração prestaria contas aos trabalhadores, mas esses não seriam proprietários dos meios de produção, enquanto, simultaneamente, o Estado assumiria algumas responsabilidades restritas. Com a titularidade da propriedade, as cooperativas teriam liberdade empresarial. Os negócios privados existiriam nas pequenas empresas, com limites claros para o número de empregados, ou valor dos ativos, ou restrições conforme o tipo de setor econômico. Esses pequenos proprietários não poderiam obter renda sem o concurso do seu próprio trabalho.

A direção central, através da planificação, ocupar-se-ia dos grandes investimentos, além do monitoramento dos investimentos descentralizados para evitar projetos duplicados ou equivocados. O poder central ainda definiria as regras para os setores livres, deteria algumas funções no comércio exterior e deveria propor, às assembleias eleitas, os planos de longo prazo para mudanças técnicas e condições de vida. A gestão da política econômica e das políticas industriais e as ações regionais seriam funções do centro dirigente. Deveria haver punição para os erros e fracassos, através de multas, falências e até a própria destituição dos administradores.

“Um controle abrangente de preços é impossível de ser administrado: existem preços demais, muitos milhões”, alegou Nove (*ibidem*, p. 322). Os preços deveriam equilibrar a oferta e a demanda no mercado, a concorrência vedaria abusos de preços. Mas haveria casos de controles de preços, como nas situações de monopólio e de alguns produtos agrícolas básicos, além de bens e serviços que atenderiam determinadas razões sociais e culturais. O sistema de preços no socialismo seria constituído pelo setor dos preços controlados e pelo setor dos preços livremente negociados.

A divisão horizontal de trabalho não poderia ser abolida. Haveria possibilidades, com limites, para as pessoas mudarem de especialização, inclusive contando com amplas oportunidades educacionais. O mercado de trabalho, a política de rendas e a tributação deveriam viabilizar um grau de desigualdade de renda – limitado e necessário – para a orientação da distribuição da força de trabalho. A divisão vertical de trabalho deveria contemplar a necessidade real de hierarquia, reconhecendo as funções que exigem capacidade gerencial, considerando que há pessoas que querem e são capazes de assumir responsabilidades. A assembleia (parlamento) eleita e a imprensa livre seriam indispensáveis para o controle dos responsáveis por funções dirigentes, a fim de evitar abusos de poder.

Mercado: esse é o aspecto central do modelo que Nove (1989) propôs. Não obstante as restrições à abrangência da liberalização dos preços, há aspectos de uma compreensão acrítica desse autor sobre o papel do mercado no caso de uma sociedade socialista. Apesar do reconhecimento das manifestações de imperfeição do mercado, ele parece, em geral, depositar uma confiança exagerada na eficiência mercantil. Por isso, a despeito das ponderações, ele associou, no socialismo, muitos aspectos econômicos ao mercado, como: avaliação dos custos, incentivos ao interesse material, iniciativas individuais e de grupo, preferências do consumidor, concorrência contrária ao abuso do poder pelos produtores, preferências da força de trabalho, viabilidade das pequenas empresas (com menor alienação dos trabalhadores), medição da lucratividade como critério de eficiência, bloqueio do enriquecimento ilícito de pequenos empresários, punição da má-gestão e recompensa do risco.

Em última instância, no limite, essa visão do mercado tende a jogar água no moinho das abordagens de von Mises e Hayek acerca do cálculo econômico, dos incentivos, da formação do conhecimento, da circulação da informação, da eficiência econômica. Contudo, isso abre uma contradição com qualquer imagem de socialismo preferida por Nove. Ademais, Nove (1989) propôs uma estrutura de propriedade, no seu modelo de socialismo, onde há uma presença

muito limitada de empresas privadas (pequenos negócios, principalmente) e um importante setor de administração centralizada (além de outras empresas estatais e cooperativas). Os bancos e os grandes investimentos caberiam à direção central e à planificação. Porém, simultaneamente, Nove propôs que a maioria das transações deveria ser concretizada no mercado, que seria o principal regulador da economia.

4.3. Mercado Socializado.

Diane Elson analisou a queda do socialismo real, criticando a experiência de planificação centralizada. Anteriormente, Elson (1988) já tinha formulado a proposta de socialização do mercado, em vez do socialismo de mercado. A queda do regime soviético e demais países do Leste europeu reforçou suas teses, já que, segundo a autora, no socialismo real teriam prevalecido controle, corrupção e ineficiência, em vez de capacitação e autonomia para a participação e responsabilidade social das pessoas. E, agora, o que propor, em geral, para o socialismo, segundo Elson? Impõe-se, assim, a necessidade de instituições democráticas para o direcionamento social consciente: “Mas não é preciso haver uma autoridade central que diga às pessoas o que devem produzir e como devem produzir” (ELSON, 1991, p. 310). Para ela, em vez de uma única forma de propriedade estatal, seria preciso combinar propriedades municipais, regionais

e nacional, além de um destacado papel para cooperativas em alguns ramos de produção, sem excluir a propriedade privada.

Segundo Elson, os direitos de participação dos funcionários das empresas devem ser compatibilizados com a responsabilidade social mais ampla, considerando os interesses dos consumidores e da comunidade. Essa compatibilização deve ser feita pelos mercados, se houver uma distribuição relativamente igualitária da renda e da riqueza. Elson não ignora os perigos no sentido de que o mercado e seu decorrente fluxo monetário “tende(m) a adquirir vida própria e a incentivar uma busca mais estrita de interesses de pessoas e grupos” (*ibidem*, p. 311). Ela reconhece que o mercado acarreta a busca do interesse individual, e isso conduziria a graves consequências para o meio ambiente, além de problemas como desemprego e inflação.

Desse raciocínio de Elson, infere-se que a pior opção seria a tentativa de socialismo sem mercado. A troca mercantil seria indispensável, impõe-se como necessidade incontornável, apesar de alguns de seus efeitos serem deletérios à causa socialista. É viável, porém, uma organização da economia que conta com o mercado e, ao mesmo tempo, resiste aos malefícios mercantis, assegurando que as pessoas tenham espírito público e solidariedade? A viabilidade desse arranjo econômico complexo decorreria da adoção crescente de mecanismos democráticos em

diversas esferas. Assim, seria necessário recorrer à negociação nas decisões econômicas entre empresas e comunidade e ao arrendamento de empresas a grupos de pessoas (sem prejuízo de fins sociais). Comunidades, consumidores e trabalhadores estariam organizados em rede e grupos diversos. Planejamento e mercado estariam articulados através de mecanismos de interação.

O que se percebe do modelo de Elson é que, enfim, na economia, tudo dependeria da interação entre Estado, empresas e os cidadãos (usuários, comunidade). Entretanto, o papel direto do Estado na economia é bastante negligenciado, considerando o contexto das necessidades de transição e construção socialista. Assim, esvaziado do controle dos meios de produção, sem decidir sobre os investimentos, então o Estado poderá ter um papel muito restringido no começo do esforço de transição socialista. Se a economia é regulada pelos ditames do mercado, parece ser insuficiente para a democracia socialista, embora seja muito importante, o aludido apoio estatal em termos de subvenções a grupos ativistas, meios de comunicação, treinamento de pessoas. Claro, é indispensável a existência de estruturas democráticas, além da difusão de procedimentos eleitorais, materializando o poder, a participação e a influência dos trabalhadores, em contrapeso às tendências de burocratização do Estado. No entanto, Elson, que parece esvaziar a tarefa econômica estatal,

atribuiu paradoxalmente ao Estado a responsabilidade política de garantir que as pessoas e grupos mantenham-se independentes (*ibidem*, p. 312).

Ao que parece, Elson substituiu o objetivo do socialismo de satisfação das necessidades sociais, tendo em conta as condições econômicas, pelo conceito de responsabilidade social. O cerne do socialismo seria a responsabilidade social na utilização dos recursos. É isso mesmo? Na verdade, o cerne do socialismo e comunismo deveria ser definido pelo que se pretende de liberdade para as massas trabalhadoras, e, por conseguinte, para toda a humanidade. Em nossa visão, sem a quimera de extinção de todas as contradições da sociedade, sem ilusões, esse “reino da liberdade” seria a manifestação de nova vida social: fim da exploração, superação das dificuldades materiais das condições de vida das massas trabalhadoras, término da opressão, democracia geral e cotidiana, abandono das concepções ideológicas burguesas, direitos iguais das mulheres e práticas de preservação ambiental.

A responsabilidade social e democrática pelos recursos é mais um meio do que um objetivo em si mesmo, embora seja um meio fundamental e indispensável para a economia e para a sociedade no socialismo. Essa responsabilidade social é um meio para assegurar a participação democrática das pessoas na vida econômica, a

satisfação das necessidades sociais, a eficiência produtiva, a defesa do meio ambiente.

5. Crítica geral.

É tarefa crucial expor uma abordagem crítica geral sobre a relação entre mercado e socialismo. O marco metodológico dessa crítica contém dois elementos relevantes: 1) o conceito geral de mercado, e 2) as funções do mercado no âmbito da reprodução do capitalismo.

Considerando o conceito *stricto sensu* do modo de produção socialista, lógica e dialeticamente, constata-se a inadequação do mercado como estrito mecanismo de regulação econômica do socialismo. Isso decorre, entre outros fundamentos, da funcionalidade precipuamente articulada do mercado com a conservação das leis econômicas da acumulação privada. Nesse sentido, o mercado encaminha-se para a contradição não apenas com a noção de propriedade no socialismo, mas, também, com a finalidade última desta sociedade.

É necessário caracterizar o debate do cálculo econômico como uma discussão associada à falsa noção de “microeconomia socialista”. Nesse sentido, abriu-se espaço para um debate econômico como um fim em si mesmo. O balizamento metodológico e teórico que orientou o debate do cálculo constituiu-se, por um lado, em torno

do individualismo metodológico, e, por outro lado, fundamentou-se na teoria microeconômica neoclássica.

A Teoria do Equilíbrio Geral de Walras foi considerada o fundamento adequado para os instrumentos de análise das questões concretas e imediatas da economia capitalista no cotidiano, em contraste com as interpretações das tendências e perspectivas de longo prazo da teoria econômica marxista, conforme a compreensão de Lange (1935). Assim, restringia-se ao instrumental teórico burguês a capacidade de análise sobre preços de monopólio, questões monetárias e de crédito, tributação, relações entre inovação técnica e salários etc.

Por princípio metodológico, o recurso à suposta autoridade da teoria econômica burguesa (neoclássica e outras) para argumentar em favor do socialismo corresponde a uma solução contraproducente e estéril. A economia neoclássica apoia-se em bases epistemológicas positivistas e individualistas, portanto, em franca negação à perspectiva metodológica do materialismo histórico. O argumento em favor da existência de uma ciência econômica pura, evidentemente, ignora a natureza histórica das leis econômicas e das organizações sociais, entre elas, o próprio socialismo. Em particular, a aplicação mecânica do arcabouço neoclássico como fundamento teórico para propor formas de funcionamento da economia socialista é uma contradição em

termos. Vê-se, por conseguinte, que se trata de uma discussão entre dois paradigmas concorrentes, ultrapassando decisivamente a mera problemática da “microeconomia socialista”.

O tratamento alternativo às variadas formas de socialismo de mercado implica em um adequado enquadramento metodológico da relação entre mercado e socialismo. Trata-se de uma exigência premente, sobretudo porque hoje a retomada desta reflexão ocorre em momento histórico de combinação de três experiências fundamentais: o colapso dos modelos do socialismo real, a atual trajetória sistêmica chinesa e o longo ciclo de turbulências capitalistas, desde o fim da onda expansionista do pós-segunda guerra.

Há, portanto, a nosso juízo, dois pressupostos inegociáveis para a retomada do debate econômico sobre o socialismo. Primeiro: o reconhecimento de que a negação da possibilidade de êxito do socialismo coloca-se em oposição ao marxismo e ao seu projeto de sociedade em superação ao capitalismo. Segundo: a natureza da nova sociedade proposta pelos marxistas, conformando uma totalidade composta de determinados elementos estruturais e superestruturais, é incompatível com os fundamentos mercantis permanentes e, portanto, com o tipo de cálculo e regulação a eles inerente.

Aparentemente, os pressupostos acima emanados atuariam como uma espécie de interdição

ao debate, já que os mesmos rejeitariam *in limine* a presença do mercado no socialismo. Em que termos, contudo, o debate deve ser desenvolvido? A nosso ver, o debate somente é aceitável mediante uma determinada formulação para o termo socialismo.

No âmbito das discussões sobre mercado e plano, tanto liberais e neoclássicos, quanto “marxistas” tomaram o socialismo como um objeto completo, portanto, *stricto sensu*, desconsiderando as mediações de tempo e espaço. Em outras palavras, se nos apoiarmos diretamente em Marx, o socialismo – objeto do debate – corresponderia à chegada da caminhada da humanidade a uma sociedade superior, o que equivale ao próprio comunismo.

Mas, ao mesmo tempo, e aqui reside a maior dificuldade, a utilização do mercado no socialismo deve ser funcionalmente pressuposta. Elementos de modos de produção precedentes não podem ser suprimidos imediatamente assim que outro novo, o socialismo, começa a predominar. Assim, tendo em vista as dimensões temporal e histórica, para os marxistas, em certo sentido, mercado e formas econômicas capitalistas seriam possíveis, e até necessários, evidentemente, desde que se colocassem no contexto da transição ao socialismo. Essa é uma concepção dialética. Mas os opositores do marxismo e os marxistas heterodoxos inventaram um conceito de socialismo que poderia ser

genericamente chamado de socialismo de mercado. Nesse modelo, o mercado é um regulador econômico *permanente*.

A orientação metodológica crítica, aqui exposta, contribui para a polêmica entre a concepção marxista acerca do mercado na transição ao socialismo, em oposição à proposição anti-marxista, ou não-marxista, do socialismo de mercado. Deve ficar bem esclarecido que o mercado utilizado como dispositivo de transição pressupõe o socialismo como finalidade, o que implica sua integração ao mecanismo de regulação econômica do socialismo em caráter provisório. O mercado, no projeto socialista, não está pressuposto como regularidade. Desse ponto de vista, a fórmula socialismo de mercado representa uma recusa do marxismo e de sua formulação do socialismo.

Essa polêmica não aparece aleatoriamente ou atemporalmente. Sua motivação está vinculada, historicamente, ao surgimento e fortalecimento do marxismo e à realização da primeira revolução proletária – a Revolução Russa –, que contempla o princípio da socialização da propriedade dos meios de produção. Mas reaparece quando do fim da URSS, com fortes propósitos ideológicos, entre outros, para propor a negação definitiva do socialismo e, também, para encobrir uma recusa, inclusive de determinados marxistas, em realizar uma efetiva crítica da degeneração burocrática do chamado socialismo real.

Na atualização da discussão, reconhece-se que a questão do mercado no socialismo não é um tema novo entre os socialistas. A polêmica foi renovada pelo fim da URSS, pela presença do regime chinês contemporâneo e pela busca hoje de um projeto alternativo de esquerda no século XXI. O tema do debate apresenta-se de antemão obrigatório na teorização sobre a organização econômica do socialismo e se encontrava presente em alguns dos textos de Marx e Engels. Em seguida, houve as divergências apresentadas por alguns dos primeiros dissidentes “revisionistas” do marxismo, destacando-se, entre eles, Eduard Bernstein e Karl Kaustky.

Todavia, pode ser afirmado que o primeiro grande debate configurou-se após a vitória da Revolução Russa de 1917, entre os próprios dirigentes revolucionários, em particular Lenin (1973a, 1973b, 1974), Trotsky (1926, 1956), Bukharin (1982a, 1982b, 1982c) e Preobrazhensky (1965), em decorrência da necessidade urgente de escolha dos rumos do desenvolvimento econômico soviético, em meio às fortes restrições materiais da destruição e do atraso, que se configuraram após a derrota das ações contrarrevolucionárias e a confirmação do controle do poder pelos bolcheviques. E o segundo grande debate, entre as décadas de 1930, 1940 e 1950, como é bem conhecido, ocorreu em meio à consolidação da URSS, com todas as restrições socialistas que conhecemos, notando-se aí a presença de Dobb (2012), Sweezy (1949), Lange (1969), e Dickinson

(1939), todos eles envolvidos em polêmicas com economistas como Hayek (1963) e von Mises (1963), precursores do neoliberalismo. Mais recentemente, com o surgimento dos primeiros sinais do fracasso econômico dos regimes burocratizados, já na década de 1960 e nos anos 1970, novas discussões a respeito do tema em questão foram conhecidas, entre as quais as de Brus (1972), Bettelheim (1977) e Kuron e Modzelewski (1969).

A crise dos regimes inspirados no modelo soviético, entre o final os anos 1980 e início dos anos 1990, apresentada, deliberadamente ou não, como a “crise” do marxismo/socialismo, propiciou uma onda de apologia ao capitalismo, sem deixar de atingir profundamente o movimento operário/socialista. Por um lado, na esfera do pensamento conservador, esta postura procura justificar, em face destes acontecimentos históricos mais recentes, uma suposta infalibilidade da tese que confere ao capitalismo uma existência eterna. Por conseguinte, o mercado é entronizado na condição de exclusivo e inexorável regulador da produção econômica, sendo sua plenitude alcançada na sociedade mercantil-capitalista.

Diante dos novos fatos, um número considerável de socialistas sentiu-se instado a “repensar” o próprio conceito de socialismo. Segundo este entendimento, o planejamento, tal qual supostamente formulado por Marx e aplicado pela burocracia soviética, seria impraticável e

indefensável por diferentes razões. Disto deriva que, também para estes autores, o mercado passa a ter o significado de perenidade e, portanto, apresenta-se como o regulador irremovível fundamental. Nos novos tempos, seria impossível ao socialismo sobreviver sem o mercado. Isso conduziu inevitavelmente a construções de novas formulações “teóricas” do tipo “socialismo de mercado”, “mercado socializado” ou “mercado socialmente controlado”, para não mencionar outras variantes do tema. Entre os autores que seguem essa diretriz destacam-se, apesar das suas divergências, Nove (1989), Elson (1988), Mandel (1986), Devine (1988), De Jasay (1990), Blackburn (1991), Brus e Laski (1989).

Evidentemente, alguns dos autores acima mencionados inscrevem-se entre os precursores das formulações negadoras do socialismo. Contudo, outros deles apresentam razões procurando mostrar que o próprio marxismo forneceria os argumentos justificadores do mercado (ou elementos mercantis) no socialismo sem negar a construção deste último. Ao mesmo tempo, em geral, as posições reformistas, mesmo reconhecendo os diversos elementos profundamente deletérios do capitalismo, elegem este último como o objeto de um projeto de “transformação”, que deveria resultar em um “capitalismo mais civilizado”.

Então, seria possível afirmar que o projeto do mercado *light* equivale à manutenção do

capitalismo, mesmo que sob um controle social que supostamente neutralizaria a exacerbação dos seus elementos desagregadores? Essa formulação, da qual Karl Polanyi se situa como um dos pioneiros, tem sido justificada na versão mais recente do debate como uma nova concepção do socialismo que, na prática, questiona a necessidade de uma sociedade pós-capitalista.

Hoje, o debate sobre mercado e socialismo reflete as transformações econômicas e políticas recentemente ocorridas. Nesse sentido, destaca-se a integração das grandes amplitudes espaciais nacionais que, até por volta de 1980, estavam diretamente ausentes da reprodução capitalista internacional. Particularmente, a China, hoje, tem assumido um papel relevante nessas grandes mudanças, com forte impacto no debate econômico e político. A recente trajetória chinesa, apresentada como uma experiência apoiada em um modelo de socialismo de mercado, tem efetivamente contribuído para renovar a dominação do capital no mundo, a despeito do bem-sucedido desenvolvimentismo estatal da China. Nove elogiou as reformas chinesas, mas para Harry e Fred Magdoff (2005, p. 48): “Uma das mais importantes lições da reversão sistêmica da China é que o assim chamado socialismo de mercado tem sua lógica intrínseca. Neste sentido, um passo implica necessariamente em outro no curso do escorregamento para o capitalismo”.

6. Conclusões.

A relação entre plano e mercado no socialismo sempre foi objeto de grande polêmica. E, hoje, há muito mais divergências sobre a abrangência da planificação no socialismo, além da rejeição à planificação total e centralizada. No passado, nos países do socialismo real, a visão era muito distinta, o que denota a subestimação das dificuldades econômicas gerais, além da gritante ausência de democracia participativa. Os trabalhadores não tinham a oportunidade de participar e influenciar as principais decisões econômicas.

No próprio debate do cálculo econômico, surgiu a elaboração do conceito de socialismo de mercado. A partir do equilíbrio walrasiano, Lange combinou mercado e plano para a suposta alocação eficiente dos recursos. Mas a partir do próprio terreno do marxismo e da democracia socialista, na economia da transição socialista, o mercado e o plano são elementos indispensáveis de complexa e temporária interação, sob as tensões do processo de transformações, com critérios e prioridades democráticas, sociais e ambientais.

Os novos tempos, com os processos desencadeados pela queda da União Soviética, pelo novo regime da China e pela crise do capitalismo em 2008, convocam a renovação urgente e prioritária da pesquisa e do debate sobre formas e essência, limites e possibilidades, tanto do

mercado quanto da planificação. Alguns adeptos da fórmula socialismo de mercado provavelmente sentem-se animados com o atual curso sistêmico do país de Mao Zedong e Deng Xiaoping. Assim, a China teria uma aderência à formulação do socialismo de mercado. Mas o caso chinês dificilmente poderia ser classificado como uma experiência de organização econômico-social socialista. Ao contrário, na verdade, o socialismo de mercado chinês contradiz a noção de que o mercado, nos moldes como foi adotado na China, sirva à transição socialista. Aqui, há um claro recuo em relação até mesmo ao socialismo pensado por Lange.

Enfim, a questão central consiste na dialética da presença do mercado no socialismo. Portanto, por mais que seja necessária e perdure a regulação mercantil, ela é, em si mesma, essencialmente, uma negação do socialismo. A eternização do mercado, em formas variadas e mesmo sob forte ação estatal, tampouco pode ser considerada sinônimo de socialismo.

Bibliografia

- BARDHAN, Pranab & ROEMER, John E. "Market Socialism: A Case for Rejuvenation", *Journal of Economic Perspective*, Pittsburgh: AEA Publications, v. 6, n. 3. pp. 101-116, 1992.
- BETTELHEIM, Charles. *A planificação socialista da economia*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BLACKBURN, Robin. (ed.). *After the Fall: The Failure of Communism and the Future of Socialism*. London; New York: Verso, 1991.
- BRUS, Włodzimiers. *The market in a socialist economy*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972.
- BRUS, Włodzimierz & LASKI, Kazimiers. *From Marx to the market*. Oxford: Clarendon, 1989.
- BUKHARIN, Nicolai I. "The new course in economy policy". In: DAY, Richard B. (ed.). *Nicolai I. Bukharin. Selected writings on the state and the transition to socialism*. New York: M. E. Sharpe, 1982a, pp. 99-108.
- _____. "Toward a critique of the economic platform of the opposition (The lessons of October 1923)". In: DAY, Richard B. (ed.), *op. cit.*, 1982b, pp. 109-150.
- _____. "Economics of the transition period". In: DAY, Richard B. (ed.), *op. cit.*, 1982c, pp. 38-94
- DE JASAY, Anthony. *Market socialism: A scrutiny: "this square circle"*. Westminster, London: Institute of Economic Affairs, 1990.
- DEVINE, Pat J. *Democracy and economic planning: the political economy of a self-governing society*. Cambridge: Polity Press, 1988.
- DICKINSON, Henry Douglas. *The Economics of socialism*. New York: Oxford University Press, 1939.
- DOBB, Maurice. *On theory economic and socialism: collected papers*. New York: Routledge, 2012
- ELSON, Diane. "Market socialism or socialization of the market?", *New Left Review*, London: Verso, n. 172, pp. 3-44, 1988.
- _____. "Economics of a Socialized Market". In: BLACKBURN, Robin. (ed.). *After the Fall: The Failure of Communism and the Future of Socialism*. London; New York: Verso, 1991, pp. 310-314.
- GANEM, Ângela. "Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível", *Revista de Economia Política*, São Paulo: Editora 34, v. 16, n. 2. pp.105-122, 1996.
- HAYEK, Friedrich A. *Collectivist economic planning: critical studies on the possibilities of socialism*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1963.
- _____. "Economics and Knowledge". In: _____. *Individualism and Economic Order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1948.
- KURON, Jacek & MODZELEWSKI, Karol. *An open letter to the Party*. London: Pluto Press, 1969.
- LANGE, Oskar. "Marxian economics and modern economic theory", *The Review of Economic Studies*. Oxford: Oxford University Press, v. 2, n. 3. pp.189-201, 1935.
- _____. "Economía política del socialismo". In: LANGE, Oskar. (ed.). *Problemas de economía política del socialismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974a, pp. 7-20.
- _____. "Sobre la teoría económica del socialismo". In: LANGE, Oskar & TAYLOR, F. M. (ed.). *Sobre la teoría económica del socialismo*. Barcelona: Ariel, 1969.
- _____. "Papel de la planeación en la economía socialista". In: LANGE, Oskar. (ed.), *op. cit.*, 1974b, pp. 21-35.
- _____. "Problemas fundamentales de la construcción socialista". In: LANGE, Oskar (ed.), *op. cit.*, 1974c, pp. 36-59.
- LENIN, V. I. "The immediate tasks of the Soviet Government". In: _____. *Collected Works*. Moscow: Progress, v. 27, 1974, pp. 235-277.
- _____. "Report on the substitution of a tax in kind for the surplus grain appropriation system - Tenth Congress of the R.C.P.(B.)". In: _____. *Collected Works*. Moscow: Progress, v. 32, 1973a, pp. 214-228.
- _____. "The Tax in Kind (The Significance of the New Policy and its Conditions)". In: _____. *op. cit.*, 1973b, p. 329-365.
- LUXEMBURG, Rosa. "Reform or revolution". In: SCOTT, Helen. (ed.). *The Essential Rosa Luxemburg. Reform or Revolution & The Mass Strike*. Chicago: Haymarket, 2008, pp. 41-104.
- MAGDOFF, Harry & MAGDOFF, Fred. "Approaching Socialism", *Monthly Review*. New York: Monthly Review Press, v. 57, n.3. pp. 19-61, 2005.
- MANDEL, Ernest. "In Defense of Socialist Planning", *New Left Review*. London: Verso, n. 159. pp. 5-37, 1986.
- MILONAKIS, Dimitris. "New market socialism: a case for rejuvenation or inspired alchemy?", *Cambridge Journal of Economics*. Cambridge: Oxford University Press, v. 27. pp. 97-121, 2003.
- MISES, Ludwig von. "Economic Calculation in the Socialist Commonwealth". In: HAYEK, Friedrich A. (ed.). *Collectivist Economic Planning: Critical Studies on the Possibilities of Socialism*. London: G. Routledge & Kegan Paul Ltd., 1963, pp. 87-130.
- _____. *Uma crítica ao intervencionismo*. Rio de Janeiro: Nórdica; Instituto Liberal, 1987.

_____. *A Critique of Interventionism*. Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2011.

NOVE, Alec. “Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista?” In: HOBBSAWN, Eric. (ed.). *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. VII, 1986, pp. 105-136.

_____. *A economia do socialismo possível*. Lançado o desafio: socialismo com mercado. São Paulo: Ática, 1989.

PREOBRAZHENSKY, Eugene A. *The new economics*. Oxford: Clarendon Press; Oxford University Press, 1965.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. ed. S. M. Soares, Lausanne: MetraLibri Digital Library, 2007.

SWEEZY, Paul. *Socialism*. New York: McGraw-Hill Company, 1949.

TROTSKY, Leon. *Whither Russia? Towards capitalism or socialism*. New York: International Publishers, 1926.

_____. *The New Course*. London: New Park Publications, 1956.

HOYÊDO NUNES LINS

INTEGRAÇÃO PRODUTIVA EM PROCESSOS DE REGIONALIZAÇÃO ECONÔMICA: O MERCOSUL EM QUESTÃO

Recebido em 07/2017

Aprovado em 11/2017

INTEGRAÇÃO PRODUTIVA EM PROCESSOS DE REGIONALIZAÇÃO ECONÔMICA: O MERCOSUL EM QUESTÃO

Resumo

A regionalização econômica sobressai no debate contemporâneo sobre a espacialidade da acumulação de capital, e seus efeitos nos países e regiões envolvidos têm realce entre os aspectos abordados. Exibe especial destaque o problema da integração produtiva, implicando divisão espacial do trabalho, especialização das funções e complementaridades entre processos distribuídos nesses territórios supranacionais. No Mercosul, esquema de regionalização-integração com grandes desigualdades e assimetrias históricas, a integração produtiva mostra pouco alcance e, devido a razões estruturais e à própria dinâmica do referido processo, concentra-se, desde o início, no eixo Argentina-Brasil. A indústria automotiva tem proeminência nessa questão, apresentando forte comércio intrabloco em veículos, peças e componentes – um quadro que reflete as estratégias das empresas multinacionais implicadas. Traduzindo o entendimento de que os resultados até então obtidos na matéria eram pobres e que avançar nesses termos é fundamental, criou-se, bem mais tarde, um programa específico para promover a integração produtiva no Mercosul.

Palavras chave: regionalização econômica; integração produtiva; Mercosul

Classificação JEL: F15, L23, F23

Abstract

Processes of economic regionalization, specially their consequences in the countries and regions involved, have a prominent place in the current debate

on the spatial dimension of capital accumulation. An issue of particular interest is production integration, implying spatial division of labor, specialization of functions and complementarities among processes scattered in such supranational territories. Within Mercosur, a regionalization-integration process showing important historical inequalities and asymmetries, production integration is very poor and, due to both structural reasons and the dynamics of the integration itself, is restricted to the axis Argentina-Brasil. The car industry stands out in this matter, with considerable intra-regional trade concerning vehicles, auto parts and components, a situation that reflects the strategies of the multinationals involved. Translating the perception that, despite its importance, results in this subject have been scarce, and also that there is room to progress, a specific program intended to promote production integration in Mercosur was finally, albeit belatedly, created.

Keywords: economic regionalization; production integration; Mercosur

I. Introdução

A regionalização econômica, especialmente quando envolve integração baseada em acordos formais entre países, sobressai no debate contemporâneo sobre a espacialidade da acumulação de capital. Esse tipo de processo foi observado em diversos continentes desde o Segundo Pós-Guerra, sobretudo, e adquiriu

feições “paradigmáticas” na experiência europeia a partir da década de 1950.

Embora as correspondentes iniciativas apresentem diversidade de formas, contextos e motivações, compartilham ao menos este aspecto: os países participantes vislumbram benefícios com o engajamento. De fato, não se imagina conduta pró-participação, que afeta os vínculos com outros países implicados e com o resto do mundo, sem expectativas de benefícios, ainda que sua concretização não esteja previamente assegurada. Entre as vantagens, perfila-se a dinamização da economia: a presença em mercados ampliados, em condições preferenciais, representa desafios ligados à concorrência, mas igualmente permite atingir consumidores que, de outro modo, seriam menos acessíveis, podendo ambas as perspectivas motivar novos investimentos, de origens diversas, ativando a economia.

Contudo, as oportunidades relacionam-se, principalmente, às especializações e complementaridades surgidas ou intensificadas no seio do bloco, com as estruturas produtivas (nacionais, subnacionais) interagindo mais fortemente, em meio a estímulos ao crescimento. Em outras palavras, os maiores benefícios vinculam-se ao caráter produtivo da integração, vale dizer, à integração produtiva, possibilitando ganhos de escala, atualização tecnológica e organizacional e maior produtividade. Tal assunto, assimilado à espacialidade da acumulação de capital, é

básico no debate sobre os efeitos da regionalização econômica e sua incidência.

A integração produtiva nos processos de regionalização é o tema geral deste artigo, cujo foco principal é a experiência do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Seu principal objetivo é, após apresentar os termos da discussão sobre a importância do caráter produtivo da integração, abordar a incidência desse aspecto da regionalização econômica na trajetória do Mercosul, contrastando as aspirações iniciais e a situação que se instalou. Inicia-se com uma sistematização do debate sobre a distribuição dos efeitos da regionalização, ao qual se vincula o problema da integração produtiva. Em seguida, a atenção recai sobre a experiência do Mercosul.

2. Termos do debate: regionalização, desigualdades e integração produtiva

Para abordar o papel da integração produtiva na regionalização econômica, é útil começar pelo problema das desigualdades de desenvolvimento nesses processos, depois focalizando o tema da fragmentação espacial da produção.

2.1. Distribuição espacial dos efeitos da regionalização econômica

Entre os resultados mais importantes dos processos de regionalização econômica figuram os ganhos em economias de escala, cuja base é o acesso facilitado a mercados maiores, devido

à redução ou eliminação dos direitos alfandegários intrabloco, acompanhada, nas uniões aduaneiras, pela proteção da tarifa externa comum. Também promovem dinamização econômica aspectos como menor incerteza comercial e progresso tecnológico, este favorecido pela possível transmissão, entre setores e empresas, de avanços nesse sentido, repercutindo em especialização e produtividade. Tudo isso tende a ressoar nos investimentos, órbita de manifestação talvez mais eloquente de como os agentes enxergam as possibilidades promovidas pela regionalização.

O aumento da concorrência tem, igualmente, grande importância, pois a retirada ou redução dos direitos alfandegários aprofunda os desafios para os produtores. Entretanto, a diversidade de setores, empresas e contextos, incluindo os arcaísmos institucionais – refletindo os atributos territoriais e as trajetórias históricas –, costuma significar uma desigual distribuição espacial dos efeitos da regionalização. Essa pluralidade manifesta-se, inclusive, na promoção e atração de novos investimentos, e, desse modo, a regionalização pode contribuir para o aumento das diferenças de desenvolvimento existentes (entre países ou regiões) e para o surgimento de novas situações de desigualdades.

Esse tipo de problema chamou a atenção na experiência europeia. Já nos anos 1940 e 1950, dizia-se que a redução ou derrubada das

barreiras comerciais levaria à maior concentração de investimentos nas áreas historicamente mais dinâmicas em termos industriais (BYÉ, 1958; GIERSH, 1949-1950). Vinculado às economias externas e melhorias nos transportes, esse efeito surgiria mesmo que os custos de mão de obra fossem mais elevados nesses locais, de onde as mercadorias atingiriam, sem barreiras comerciais, todos os recantos do grande mercado constituído pela integração. A concentração espacial dos investimentos aprofundaria as desigualdades no âmbito do bloco, ou seja, impulsionaria a divergência inter-regional, agravada até mesmo pela provável drenagem de recursos (capital, mão de obra) das áreas periféricas pelos centros em crescimento.

Para Krugman (1991), essa tendência mostrou-se dominante na projeção rumo à União Econômica e Monetária. Inspirada em autores interessados por questões desse tipo em meados do século passado, como Hirschman (1961), Myrdal (1968) e Perroux (1967), sua análise destacou os retornos crescentes, as externalidades, os custos de transporte e o dinamismo da demanda, entre os fatores da concentração. Também Puga e Venables (1998) argumentaram em linha semelhante, examinando as interações entre custos, concorrência imperfeita e vínculos insumo-produto.

Em outra direção, assinalou-se que a maior pressão concorrencial faria as empresas

buscarem menores custos de produção, do que poderiam resultar transferências de atividades para áreas exibindo menores salários, presença industrial e dinamismo econômico (BALASSA, 1964). O crescimento econômico na periferia do bloco europeu acabaria, assim, promovido, com adensamento das relações produtivas e com resultados em emprego e renda. Nessa visão, a desconcentração espacial dos investimentos conduziria a menores desigualdades, produzindo convergência inter-regional. Venables (2003) sugere, argumentando no marco das vantagens comparativas, que pode ocorrer convergência dos níveis de renda *per capita* regionais quando a integração envolve países ricos, com maior homogeneidade de conjunto. Uma grande diferenciação, típica dos agrupamentos de países muito heterogêneos, representaria, ao contrário, tendência de agravamento das desigualdades, em consequência do próprio movimento de regionalização-integração.

Ambas as situações constituem estilizações da realidade. Um mesmo processo de regionalização-integração pode registrar combinações de concentração-divergência e desconcentração-convergência, quanto à distribuição dos investimentos e quanto ao dinamismo econômico e ao desenvolvimento, com intensidades e abrangências diversas segundo as atividades e circunstâncias. Mesmo assim, tais representações podem servir de chave de leitura sobre experiências concretas, pois pensar nesses termos

significa considerar questões que concernem à presença persistente de desigualdades ou ao seu agravamento, problemas que, como a observação histórica indica, são capazes de desestimular o envolvimento dos países e colocar em risco a própria integração.

Contudo, só com respeito a situações concretas se pode falar da predominância de processos de divergência ou convergência inter-regional em blocos de países. Nesse sentido, cabe assinalar que, na experiência europeia, já em meados dos anos 1970, decidiu-se criar o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), pela urgência de um instrumento capaz de nutrir a distribuição espacial dos investimentos. O motivo foi o entendimento de que os resultados agregados daquele processo de integração (na dinamização do comércio e da produção, por exemplo) não tinham contrapartidas locais ou regionais nas áreas mais distantes do *core* europeu.

São igualmente ilustrativas algumas experiências fora do centro do capitalismo. Na América Latina, cabe realce para a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960 sob os auspícios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e para o Pacto Andino, surgido em 1960 e tornado Comunidade Andina de Nações em meados dos anos 2000 (VAITSOS, 1979). Na África, o assunto mereceu destaque com relação

ao Mercado Comum da África Oriental, nos anos 1960 (WIONCZEK, 1966). As razões não eram fortuitas: “[...] a integração econômica é [...] um processo inclinado a conflitos e tensões” (VAITSOS, 1979, p. 105), e “[...] o problema que repetidamente aparece no centro dos conflitos distributivos é o da localização das atividades produtivas.” (*ibidem*, p. 109).

Portanto, a esfera da produção tem importância fundamental na regionalização econômica. Quando o caráter produtivo da integração se faz presente, uma menor concentração espacial dos reflexos positivos desse processo tende a ser testemunhada: integração produtiva significa melhores possibilidades de distribuição dos impulsos econômicos da regionalização, com suas consequências, afetando a espacialidade da acumulação de capital nos territórios envolvidos.

2.2. Concentrando o foco: o caráter produtivo da integração

A questão central da integração produtiva diz respeito às interdependências e complementaridades entre processos em curso em diferentes países ou regiões da área envolvida em regionalização econômica. Assunto chave, portanto, é a especialização das atividades e unidades (empresas, estabelecimentos) participantes das relações transfronteiriças, com divisão espacial do trabalho acompanhada de, paralelamente, desintegração dos processos

produtivos e integração comercial (DULLIEN, 2010). O substrato são as vantagens percebidas nessa fragmentação, cuja incidência cresceu nas últimas décadas, segundo estudos como o de Los, Timmer e Vries (2013), um dinamismo que se manifesta, sobretudo, em forte expansão do comércio internacional de peças e componentes (JONES, KIERKOWSKI & LURONG, 2005).

Registre-se que é antigo o interesse da teoria econômica por essa relação entre aumento do mercado, especialização das atividades e separação das funções no espaço: no início do século XX, Young (1928, pp. 538-539 – grifo do autor) assinalava que, representando

[...] ajuste a uma nova situação criada pelo crescimento do mercado para os produtos finais da indústria, a divisão do trabalho entre indústrias é um instrumento de retornos crescentes. Ela é mais do que uma mudança incidental para garantir integralmente as vantagens dos métodos capitalistas de produção [...], pois tem algumas vantagens próprias que são independentes de mudanças nas técnicas de produção. Por exemplo, permite uma maior especialização na gestão, e as vantagens de tal especialização são geralmente reais [...] Ela ainda se presta a uma melhor distribuição geográfica das operações industriais, e essa vantagem é inquestionavelmente real e importante. [...] Uma melhor combinação de vantagens de localização [...] pode ser obtida pelas indústrias mais especializadas. Mas a maior vantagem assegurada pela divisão do trabalho entre indústrias é a realização mais completa das economias ligadas aos métodos capitalistas [...] de produção.

Embora sobressaia mundialmente, é no Leste Asiático que se observa particular vigor de fragmentação produtiva traduzida em forte comércio internacional de peças e componentes (ATHUKORALA & YAMASHITA, 2007). Em quaisquer contextos, entre os principais fatores, figuram meios de transporte e comunicações aprimorados e de menor custo, como ressaltam Jones & Kierzkowski (2005). Também a diminuição das barreiras comerciais entre os países lubrifica esses movimentos, sugerindo que as razões são diversas (HILLBERRY, 2011), merecendo referência, inclusive, as próprias mudanças na organização produtiva no sentido da decomposição internacional das funções, como sustentam Moati e Mouhoud (2005). Igualmente diverso é o escopo da fragmentação, pois esta pode ocorrer dentro de uma mesma empresa ou entre empresas independentes (GIANSOLDATI, 2010). Outro aspecto é que a proximidade geográfica costuma afetar, no sentido do encorajamento, essa decomposição, motivo pelo qual a regionalização-integração econômica representa-lhe um contexto fértil, como salientam Johnson e Noguera (2012).

Esses fatores têm presença destacada nos processos testemunhados na União Europeia (ZEDDIES, 2007). Simultaneamente à crescente inserção de atividades produtivas europeias em cadeias mundiais, a integração produtiva no plano interno avançou sobremaneira, um movimento intensificado com a entrada de países

da Europa Central e do Leste no bloco europeu (FOSTER, STEHRER & TIMMER, 2013). A indústria automotiva é um eloquente exemplo, com a singularidade de exibir intensos fluxos intraindustriais de cunho mais horizontal, com trocas de produtos que são diferenciados, porém exibem semelhança no nível de qualidade (KAWECKA-WYRZYKOWSKA, 2009).

Aspecto importante para a abordagem deste artigo é que o binômio interdependência-fragmentação pode representar contraforça à eventual tendência de concentração espacial do dinamismo econômico nos processos de regionalização-integração, um problema central no correspondente debate, como assinalado anteriormente. Com efeito, a fragmentação promoveria a especialização das funções em cadeias produtivas desmembradas entre países e regiões, contribuindo para a propagação do conhecimento e do *know how* e para o fortalecimento das empresas, inclusive de menor porte (JONES, KIERKOWSKI & LURONG, 2005). Em termos gerais, isso contrabalançaria possíveis tendências de concentração espacial dos investimentos, as quais respondem pelo essencial das desigualdades em processos de regionalização-integração, conforme ressaltado.

As economias ligadas à especialização das operações são tanto maiores quanto mais vasto é o mercado, como argumenta Balassa (1964). Assim, a regionalização econômica, por ampliar

o mercado, representaria, em si própria, um estímulo à fragmentação produtiva, haja vista as vantagens incrustadas. A fragmentação tende a crescer em intensidade, ampliando a divisão do trabalho e a integração industrial em escala de bloco, na medida em que empresas ou estabelecimentos percebem ganhos em diferenciar suas operações, especializando-as e tornando-as complementares.

Daí que, se fragmentação e especialização outorgam proveitos às empresas, e beneficiam mesmo a indústria como um todo, processos de regionalização seriam capazes de favorecer um maior crescimento em escala de bloco. Note-se, todavia, que a fragmentação e a especialização não resultam, necessariamente, em distribuição “homogênea” dos impulsos de dinamização, pois as atividades podem se localizar ou se expandir somente em países, regiões ou localidades que, pelo jogo das externalidades, por exemplo, representem atrativos para as empresas. Assim, efeitos como o surgimento de novos e induzidos setores tenderiam a se restringir a algumas localizações, mostrando-se sugestiva a criação institucional, em algumas experiências, do que Balassa (1964, pp. 261-262) denominou acordos de complementaridade, mirando “[...] a partilha da produção de várias peças e componentes utilizados no mesmo processo produtivo.”

3. Um olhar sobre o Mercosul

Os idealizadores do Mercosul, cujos Estados Partes são Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela¹, os quatro primeiros como fundadores – signatários do Tratado de Assunção, de 1991 (TRATADO..., 1991) –, consideravam a integração produtiva como um aspecto estratégico do contemplado processo. Tanto assim que, no preâmbulo daquele documento, consignou-se que a aceleração dos “processos de desenvolvimento econômico com justiça social” em cada país, objetivo maior da iniciativa, seria atingida mediante procedimentos que incluiriam “a complementação dos diferentes setores da economia”. Nessa postulação, inscrevia-se o entendimento de que a interdependência econômica pode promover um efetivo envolvimento conjunto na dinâmica da integração, requisito para uma inserção internacional desses países nas condições então pretendidas pelas suas lideranças.

3.1. Mercosul, uma trajetória oscilante e crivada de assimetrias

Mais de dois decênios se passaram desde que se registrou a entrada em vigor, em janeiro de 1995, dos aspectos (incompletos) de uma área de livre comércio e de uma união alfandegária, pertencentes à estrutura do Mercosul. Nesse período,

¹ Em agosto de 2017, em reunião dos chanceleres de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a Venezuela foi objeto de uma temporária “suspensão política” do Mercosul.

os principais efeitos incluíram o crescimento dos investimentos estrangeiros diretos (IED) no eixo formado por Argentina e Brasil e a intensificação do comércio intrabloco. Entretanto, houve mudanças em ambos os movimentos ao longo do período.

Até o início dos anos 2000, vivenciou-se um *boom* dos IED, nutrido, talvez principalmente, pelas privatizações nos dois maiores países; mas, na primeira metade daquela década, prevaleceu um mercado refluxo, depois seguido de retomada, principalmente no Brasil. No âmbito industrial, sobressaiu o setor automotivo, que modernizou as estruturas produtivas já instaladas, multiplicou as empresas em operação e acelerou o lançamento de novos produtos, ocorrendo aumento da desnacionalização no segmento de autopeças, como se observou no Brasil (CEPAL, 2010).

O período também registrou forte expansão do comércio intrarregional, apesar das oscilações. Aspecto merecedor de realce é que a importância desse mercado é bastante diferenciada entre os países fundadores. O Mercosul representa destino e origem de importantes fluxos comerciais para Paraguai e Uruguai e, de certa forma, também para a Argentina, mas a situação é outra quanto ao Brasil. Contrastando com o observado nos demais países, tanto as exportações como as importações brasileiras no interior do bloco nunca atingiram sequer 1/5

dos respectivos totais mundiais, o que reflete a projeção comercial brasileira em termos globais, influenciada, entre outros fatores, pelo *boom* das *commodities* na década de 2000, sobresaindo o incontornável papel da China como compradora.

Portanto, o percurso do Mercosul evidencia, de uma maneira clara, o problema das assimetrias e das desigualdades intrabloco. Mas essa questão tem diversos matizes, pois os países signatários do Tratado de Assunção são estruturalmente muito diversos quer nos atributos territoriais (superfície, população, recursos), quer no perfil produtivo (estrutura e vigor industrial, por exemplo), assim como em diferentes aspectos da geografia econômica (dinâmicas regionais internas, localização dos diferentes setores, níveis de concentração espacial). Isso se reflete em grande diversidade de condições locais, um aspecto capturado de modo sintético por indicadores como Produto Interno Bruto *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (SOUZA, OLIVEIRA & GONÇALVES, 2010).

É importante assinalar que a própria dinâmica da integração parece ter contribuído para as desigualdades socioespaciais no Mercosul, a julgar por diferentes estudos. Traistaru e Martincus (2003) e Lo Turco (2001), por exemplo, registraram fortalecimento da presença relativa de atividades com maior conteúdo tecnológico e intensidade de capital no Brasil, sugerindo

ampliação, nesses termos, tanto da diversidade produtiva, como das disparidades entre os países.

Na esfera das regiões subnacionais, foi possível constatar no Brasil que a intensificação comercial promovida pela integração incidiu, sobretudo, nos estados do sudeste e do sul (PORTO, 2000; HADDAD, DOMINGUES & PEROBELLI, 2005), ocorrendo o mesmo com os investimentos, segundo Azzoni e Ferreira (1997), notadamente na indústria automotiva (ARBIX, 2002; DEOS, 2008/2009). Sobre a Argentina, Granato (2007, p. 18) concluiu que “A integração regional parece ter promovido concentração espacial, aprofundando desequilíbrios regionais pré-existent e mesmo criando novos desequilíbrios.” – por exemplo, o centro-leste argentino (onde é maior a presença histórica de atividades industriais) teria fortalecido ainda mais, comparativamente falando, o seu caráter industrial.

Ressaltou-se anteriormente no artigo que a distribuição dos efeitos da integração, no sentido do estímulo e da dinamização econômica nos territórios implicados, é assunto chave no que se refere aos processos de regionalização. Também se frisou que a integração produtiva, envolvendo divisão internacional do trabalho, fragmentação de funções e complementaridades, com lubrificação do comércio intraindustrial e de peças e componentes em nível regional, constitui vetor importante dessa

distribuição. Como se apresenta o problema da integração produtiva no processo de regionalização econômica do Mercosul?

3.2. Integração produtiva no Mercosul: aspirações iniciais versus realizações

Documentos básicos do processo referente ao Mercosul permitem observar atribuição de importância à integração produtiva pelos formuladores desse esquema de regionalização econômica.

3.2.1. Espírito dos documentos fundadores e frustração das expectativas

O entendimento de que o caráter produtivo da integração tem importância estratégica é límpido no Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), estabelecido pela Ata de Integração Brasileiro-Argentina assinada em julho de 1986, proeminente entre os documentos básicos do processo que culminaria no Mercosul (PROGRAMA..., 1986). A necessidade de uma execução gradativa e flexível dos procedimentos da integração, e de estímulo às complementaridades com vistas ao possível equilíbrio dos efeitos em escala de bloco, transparece nos seus termos. Desde o início das iniciativas enfileiradas no PICE, prolongando-se nos anos seguintes, numerosos protocolos sobre diferentes assuntos foram assinados e incorporados.

Entre as expressões que pontilham esse conjunto de documentos, figuram “complementação

econômica” e “complementação industrial”. Várias ilustrações podem ser indicadas: o Anexo X ao Protocolo 1, sobre bens de capital, menciona Acordo de Complementação Econômica abrangendo produção, comércio e desenvolvimento tecnológico; o Anexo XVI ao Protocolo 4, sobre expansão do comércio, assinala na sua introdução “A importância de promover a complementação e a integração industrial e comercial [...]” (PROGRAMA..., 1986); o Anexo III ao Protocolo 5, sobre empresas binacionais, aponta a intenção de promover os movimentos de capitais, assegurando o controle nacional, e de estimular as associações entre empresas de ambos os países; o Anexo IV ao Protocolo 21, sobre a indústria automobilística, ressalta ser preciso impulsionar a pretendida complementação setorial.

Esses princípios também podem ser observados no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (TRATADO..., 1988), assinado em novembro de 1988, na sequência das ações governamentais, outro documento básico do processo que levou ao Mercosul. A abertura do texto é eloquente nesse sentido, reafirmando o objetivo de consolidar a integração e a cooperação econômica, ao sublinhar que “O presente Tratado e os Acordos específicos dele decorrentes serão aplicados segundo os princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria [...]”.

Passados vários anos, todavia, constatou-se ter sido expressivo o descompasso entre as pretensões iniciais e o que ocorreu no Cone Sul. Mais de vinte anos após a entrada em vigor do Mercosul, Ferrer (2007, p. 151), um observador atento dos movimentos dessa integração, assim caracterizou as relações entre Argentina e Brasil:

[...] a assimetria das estratégias de desenvolvimento seguidas por Argentina e Brasil durante períodos prolongados gerou uma divisão do trabalho no intercâmbio bilateral com aspectos do modelo centro periferia, com a Argentina na predominante posição de fornecedora de bens de menor conteúdo relativo de tecnologia e valor agregado. A assimetria se expressa em setores como o automotivo, bens de capital, eletrodomésticos, informática, telecomunicações, calçados e têxteis.

De sua parte, Bouzas (2009) sublinhou, quase ao mesmo tempo, o baixo nível de interdependência econômica existente entre esses países. Não teriam contribuído para aumentar a complementaridade nem mesmo os investimentos realizados por empresas brasileiras na Argentina na esteira de uma crise amargada no país vizinho no início dos anos 2000, provocando grande desvalorização da sua moeda: desses investimentos, poucos “[...] foram parte de um processo de reestruturação industrial e divisão do trabalho orientada à obtenção de ganhos de eficiência derivados da especialização.” (BOUZAS, 2009, p. 17).

Na base desses frustrantes resultados está o próprio percurso do processo de integração. Nos governos de Menem e Collor, respectivamente na Argentina (1989-1999) e no Brasil (1990-1992), prevaleceu uma forma de conduzir o processo que reduziu, para não dizer que suprimiu, a ênfase até então concedida à divisão interespaçial do trabalho, à especialização produtiva e às complementaridades. É sugestivo que, além de uma simples referência no seu preâmbulo, somente um item do artigo 5 do Tratado de Assunção evoque o assunto: mencionando os instrumentos a serem utilizados na constituição do Mercosul durante a transição (de março de 1991 ao final de dezembro de 1994), prescrevia-se “a adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.” (TRATADO..., 1991). Ajuda a completar o quadro a indicação de que quatro dos cinco anexos desse tratado contemplavam somente problemas de cunho comercial.

O Tratado de Assunção representou, assim, encaminhamento do processo de integração que se afastou do que fora concebido e anunciado nas formulações indiciais.

Os acordos setoriais de integração industrial [...] constituíam um instrumento chave dos acordos bilaterais firmados pelos presidentes Alfonsín e Sarney. Tinham o objetivo de abrir espaços de rentabilidade em todos os países membros, impulsionar os investimentos e promover a especialização intraindustrial. Essa estratégia

foi abandonada uma vez que, nas presidências de Menem e Collor, o processo foi delegado às forças do mercado, num cronograma acelerado de desgravação linear e automática do universo tarifário. (FERRER, 2007, p. 153)

Chudnovsky et al. (1996) deram realce a essa questão ao abordar o que classificaram como “desequilíbrios” na constituição do Mercosul durante a etapa de transição. Segundo os autores, desconsiderou-se no processo a estratégia de avanço setorial, contemplada nas formulações iniciais para fazer frente ao problema das assimetrias, e privilegiou-se a abertura comercial, uma opção que transpareceu no absoluto destaque atribuído ao programa de desgravação tarifária.

Nada disso destoa, antes representa reafirmação, do quadro mais geral de baixa interdependência envolvendo países latino-americanos, em termos históricos. A rigor, essa escassa interdependência é ampla: abordagens mais recentes, realizadas à luz do debate sobre as cadeias globais de produção e comercialização, indicam pouca participação dessas economias em tais redes de vínculos, sobretudo quando comparadas a países asiáticos como China, Coreia do Sul e Malásia (OECD, 2013). De fato, Nonnenberg (2013) constatou, analisando a incidência de peças e componentes e de bens de capital no comércio externo desde o início dos anos 1990, que somente no México e na Costa Rica se pode observar alguma presença, e que, na América

do Sul, o Brasil é o único que merece menção. Medeiros (2011) igualmente assinala o escasso envolvimento dos países do Cone Sul em estruturas globais de produção e troca, e Desai (2012) salienta que, comparativamente aos países asiáticos, os latino-americanos exibem reduzida proporção de peças, componentes e acessórios nas suas exportações totais.

3.2.2. Comércio intraindustrial com destaque para a indústria automotiva

Em que pese o contraste entre as intenções iniciais e a realidade da integração produtiva no âmbito do Mercosul, há o que relatar a respeito da “aproximação” entre as estruturas econômicas dos países membros, especialmente entre Argentina e Brasil. Um primeiro aspecto a considerar é o comércio intraindustrial, pois a fragmentação dos processos produtivos resulta em intensificação desses fluxos.

Vasconcelos (2003) constatou que o crescimento do comércio entre o Brasil e os demais integrantes, nos anos 1990, envolveu basicamente fluxos intraindustriais. Para alguns produtos, o índice desse comércio permaneceu elevado e estável nessa década, uma situação que fora observada já nos anos 1980 em químicos, plásticos e máquinas e aparelhos elétricos, principalmente na relação com a Argentina. Posteriormente, na primeira metade dos anos 2000, cresceu a participação de outras regiões mundiais (sobretudo a Ásia) no comércio externo brasileiro, mas foi

no Mercosul que o comércio intraindustrial mostrou presença realmente forte. A expansão foi mais marcante em produtos plásticos, assim como nos produtos das indústrias automotiva e química (CURZEL, MONTORO & VARTANIAN, 2010).

Ao lado do que se observou no comércio com o resto do mundo, os vínculos intraindustriais do Brasil com o Mercosul, notadamente com a Argentina, mantiveram-se elevados e com tendência expansiva na cadeia automotiva, sobretudo, ombreados pelas relações em alguns outros setores, como o de medicamentos. Na cadeia automotiva, os fluxos abrangem automóveis e seus acessórios e partes, e também pneus e motores, segundo cálculos de Fiorenzano (2016) para o período 2000-2015. Observa-se, portanto, nessa cadeia, sintoma da intensificação, no marco da integração, do “[...] intercâmbio de produtos de um mesmo segmento industrial, evidenciando o efeito de um aumento da especialização da produção.” (VASCONCELOS, 2003, p. 310).

O crescimento desse comércio implicou, em primeiro lugar, empresas multinacionais, esfera corporativa na qual o processo de integração representou ampliação de interesse com respeito ao Brasil e à Argentina. Tendo em vista que “[...] muitas dessas empresas estão presentes em ambos os países, elas são as principais responsáveis pelo comércio intra-industrial do Brasil com o Mercosul.” (BALTAR, 2008, p. 125). De algum modo, isso evoca integração das atividades, particularmente de cunho produtivo. Mas é fato

que as interações são restritas, já que associadas, na maior parte, somente aos investimentos das empresas transnacionais, o que significa subaproveitamento do potencial existente em vários setores em que há oportunidades nesse sentido (ABDI, 2010).

Seja como for, essa realidade comercial e seus desdobramentos espelham a configuração estrutural do bloco, com suas assimetrias ou desigualdades históricas. Constitui expressão desse quadro o fato de o comércio intraindustrial e os reflexos das correspondentes iniciativas, executadas principalmente pelas empresas multinacionais, implicarem quase exclusivamente o eixo Argentina-Brasil. Mas deve-se também assinalar que, não obstante uma histórica presença desse tipo de comércio nos vínculos entre ambos os países, sua intensidade cresceu com o processo do Mercosul (LUCÁNGELI, 2007).

Já nos primeiros passos da integração, prevaleciam no comércio intraindustrial os fluxos administrados intrafirma, envolvendo, principalmente, máquinas e equipamentos, material de transporte e produtos químicos. Ao lado das iniciativas de reconversão das atividades de empresas multinacionais, sinalizadoras de reestruturação intrafirma, essa configuração comercial autorizava o entendimento de que essas empresas foram as que “[...] melhor aproveitaram as vantagens do mercado ampliado e da abertura comercial unilateral para especializar suas filiais na região, complementando a oferta

doméstica com bens importados [...]” (LOPEZ & LAPLANE, 2004, p. 13). Portanto, essas iniciativas são indissociáveis, não há equívoco em assinalar, do crescimento do comércio intraindustrial no Mercosul.

O setor mais proeminente nas ações empresariais protagonizadas no Mercosul, tendo em vista as vantagens da divisão espacial do trabalho, da especialização e das complementaridades produtivas e comerciais, é o automotivo. Indicações nesse sentido surgiram no próprio contexto da assinatura do Tratado de Assunção: López e Porta (1992) assinalaram que essa indústria concentrava as mais importantes ações inter e intraempresariais voltadas à complementação produtiva, envolvendo montadoras de veículos e fabricantes de autopeças e componentes atuando na Argentina e no Brasil. Os movimentos condiziam com a dominante forma de organização internacional dessa indústria – conformação mais regional que global –, depois acentuada na esteira da crise mundial deflagrada em 2008 (VAN BIESEBROECK & STURGEON, 2010). As montadoras, sobretudo, apressaram-se em marcar presença simultânea na Argentina e no Brasil, razão pela qual começaram a “[...] racionalizar a produção de veículos e [...] a obter componentes importantes a partir de uma única localização em cada país.” (HUMPHREY & MEMEDOVIC, 2003, p. 13).

De fato, já nos primeiros anos do Mercosul, observou-se a reconversão de filiais dessas

empresas na região, com a definição, entre as unidades das corporações, de redes integradas de produção e comercialização de peças, componentes e veículos. Esquemas desse tipo já existiam na área, mas foi nos anos 1990 que sua presença intensificou-se, tanto assim que ganhou sentido falar em sistema de produção regional no Mercosul, caracterizado por distribuição de funções entre Argentina e Brasil na produção de veículos e componentes (CHUDOVSKY *et al.*, 1996). Realmente, as plantas intensificaram sua integração em unidades de negócios na esfera do Cone Sul, atraídas pelos benefícios da especialização e da complementação das linhas de produção (MARINELLI, 1998; QUEIROZ & CARVALHO, 1999), e isso permitiu a Argentina e Brasil fortalecerem suas posições como destinos para veículos e para peças e componentes oriundos um do outro. Daí o grande realce desse setor em comércio regional que, mais do que somente intraindustrial, envolveu fortemente peças e componentes, um aspecto central da integração produtiva, como assinalado anteriormente no artigo.

A tabela 1 apresenta dados sobre esse comércio para 1998, 2006 e 2014, refletindo uma trajetória de dezesseis anos. São mostrados, para cada país signatário do Tratado de Assunção, os valores exportados e importados intrarregionalmente para a totalidade das mercadorias, para os veículos e para o conjunto formado por peças e acessórios.

Tabela 1 – Países fundadores do Mercosul: participação da indústria automotiva (veículos e peças e acessórios) no comércio intrabloco – 1998, 2006 e 2014 (US\$ milhões)

País Fluxo	1998		2006		2014		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Argentina							
Exportações para o Mercosul	Total	9.421,20	100	9.962,40	100	16.657,80	100
	Veículos	1.547,10	16,4	905,9	9,1	3.003,60	18
	Peças/aces.	275,5	2,9	459,4	4,6	783,9	4,7
Importações do Mercosul	Total	7.939,00	100	12.686,00	100	15.151,50	100
	Veículos	667,3	8,4	1.490,00	11,7	2.851,80	18,8
	Peças/aces.	636,4	8	876,2	6,9	1.518,20	10
Brasil							
Exportações para o Mercosul	Total	8.877,00	100	13.985,80	100	20.421,00	100
	Veículos	715,2	8,1	1.535,40	11	2.746,20	13,4
	Peças/aces.	702	7,9	979,1	7	1.598,30	7,8
Importações do Mercosul	Total	9.858,90	100	8.967,80	100	17.271,70	100
	Veículos	1.555,60	15,8	876,9	9,8	3.056,70	17,7
	Peças/aces.	267,2	2,7	444,7	5	790,4	4,6
Paraguai							
Exportações para o Mercosul	Total	530,7	100	873,4	100	3.794,00	100
	Veículos	0,01 ..		0,01 ..		0,2 ..	
	Peças/aces.	0,02 ..		0,1	0,01	0,2 ..	
Importações do Mercosul	Total	1.467,40	100	1.809,70	100	5.223,30	100
	Veículos	23,4	1,6	25	1,4	50,9	1
	Peças/aces.	9,1	0,6	14,1	0,8	35,2	0,7
Uruguai							
Exportações para o Mercosul	Total	1.532,50	100	944,6	100	2.187,60	100
	Veículos	26,1	1,7	0,7	0,1	125	5,7
	Peças/aces.	43,2	2,8	55,6	5,9	31,4	1,4
Importações do Mercosul	Total	1.648,90	100	2.213,50	100	3.350,80	100
	Veículos	81,5	4,9	65	2,9	108,5	3,2
	Peças/aces.	60,3	3,7	50,7	2,3	33,4	1

Fonte: elaboração própria com dados de UN Comtrade Database (<http://comtrade.un.org/data>)

Obs.: Os dados referem-se à classificação de atividades SITC (Standard Industrial Trade Classification). Para veículos, trata-se do Grupo 781 – Carros a motor e outros veículos motorizados projetados principalmente para o transporte de pessoas (outros que não os veículos motorizados para transportar dez ou mais pessoas, incluindo o motorista), com a inclusão de station-wagons e carros de corrida. Para autopeças, os dados dizem respeito ao Grupo 784 – Partes e acessórios de veículos a motor.

Nota-se que a participação das cifras para veículos é invariavelmente maior do que para peças e acessórios, na Argentina e no Brasil, eixo básico dessas trocas, e que é crescente a participação dos fluxos envolvendo esses produtos na totalidade dos valores exportados e importados. Para a Argentina, essa proporção atingiu, em 2014, no conjunto dos veículos e peças e acessórios, quase 23% das exportações e 29% das importações dentro do bloco, e, para o Brasil, pouco mais de 21% e 22%, na mesma ordem.

A tabela 2 refere-se à importância do Mercosul, em termos quantitativos, como mercado para

veículos e para peças e acessórios produzidos na Argentina e no Brasil. Embora com oscilação entre os anos observados, o papel do bloco é claro, notadamente para a produção argentina. Em 2014, último ano da tabela, o Mercosul foi destino para mais de 97% e de 70% do valor exportado por esse país em veículos e em peças e acessórios, respectivamente, e foi origem de 80% e 46% das importações. Com respeito ao Brasil, o Mercosul canalizou 86% e 46% das exportações em veículos e em peças e acessórios, nessa ordem, e foi origem de 40% e 11%.

Tabela 2 – Presença do Mercosul no comércio externo total de Argentina e Brasil na indústria automotiva (veículos e peças e acessórios) - 1998, 2006 e 2014 (US\$ milhões)

		Argentina				Brasil			
		Exportação		Importação		Exportação		Importação	
		Veículos	Peças/ Aces.	Veículos	Peças/ Aces.	Veículos	Peças/ Aces.	Veículos	Peças/ Aces.
Mundo (A)	1998	1.631	457	1.628	1.693	1.619	1.789	2.728	1.682
	2006	1.432	965	2.038	1.815	4.597	3.993	1.914	2.519
	2014	3.085	1.113	3.568	3.278	3.195	3.505	7.676	7.253
Mercosul (B)	1998	1.547	275	667	636	715	702	1.556	267
	2006	906	459	1.490	876	1.535	979	877	445
	2014	3.004	784	2.852	1.518	2.746	1.598	3.057	790
B/A *	1998	94,9	60,3	41	37,6	44,2	39,3	57	15,9
	2006	63,2	47,6	73,1	48,3	33,4	24,5	45,8	17,6
	2014	97,3	70,4	79,9	46,3	85,9	45,6	39,8	10,9

Fonte: elaboração própria com dados de UN Comtrade Database (<http://comtrade.un.org/data>)

Obs.: Os dados referem-se à classificação de atividades SITC (Standard Industrial Trade Classification). Para veículos, trata-se do Grupo 781 Carros a motor e outros veículos motorizados projetados principalmente para o transporte de pessoas (outros que não os veículos motorizados para transportar dez ou mais pessoas, incluindo o motorista), com a inclusão de station wagons e carros de corrida. Para autopeças, os dados dizem respeito ao Grupo 784 Partes e acessórios de veículos a motor.

É possível ilustrar as estratégias de regionalização dessa indústria no Mercosul, evocativas de ações voltadas à integração produtiva, referindo à Volkswagen. De fato, pesquisa realizada na Argentina, sobre a fragmentação internacional da produção automotiva, permitiu a Ubogui (2010, p. 75) assinalar, por exemplo, que “Um caso particular de fornecedor inserido na rede de fornecimento do Mercosul pode ser visto no Case Volkswagen Córdoba”. Mas há o que considerar além dessa situação específica.

Instalada no Brasil desde os anos 1990, a Volkswagen possui quatro plantas no país, especializadas e com operações que se complementam. Na de São Bernardo do Campo (SP), construída em 1959, há um centro de pesquisa e se realizam planejamento e desenvolvimento de novos produtos, assim como atividades de estamparia, armação da carroceria, pintura e montagem final de veículos (atualmente, os modelos Novo Gol, Saveiro e Saveiro Cross). Na fábrica de Taubaté (SP), inaugurada em 1976, montam-se o Novo Gol e o Novo Voyage. Na de São Carlos (SP), produzem-se, desde 1996, dezenas de modelos de motores. Na unidade de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba, PR), a instalação mais recente, fabricam-se os veículos da linha Fox, em meio a fornecedores que completam o Parque Industrial de Curitiba dessa empresa (VOLKSWAGEN DO BRASIL, s.d.).

Na Argentina, a Volkswagen atua desde a década de 1980 e mantém atualmente dois “centros de produção”. Um localiza-se em Pacheco, na Província de Buenos Aires, montando veículos desde 1995 (modelos como Amarok e Spacefox). O outro está instalado em Córdoba, onde, desde aquele ano, fabricam-se peças e componentes. A construção desses “centros industriais e tecnológicos” mirou o aprimoramento da capacidade da empresa para, no contexto da integração no Cone Sul, oferecer veículos com padrão de qualidade mais elevado, conforme salientado pela própria empresa (VOLKSWAGEN ARGENTINA, s.d.)

Informações disponibilizadas nas respectivas páginas na internet, nas frentes argentina e brasileira, permitem saber que a Volkswagen tem procurado promover o desenvolvimento de fabricantes de autopeças e componentes, integrantes das redes de fornecimento, mediante investimentos importantes. Fornecedores locais, na Argentina e no Brasil, têm sido priorizados, com incentivos ao aumento da capacitação da mão de obra e ao avanço na atualização tecnológica, entre outros aspectos. Mas conexões transfronteiriças são observadas nessas iniciativas, permitindo observar contornos de integração produtiva.

Nas referidas ações para o desenvolvimento de fornecedores, a empresa criou sistema de incentivos com premiações (VOLKSWAGEN

DO BRASIL, 2012). Em 2009, por exemplo, a Volkswagen do Brasil incluiu nesses incentivos, além de fornecedores brasileiros, também congêneres argentinos, instituindo até mesmo um prêmio especial de reconhecimento para os que investissem em desenvolvimento de negócios no país vizinho. A ação não deixa de ser sugestiva do modo como a Volkswagen encara a integração de suas atividades no âmbito do Mercosul, uma postura refletida igualmente em procedimentos direcionados à atração de novos fornecedores internacionais para suas operações na América do Sul (KUTNEY, 2011).

3.2.3. Regionalização econômica: estímulo à integração produtiva no Mercosul?

A situação da indústria automotiva, no tocante à integração produtiva no Mercosul, representa uma exceção à regra de reduzida presença de interações com esse sentido no referido processo de regionalização econômica. Pode-se considerar, portanto, que o Mercosul mostra-se em contraponto ao que se indicou, na primeira parte do artigo, sobre os processos de regionalização significarem, em si próprios, estímulo à – e promoção da – fragmentação produtiva, com especialização e complementaridades entre atividades instaladas em diferentes lados das fronteiras internas.

É plausível assinalar, a respeito do problema da aderência entre postulação teórica e realidade, na experiência em foco, que as assimetrias

produtivas dentro do Mercosul inibem a fragmentação desdobrada entre países e regiões. Parece que, ao lado, possivelmente, da escassez de oportunidades concretas para iniciativas com esse perfil, empresas de diferentes setores não perceberam vantagens em – ou não se sentiram encorajadas a – explorar possibilidades de interações mais densas, protagonizando divisão espacial do trabalho e intercâmbios diversos, geralmente propiciados pelos processos de regionalização econômica. Mesmo no eixo Argentina-Brasil, em que é comparativamente menor a presença de desigualdades ou assimetrias, o quadro da integração produtiva estaria muito aquém do que se poderia esperar.

Colocando em termos mais gerais, tem sentido imaginar a seguinte circularidade problemática. As assimetrias dificultam ou obstaculizam a integração produtiva, impondo o subaproveitamento das possibilidades para decomposição das atividades (com seu provável cortejo de especialização e complementaridades), que os processos de regionalização econômica tendem a promover. E os diminutos fôlego e alcance das investidas nesse sentido, representando vínculos de interdependência majoritariamente pobres (quando ocorrem), dificultam a distribuição espacial dos efeitos positivos da integração, contribuindo para a manutenção ou o aprofundamento das assimetrias ou desigualdades.

Daí merecerem realce, pela importância da divisão espacial do trabalho, da especialização e das complementaridades, os movimentos que resultaram na aprovação, em junho de 2008, do Programa de Integração Produtiva do Mercosul (PROGRAMA..., 2008). Segundo Machado (2010), as vinculadas ações tiveram início em 2006 e resultaram em instrumento que, segundo anunciado no preâmbulo do respectivo documento, “[...] fortalecerá a complementaridade produtiva das empresas [...], principalmente PMEs [pequenas e médias empresas], e aprofundará o processo de integração do bloco, consolidando o aumento da competitividade dos setores produtivos dos Estados Partes.” (*ibidem*, p. 1).

Indica-se, na fundamentação, que “Um dos principais objetivos do bloco regional é que os benefícios [...] se estendam a todos os seus membros e, para isso, é preciso estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor [...]” (*ibidem*, p. 3). Mas admite-se que “[...] a integração produtiva encontra, atualmente, barreiras [...]. Sua viabilidade requer a remoção dessas barreiras [...]” (*ibidem*, p. 4). Para tanto, definiram-se várias linhas de ação e previram-se foros de competitividade, assim como iniciativas ligadas a setores específicos.

No previsto rol de ações, sobressai o setor automotivo, com o Projeto de Adensamento

e Complementação Automotiva no Âmbito do Mercosul. Cabe assinalar o mesmo sobre o setor de energia, pelo Projeto de Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás do Mercosul, ambos lançados em 2010 e cofinanciados pelo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), implantado em 2005 para sustentar iniciativas em prol da redução das desigualdades nos níveis de desenvolvimento em escala de bloco (ABDI, s.d.). O primeiro projeto mirou o aprofundamento da integração no âmbito da respectiva cadeia produtiva, envolvendo relações entre montadoras e fabricantes de peças e componentes. O alvo principal foi o aumento da competitividade das PMEs, almejando-se para suas atividades uma maior agregação de valor e mais intensidade comercial intrabloco.

4. Considerações finais

Proeminentes no debate contemporâneo sobre a dimensão espacial da acumulação de capital, os processos de regionalização econômica têm na integração produtiva um vetor em potencial para uma melhor distribuição dos seus efeitos positivos, representando contraposição às tendências de polarização e de manutenção ou agravamento das desigualdades entre os implicados países e regiões. Na base, figura o estímulo à reorganização produtiva e à reconfiguração espacial das atividades, resultando em divisão

espacial do trabalho acompanhada de especialização das funções e de complementaridades. Contudo, aspectos estruturais dos territórios envolvidos, como perfis produtivos muito heterogêneos e carências em infraestrutura – não raramente sintomas de desigualdades históricas –, podem (tendem a) dificultar movimentos nesse sentido.

Esse é o caso do Mercosul, que testemunhou somente resultados tímidos e setorialmente restritos na integração produtiva. Uma exceção é a indústria automotiva, que tomou essa direção precocemente e com alguma intensidade, refletindo percepção de possibilidades para o aproveitamento conjunto de negócios, sob o signo das complementaridades, por filiais de empresas multinacionais em operação no Brasil e na Argentina. No geral, o caráter reduzido da integração produtiva tem a ver, como parece claro, com as assimetrias e desigualdades socioeconômicas, notadamente industriais, presentes historicamente na área. Ao mesmo tempo, sua limitação contribui para o prolongamento e, talvez, para o agravamento das diferenças herdadas do passado, por favorecer a concentração do dinamismo produtivo e o reduzido escopo territorial de suas repercussões.

Desse modo, cabe postular que a integração produtiva deveria ser ampla e intensamente estimulada no Mercosul, para que a reverberação da regionalização econômica – um

importante aspecto, no seu sentido mais amplo, da espacialidade da acumulação capitalista no período contemporâneo – possa exibir o maior alcance possível. Daí a relevância do mencionado Plano de Integração Produtiva do Mercosul, não obstante a sua tardia criação. Ações desse tipo são tanto mais pertinentes haja vista que o comércio intrarregional na área, particularmente entre Brasil e Argentina, incide em setores ou segmentos de maior intensidade tecnológica, comparativamente ao que tipifica o comércio mundial desses países. Isso torna ainda mais atraentes e promissoras as ações voltadas à integração produtiva.

Bibliografia

ABDI – AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Complementaridade produtiva entre Brasil e Argentina: oportunidades de negócios conjuntos para promover a integração*. Brasília: ABDI, 2010.

ABDI – AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Ações ABDI*. s. d. Disponível em: http://www.abdi.com.br/Paginas/acao_resumo.aspx?i=105. Acesso em: 20 abr. 2015

ARBIX, G. “Políticas do desperdício e assimetria entre público e privado na indústria automobilística”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, pp. 109-129, 2002.

ATHUKORALA, P. & YAMASHITA, N. *Production fragmentation in manufacturing trade: the role of East Asia in cross-border production networks*. Tokyo: Nihon University, Center for China and Asian Studies, 2007. (Working Paper Series n. 003).

AZZONI, C. R. & FERREIRA, D. A. “Competitividade regional e concentração industrial: o futuro das desigualdades regionais no Brasil”, *Revista Econômica do Nordeste*, v. 28, pp. 55-85, 1997.

BALASSA, B. *Teoria da integração econômica*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1964.

- BALTAR, C. T. “Comércio exterior inter e intra-industrial: Brasil 2003-2005”, *Economia e Sociedade*, v. 17, n. 1 (32), pp. 107-134, 2008.
- BOUZAS, R. “Apuntes sobre el estado de la integración regional en América Latina”. In: SEMINARIO “REGIONAL INTEGRATION IN THE AMERICAS: THE IMPACT OF THE GLOBAL ECONOMIC CRISIS”, Washington D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, nov. 2009.
- BYÉ, M. “Localisation de l’investissement et Communauté Économique Européenne”, *Revue Économique*, v. IX, n. 2, pp. 179-212, 1958.
- CEPAL. *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe – Informe 2009*. Santiago de Chile: CEPAL, 2010.
- CHUDNOVSKY, D.; PORTA, F.; LÓPEZ, A. & CHIDIAK, M. *Los límites de la apertura: liberalización, reestructuración productiva y medio ambiente*. Buenos Aires: Alianza Editorial/CENT, 1996.
- CURZEL, R.; MONTORO, F. & VARTANIAN, P. R. “Una investigación de la evolución del comercio intra-industria en la relación Brasil-Mercosur en el período 1996-2005: ¿qué dicen los datos?”, *Revista de Economía Mundial*, v. 24, pp. 49-66, 2010.
- DEOS, S. de (coord.). *Perspectivas do investimento na dimensão do Mercosul e da América Latina*. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2008/2009.
- DESAI, F. P. “Trends in fragmentation of production: a comparative study of Asia and Latin America”, *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 37, pp. 217-229, 2012.
- DULLIEN, S. “Integração produtiva na União Europeia: uma perspectiva alemã”. In: ALVAREZ, R.; BAUMANN, R. & WOHLERS, M. (Orgs.). *Integração produtiva: caminhos para o Mercosul*. Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2010, pp. 156-219.
- FERRER, A. “El éxito del Mercosur posible”, *Revista de Economía Política*, v. 27, n. 1(105), pp. 147-156, 2007.
- FIORINZANO, G. S. *Integração produtiva no Mercosul: problemática, caracterização e realizações*. 2016. 104 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- FOSTER, N.; STEHRER, R. & TIMMER, M. *International fragmentation of production, trade and growth: impacts and prospects for EU member states*. Brussels: European Commission, 2013. (Economic Papers 484).
- GIANSOLDATI, M. *International fragmentation and agglomeration: from theory to empirics*. Venice: Ca’Foscari University of Venice, 2010. (Working Paper n. 06/WP/2010).
- GIERSCH, H. “Economic union between nations and the location of industries”, *The Review of Economic Studies*, v. XVII, pp. 87-97, 1949-1950.
- GRANATO, M. F. “Spatial effects of regional integration. The Argentinean manufacturing landscape after Mercosur”. In: XLII REUNIÓN ANNUAL DE LA ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ECONOMÍA POLÍTICA, nov. 2007, Bahía Blanca, Universidad Nacional del Sur.
- HADDAD, E.; DOMINGUES, E. P. & PEROBELLI, F. S. “Brazil-Argentina trade and its impacts in Brazilian states”, *Investigaciones Regionales*, n. 7, pp. 113-137, 2005.
- HILLBERRY, R. H. *Causes of international production fragmentation: some evidence*. Melbourne: University of Melbourne, 2011. Obtido em: http://www.international.gc.ca/economist-economiste/assets/pdfs/research/TPR_2011_GVC/05_Hillberry_e_FINAL.pdf Acesso em: 25/01/2016.
- HIRSCHMAN, A. O. *A estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- HUMPHREY, J. & MEMEDOVIC, O. *The global automotive industry value chain: what prospects for upgrading by development countries*. Vienna: UNIDO, 2003.
- JOHNSON, R. C. & NOGUERA, G. “Proximity and production fragmentation”, *American Economic Review: Papers and Proceedings*, v. 102, n. 3, pp. 407-411, 2012.
- JONES, R.; & KIERZKOWSKI, H. “International fragmentation and the new economic geography”. *North American Journal of Economics and Finance*, v. 16, p. 1-10, 2005.
- JONES, R.; KIERZKOWSKI, H. & LURONG, C. “What does evidence tell us about fragmentation and outsourcing?”, *International Review of Economics and Finance*, v. 14, pp. 305-316, 2005.
- KAWECKA-WYRZYKOWSKA, E. *Evolving patterns of intra-industry trade specialization of the new Member States (NMS) of the EU: the case of automotive industry*. Brussels: European Commission, 2009. (Economic Papers 364).
- KRUGMAN, P. *Geography and trade*. Cambridge: The MIT, Leuven: Leuven University, 1991.
- KUTNEY, P. “Volkswagen traz novos fornecedores ao Brasil”, *Automotive Business*, 18 ago. 2011. Disponível em: <http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/11394/volkswagen-traz-novos-fornecedores-ao-brasil> Obtido em: 13 fev. 2016.
- LO TURCO, A. *South-South RTAs and industrial location: is there asymmetric development?* Siena: Università Politecnica delle Marche, 2007.
- LOPEZ, A. & LAPLANE, M. *Complementación productiva en MERCOSUR: perspectivas y potencialidades*. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung, 2004.
- LÓPEZ, A. & PORTA, F. *Iniciativas inter e intraempresariales argentino-brasileñas en el marco del MERCOSUR*. Buenos Aires: Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos, 1992.

- LOS, B.; TIMMER, M. P. & VRIES, G. J. de. *Globalization or regionalization? A new approach to measure international fragmentation of value chains*. Groningen: University of Groningen, Groningen Growth and Development Centre, 2013. (GGDC Research Memorandum n. 138).
- LUCÁNGELI, J. *La especialización intraindustrial en Mercosur*. Santiago de Chile: CEPAL, 2007. (Serie Macroeconomía del Desarrollo n. 64).
- MACHADO, J. B. M. “Integração produtiva: referencial analítico, experiência europeia e lições para o Mercosul”. In: ALVAREZ, R.; BAUMANN, R. & WOHLERS, M. (Orgs.). *Integração produtiva: caminhos para o Mercosul*. Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2010, pp. 116-155.
- MARINELLI, L. “Montadoras unem divisões”. *Gazeta Mercantil Latino-americana*, p. 27, 20 jul. 1998.
- MEDEIROS, C. A. de. “A dinâmica da integração produtiva asiática e os desafios à integração produtiva no Mercosul”, *Análise Econômica*, v. 29, n. 55, pp. 7-32, 2011.
- MOATI, P. & MOUHOUD, E. M. “Les nouvelles logiques de décomposition internationale des processus productifs”, *Revue d'Économie Politique*, v. 115, n. 5, pp. 573-589, 2005.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- NONNENBERG, M. J. B. “Integração produtiva, fragmentação da produção e evolução do comércio internacional: como evoluíram os países da Ásia e América Latina?”. *Texto para Discussão* n. 1905, IPEA, 2013.
- PERROUX, F. *A economia do século XX*. Lisboa: Moraes Editora, 1967.
- OECD. *Interconnected economies: benefiting from global value chains*. Paris: OECD Publishing, 2013.
- PORTO, P. C. “Economic integration and regional development: the impact of Mercosur in Brazil's regions”. In: XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, dez. 2000, Campinas, ANPEC. *Anais...* (CD ROM).
- PROGRAMA de Integração e Cooperação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. Buenos Aires, 29 jul. 1986.
- PROGRAMA de Integração Produtiva do Mercosul. San Miguel de Tucumán, 30 jun. 2008.
- PUGA, D. & VENABLES, A. J. “Trading arrangements and industrial development”, *The World Bank Economic Review*, v. 12, n. 2, pp. 221-249, 1998.
- QUEIROZ, S. & CARVALHO, R. Q. “Recent developments in Brazilian auto-vehicle and components trade: building the space of production in Mercosur”. *Actes du GERPISA*, n. 25, pp. 65-75, 1999.
- SOUZA, A. de M. e; OLIVEIRA, I. T. M. & GONÇALVES, S. S. “Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul”, *Texto para Discussão*, n. 1477, Brasília: IPEA, 2010.
- TRAISTARU, I. & MARTINCUS, C. V. “Determinants of manufacturing concentration patterns in Mercosur”. *Conference Paper*, n. 04/PDF/609, *European Regional Science Association*, 2003.
- TRATADO de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina. Buenos Aires, 29 nov. 1988.
- TRATADO para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Asunción, 26 mar. 1991.
- UBOGUI, M. *International fragmentation of production of the automotive industry in Argentina*. Dissertação (Master of Science in MANAGEMENT, Economics and Industrial Engineering) – Politecnico di Milano, Facoltà di Ingegneria dei Sistemi – Milano, 2010.
- VAITSOS, C. V. “Crisis en los procesos de integración económica”. *El Trimestre Económico*, v. XLVI(1), n. 181, pp. 35-128, 1979.
- VAN BIESEBROECK, J. & STURGEON, T. “Effects of the 2008-09 crisis on the automotive industry in developing countries: a global value chain perspective”. In: CATTANEO, O.; GEREFFI, G. & STARITZ, C. (eds.). *Global value chains in a postcrisis world: a development perspective*. Washington, D.C.: The World Bank, 2010, pp. 209-244.
- VASCONCELOS, C. R. F. “O comércio Brasil-Mercosul na década de 90: uma análise pela ótica do comércio intra-indústria”, *Revista Brasileira de Economia*, v. 57, n. 1, pp. 283-313, 2003.
- VENABLES, A. J. “Winners and losers from regional integration agreements”, *The Economic Journal*, v. 113, pp. 747-761, 2003.
- VOLKSWAGEN ARGENTINA. *Grupo Volkswagen Argentina: Centros de Producción*. s. d. Disponível em: <http://www.volkswagen.com.ar/es/volkswagen-argentina/centros-industriales.html>. Acesso em: 03 jun. 2015.
- VOLKSWAGEN DO BRASIL. *História da Volkswagen*. s. d. Disponível em: http://www.vw.com.br/pt/institucional/VolkswagenBrasil/volkswagen_do_brasil.html. Acesso em: 04 jun. 2015.
- _____. *Volkswagen premia os fornecedores que mais se destacaram em 2011*. 12 set. 2012. Disponível em: <http://www.vwbr.com.br/ImprensaVW/Release.aspx?id=4ee63d2a-do70-4253-b860-ef61a379048>. Acesso em: 04 jun. 2015.

WIONCZEK, M. S. "Integración económica y distribución regional de las actividades industriales", *El Trimestre Económico*, v. XXXIII, n. 131, pp. 469-502, 1966,

YOUNG, A. A. "Increasing returns and economic progress", *The Economic Journal*, v. 38, n. 152, p. 527-542, 1928.

ZEDDIES, G. *Determinants of international fragmentation of production in the European Union*. Halle: Halle Institute for Economic Research, 2007. (IWH Discussion Paper n. 15).

SIMONE FIORITTI SILVA

OFERTA, DEMANDA E TENDÊNCIA DO PREÇO
INTERNACIONAL DO PETRÓLEO: UMA INTERPRETAÇÃO
À LUZ DA ABORDAGEM CLÁSSICA DO EXCEDENTE

Recebido em 05/2017

Aprovado em 10/2017

OFERTA, DEMANDA E TENDÊNCIA DO PREÇO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO: UMA INTERPRETAÇÃO À LUZ DA ABORDAGEM CLÁSSICA DO EXCEDENTE

Resumo

Este trabalho tem como objetivo elucidar os canais de transmissão da demanda e da oferta para a tendência do preço internacional do petróleo com base na Abordagem Clássica do Excedente, recuperada por Sraffa, Garegnani e seus seguidores. Para tanto, o trabalho dedica-se, primeiramente, a realizar uma análise teórico-conceitual acerca do processo de gravitação dos preços de mercado ao preço natural com base nos autores inseridos nesta tradição. Inspirado neles, em seguida, é discutido o conceito de renda diferencial extensiva para recursos escassos não-renováveis. Por fim, aplica os conceitos teóricos discutidos ao caso do petróleo. Diante disso, conclui que os canais de transmissão da demanda e da oferta para a tendência do preço internacional do petróleo são via custos de produção, e não via escassez de oferta ou excesso de demanda.

Palavras chave: preço natural, abordagem clássica, custos de produção, petróleo

Classificação JEL: B12, B24, Q31, Q48

Abstract

This paper aims to elucidate the transmission channels of demand and supply for the international oil price trend based on the Classical Surplus Approach, recovered by Sraffa, Garegnani and their followers.

**SIMONE FIORITTI
SILVA¹**

Departamento de Ciências Econômicas do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DPCE/IM/UFRRJ)

To this end, we firstly conduct a theoretical and conceptual analysis market prices gravitation towards the natural price based on the above mentioned authors. Inspired in them, we then discuss the concept of extensive differential rent for scarce non-renewable resources. Finally, we apply the theoretical concepts previously discussed to the case of oil. We conclude that the transmission channels of demand and supply for the international oil price trend are through production costs, and not by supply shortages or demand excess.

Keywords: production price, classical surplus approach, production costs, oil.

1. Introdução

Especialmente diante dos significativos aumentos dos preços do petróleo na década de 2000, muitos estudos passaram a ser realizados com o objetivo de explicar o ciclo desses preços. A maior parte deles atribuiu à crescente demanda nestes mercados (seja aquela advinda principalmente da China, seja aquela para fins especulativos) e à possível exaustão do recurso papéis essenciais (LEÁENS, 2015; UNCTAD, 2011; WRAY, 2009). Diante disso, este trabalho tem como objetivo elucidar os canais de transmissão da demanda física² e da oferta para a tendência do preço internacional do petróleo com base na Abordagem Clássica do Excedente. Esta abordagem, recuperada por Sraffa, Garegnani e

seus seguidores, enfatiza o papel dos custos de produção (distribuição de renda) e da tecnologia na explicação do preço de produção, um preço teórico e de longo período, o qual funciona como um “guia” aos preços de mercado.

A primeira parte deste trabalho dedica-se a mostrar como o crescimento da demanda mundial pode afetar o preço de produção. Para tanto, ocupa-se, inicialmente, em realizar uma análise teórico-conceitual acerca do processo de gravitação dos preços de mercado ao preço natural. A segunda parte apresenta a importância do conceito de renda extensiva aplicado aos recursos não-renováveis a fim de esclarecer o papel da escassez no preço de produção. Em seguida, os conceitos teóricos anteriormente discutidos são aplicados ao caso do petróleo. Por fim, o trabalho encerra-se com breves considerações.

1 A autora agradece o professor Franklin Serrano, pelas orientações e sugestões de bibliografia, o professor Leandro Fagundes, pelas discussões, e os pareceristas anônimos da Revista da SEP, pelas sugestões. Quaisquer erros e insuficiências, no entanto, são de responsabilidade exclusiva da autora.

2 Por questão de escopo, este trabalho não tratará do papel da demanda especulativa à tendência do preço internacional do petróleo.

2. O processo de gravitação dos preços de mercado ao preço natural clássico: o papel da demanda no preço natural de produção

A abordagem clássica do excedente, alicerce teórico deste trabalho, é baseada em uma análise estrutural da economia, ou ainda, em um método de longo-período, que leva em conta a persistência das variáveis econômicas independentes de sua estrutura analítica: o salário real, a tecnologia e o produto social (GAREGNANI, 1976, 1977). Como veremos, é esta persistência que possibilita a gravitação dos preços de mercado em relação ao preço natural.

Segundo tal abordagem, o preço natural de produção é um preço de longo-prazo teórico, que reflete os custos de produção dados pela tecnologia e pela distribuição de renda. Segundo Smith (1983), o preço natural é o preço mais baixo que um produto pode ser vendido sistematicamente, pois cobre os custos necessários à produção: as rendas, os salários e os lucros às suas taxas naturais. Em contrapartida, os preços de mercado são preços empíricos e conjunturais, pelos quais os produtos são comumente vendidos e para os quais é difícil traçar uma teoria, dada sua oscilação e imprevisibilidade (SMITH, 1983; CICCONE, 1999). Os preços de mercado são regulados pela proporção entre a quantidade trazida ao mercado e a demanda efetiva, ou seja, a demanda daqueles que podem pagar o preço natural de produção. Mesmo que

esta última não mude, os preços de mercado variam muito, pois a produção oscila em relação à média. Isso acontece especialmente no caso de algumas *commodities*, por exemplo, cujos preços, segundo Smith (1983), oscilam mais: “A experiência geral informa que o preço do tecido de linho e de lã não está sujeito a variações tão frequentes e tão grandes como o preço do trigo” (SMITH, 1983, p. 86).

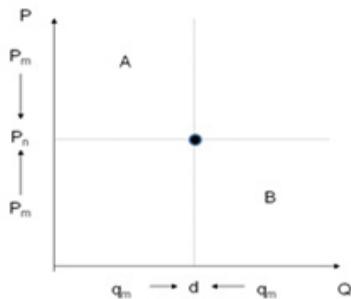
Dado o pressuposto da persistência do método de longo-período, as mudanças do preço natural tendem a ser mais lentas do que as mudanças acidentais e frequentes dos preços de mercado, possibilitando a análise sobre a gravitação destes últimos em relação ao primeiro: “[...] That persistence was thought to ensure that changes in the causes, if continuous, would be sufficiently slow as not to endanger the gravitation towards the (slowly moving) long-period values” (GAREGNANI, 1976, p. 28). Então, de maneira geral, diante da impossibilidade de se teorizar os preços de mercado, o que se sabe acerca deles é que seu centro de gravitação é o preço natural, o qual reflete o preço sustentável em condições de concorrência. Neste processo, a concorrência³, entendida como mobilidade, é central tanto para garantir preços e lucros uniformes, quanto para determinar a técnica

3 Para a importância da concorrência para o desenvolvimento teórico da economia, ver Crespo (2008) e Eatwell (1982).

dominante e dividir o excedente entre as classes sociais (GAREGNANI, 1977).

Se considerarmos um esquema para apenas um setor⁴ e supusermos que o preço natural mantém-se inalterado, o processo de gravitação pode ser observado de maneira simplificada na figura abaixo.

Figura 1 - O processo de gravitação dos preços de mercado ao preço natural



Fonte: Elaborado com base em Garegnani (1983).

De acordo com a discussão realizada por Garegnani (1983), na região noroeste, que chamaremos de A, a quantidade posta no mercado está abaixo da demanda efetiva d ; então, os preços de mercado p_m sobem acima do preço natural p_n ⁵. Diante dessa situação, o processo de gravitação dar-se-á pela ação do mecanismo de concorrência, dado pela mobilidade do capital ou dos demais fatores de produção. Para Smith (1983)⁶, as três classes sociais são agentes de mobilidade. No entanto, se considerarmos que a mobilidade dos fatores é desencadeada pela mobilidade do capital, e supusermos que são as taxas

de lucro que estão além da taxa natural⁷, serão atraídos outros produtores ao setor e mesmo quem já está dentro do setor também se sentirá estimulado a aumentar a produção. Como consequência, a quantidade posta no mercado q_m aumenta e aproxima-se da demanda efetiva d , e os preços de mercado caem em direção ao natural.

Em contrapartida, na região sudeste que chamaremos de B, a quantidade posta no mercado q_m está acima da demanda efetiva d , então os preços de mercado p_m caem abaixo do preço natural p_n ⁸. Da mesma forma que no caso anterior,

4 Não analisaremos o caso da gravitação envolvendo mais de um setor e seus problemas relacionados. Para tanto, ver Serrano (2003) e Caminati (1990).

5 Segundo Smith (1983), os preços de mercado subirão em relação ao natural “na proporção em que o grau de escassez da mercadoria ou a riqueza, a audácia e o luxo dos concorrentes acenderem mais ou menos a avidez em concorrer” (SMITH, 1983, p. 110).

6 “Se em algum momento a quantidade posta no mercado superar a demanda efetiva, algum dos componentes de seu preço deverá ser pago abaixo de sua taxa natural. Se for a renda da terra, o interesse dos proprietários de terra imediatamente os levará a desviar dessa aplicação uma parte de suas terras; e se forem os salários ou o lucro, o interesse dos trabalhadores num caso, e o de seus empregadores, no outro, imediatamente os levará a deixar de aplicar uma parte de seu trabalho ou de seu capital ao negócio. Dentro em breve a quantidade colocada no mercado não será senão a estritamente suficiente para suprir a demanda efetiva. Todos os componentes do preço chegarão à sua taxa natural, e o preço integral será o preço natural” (SMITH, 1983, p. 85).

7 A concorrência entendida como mobilidade, considerada neste exemplo, alinha-se mais à visão de Ricardo e Marx. Ambos concebem a mobilidade dos fatores desencadeada pela mobilidade de capital, ao contrário de Smith, que concebe as três classes como agentes de mobilidade. Para detalhes sobre essa discussão, ver Eatwell (1982) e Vianello (1989).

se supusermos que são as taxas de lucro que estão abaixo da taxa natural, isso leva à diminuição da produção e à saída de produtores do setor, fazendo com que a quantidade posta no mercado q_m diminua e aproxime-se da demanda efetiva d , e os preços de mercado subam em direção ao natural. Em nenhum momento é esperado que sejam definidas as magnitudes dos preços de mercado; a ênfase recai na direção do processo de ajustamento deles em direção ao preço natural.

Neste exemplo, observa-se que estamos considerando a concorrência – ligada à mobilidade de capital, dependente dos diferenciais de lucro, e ligada às livres entrada e saída de produtores do setor – como fator regulador dos preços de mercado e equalizador das taxas de lucro. Como afirma Ricardo (1985): “[...] é desejo de todo capitalista transferir seus fundos de uma atividade menos lucrativa para uma mais lucrativa, o que impede o preço das mercadorias de permanecer por algum tempo muito acima ou muito abaixo do preço natural”. (RICARDO, 1985, p. 65). Ou seja, trata-se de um processo desordenado de alocação de recursos movido pela tentativa de apropriação de máximo lucro, no qual a concorrência age como elemento regulador.

Cabe destacar que o aumento ou redução da produção, muito provavelmente, vem depois de uma diminuição ou acúmulo de estoques. No entanto, tais mudanças através de variações

não programadas de estoques são temporárias, então se espera uma mudança definida na produção (SERRANO, 2003). Diante do exemplo acima, podemos notar que os preços de mercado oscilam em torno do preço natural. Segundo Smith⁹ :

[...] o preço natural é como que o preço central ao redor do qual continuamente estão gravitando os preços de todas as mercadorias. Contingências diversas podem, às vezes, mantê-los bastante acima dele, e noutras vezes, forçá-los para baixo desse nível. Mas, qualquer que possam ser os obstáculos que os impeçam a fixar-se nesse centro de repouso e continuidade, constantemente tenderão para ele. (SMITH, 1983, p. 85)

Com relação às possíveis causas relacionadas aos preços de mercado ficarem permanentemente acima do natural, Smith (*ibidem*) considera os segredos industriais e comerciais, alguma causa natural que faça a demanda efetiva não ser totalmente atendida (como as especificidades dos vinhedos da França) e situações de monopólio; ou seja, trata-se de elementos que restringem a

8 “O preço de mercado descerá mais ou menos abaixo do natural na proporção em que o excedente aumentar mais ou menos a concorrência entre os vendedores, ou segundo for para eles mais ou menos importante desembaraçar-se imediatamente da mercadoria. O mesmo excedente na importação de artigos perecíveis (laranjas, por exemplo) provocará uma concorrência muito maior do que na de mercadorias duráveis (ferro velho, por exemplo).” (SMITH, 1983, p. 84).

9 O processo de gravitação dos preços de mercado ao preço natural, apesar de ser associado imediatamente a Smith, é encontrado em todos os autores clássicos e até mesmo nos fisiocratas, como Cantillon. Ver Crespo (2008).

mobilidade de capital. Dentre as duas situações – preços de mercado permanentemente abaixo ou acima do natural –, Smith (1983) considera que é mais comum encontrar persistência em preços acima do natural, pois qualquer componente do preço que esteja sendo remunerado abaixo do natural teria seu esforço reduzido, contribuindo para a queda da produção e elevação dos preços de mercado em direção ao natural.

Voltando ao início de nosso exemplo, consideramos a quantidade posta no mercado insuficiente ou mais que suficiente para atender a demanda efetiva a fim de mostrar o papel da mobilidade de capital para a gravitação dos preços de mercado em direção ao preço natural. É importante, neste sentido, distinguir variações persistentes ou temporárias na demanda efetiva, que justificam ou não, respectivamente, fluxos permanentes de capital.

Antes de tudo, é importante dar ênfase à importância da demanda efetiva, e não de uma demanda qualquer. Só ela garante que a produção seja sistematicamente trazida ao mercado, uma vez que está associada à demanda daqueles que pagam o preço natural de produção, ou seja, o preço que cobre os custos de produção.

Dito isso, o exemplo mais clássico de aumento transitório de demanda efetiva é dado por Smith quando aborda o aumento de roupas pretas devido, especificamente, a um luto público e

não a uma mudança permanente de hábitos, por exemplo, gerando apenas uma variação temporária da quantidade trazida ao mercado. Por outro lado, Vianello (1989) trata das mudanças permanentes na demanda efetiva: além de replicar alguns exemplos dados por Marshall, como um aumento permanente na riqueza e nos gastos gerais da sociedade, enfatiza: “[...] a permanent change in the methods of production (which affects the normal demand for means of production), and a permanent change in income distribution (which affects the normal demand for consumer goods and indirectly the normal demand for means of production)” (VIANELLO, 1989, p. 95). Na mesma linha, Ciccone (1999) argumenta:

Once the possibility of temporary and accidental changes in the effectual demand is acknowledged, it is useful to make an explicit distinction between the actual effectual demand which may happen to exist in any particular situation, and the normal effectual demand. As the term suggests, the latter is to be intended as the effectual demand under normal conditions, accordingly regulated by the most persistent circumstances only. (CICCONE, 1999, p. 64)

Ademais, oscilações acidentais dos preços de mercado de algumas mercadorias não se dariam apenas por variações acidentais na demanda, mas também por variações acidentais na quantidade trazida ao mercado. Isso acontece

especialmente no caso de produtos agrícolas, cujos preços de mercado oscilam mais. Segundo Vianello (1989):

Obviouly, a scanty or abundant harvest does not in itself justify even a transitory inflow or outflow of capital. This also applies to such other factors as labour conflicts or temporary difficulties in the supply of raw materials that can interfere with production plans [...] Netted of its accidentals variations, the quantity brought to market may be termed normal supply or normal quantity. (VIANELLO, 1989, p. 95)

Assim, segundo o autor, diante de mudanças acidentais, sejam elas da demanda efetiva ou da quantidade trazida ao mercado, os preços de mercado convergiriam ao natural de três formas: o desaparecimento espontâneo das causas, nem justificando o fluxo transitório de capital (como, por exemplo, uma mudança muito transitória da demanda efetiva ou uma quebra de safra agrícola); através dos fluxos transitórios de capital (quando a variação da demanda dura algum tempo); ou finalmente, pelos fluxos permanentes de capital (quando há variações permanentes na demanda efetiva normal ou por meio do desaparecimento das variações acidentais na demanda efetiva que causaram um fluxo temporário de capital, por exemplo).

Por fim, torna-se importante discutir agora os elementos que fazem o preço natural mudar, já que, até então, consideramo-lo dado. Como vimos, o preço natural de produção é dado pela

tecnologia e pela distribuição de renda entre as classes sociais: capitalistas, que recebem lucros; proprietários de terras, que recebem rendas; trabalhadores, que recebem salários. As mudanças nas variáveis exógenas à estrutura analítica da abordagem clássica do excedente – salários reais, tecnologia e produto social – são associadas a uma ampla complexidade de circunstâncias históricas, sociais, políticas e institucionais.

Se pensarmos, por exemplo, nos salários, Garegnani (1977) apresenta a complexidade de sua determinação. Para Quesnay e Ricardo, os salários estariam ligados às necessidades de subsistência, relacionadas tanto às necessidades fisiológicas quanto ao momento histórico; já para Smith, a determinação dos salários dependeria do poder de barganha relativo entre proprietários e trabalhadores; por fim, para Marx, “a tendência para o salário médio era vista como resultante de uma interação complexa entre o salário vigente e o tamanho do exército industrial de reserva dos trabalhadores empregados” (GAREGNANI, 1977, p. 5).

Diante disso, segundo a abordagem clássica, se, por exemplo, os salários reais caem por conta de uma circunstância social-histórica particular, completamente exógena, o preço natural pode cair. E, então, o preço natural é determinado independentemente de quaisquer funções de demanda para os produtos. Por outro lado, para a abordagem marginalista, isso não é possível: é

preciso que se considere uma função de demanda para os produtos. Para esta abordagem, uma queda no salário leva a um barateamento relativo dos bens que usam relativamente mais trabalho na sua produção. Isso faz com que, dado que as preferências são bem-comportadas (expressas pela função de demanda), a composição da demanda volte-se mais para bens trabalho-intensivos. Isso explica, pela via da substituíbilidade indireta, a relação entre salário real e demanda pelo fator trabalho. Garegnani (1983) argumenta:

It was, more generally, the importance attributed, in the determination of the real wage, to elements which were best studied before and independently of the determination of relative prices and of the other shares in total product. This separate determination found expression in the fact that these authors took the real wage as given when approaching the determination of relative prices. This in turn implied that the price system and the rate of profit could be determined independently of any demand functions for the products. (GAREGNANI, 1983, p. 311).

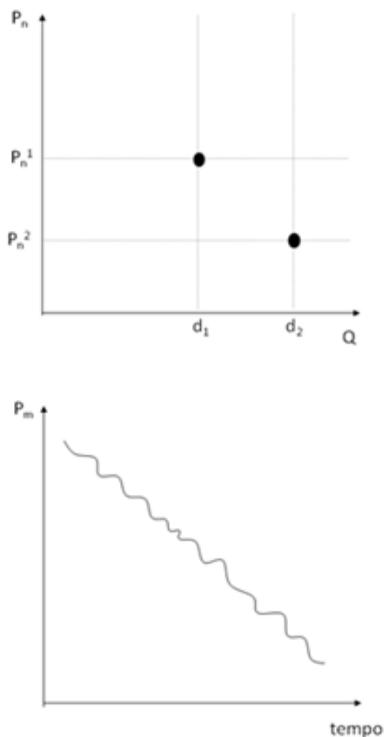
Neste ponto é importante esclarecer que, como discute Garegnani (1983), o papel da demanda efetiva é, ao acionar a produção, dar uma tendência aos preços de mercado, fazendo-os se dirigir ao preço natural. No entanto, o papel da demanda efetiva não é determinar o preço natural, já que, mais uma vez, este é determinado pelos custos de produção. A única forma em que a demanda efetiva afeta o preço natural é,

portanto, via custo de produção. E essa influência indireta não segue nenhuma “lei geral” tal como proposto pela função de demanda neoclássica, que associa, negativamente, diferentes combinações entre quantidades demandadas e níveis de preço. Na abordagem clássica, a demanda efetiva é um ponto específico no espaço preço-quantidade relacionado apenas àqueles que podem pagar o preço natural, o qual garante, por sua vez, a manutenção da produção.

Dois exemplos clássicos distintos podem mostrar tanto a (i) falta de regularidade das relações entre a demanda efetiva e o preço natural, e, portanto, entre a demanda efetiva e os preços de mercado; quanto (ii) a forma que a demanda efetiva afeta indiretamente o preço natural. Os exemplos considerados são o da fábrica de alfinetes de Adam Smith e o da produção em terras de pior qualidade em David Ricardo.

Em primeiro lugar, no exemplo da fábrica de alfinetes de Adam Smith, o autor mostra que o aumento da divisão do trabalho aumenta a produtividade do trabalho e gera retornos crescentes à escala. Ou seja, o aumento da produção requerido para atender a demanda é realizado a custos de produção decrescentes. Dessa forma, a maior demanda efetiva está associada a um preço natural menor. Os preços de mercado, por sua vez, ficam oscilando em torno do preço natural durante esse processo.

Figura 2 - Demanda efetiva maior e preço natural menor; e a direção dos preços de mercado ao longo do tempo

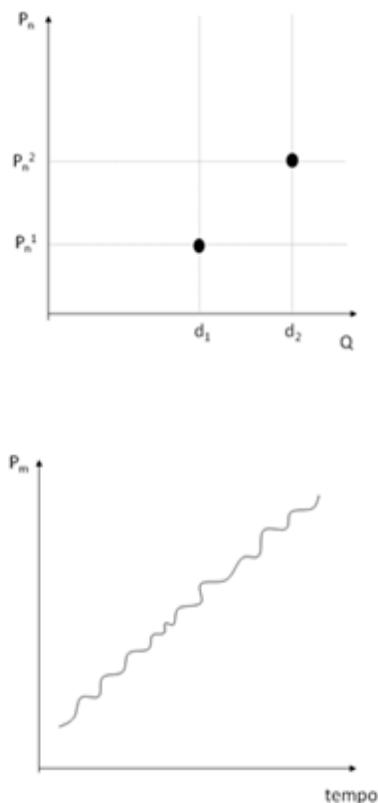


Fonte: Elaboração própria

Em segundo lugar, no exemplo da renda da terra de David Ricardo (que exploraremos mais detalhadamente na seção seguinte), o autor mostra que o aumento da produção requerido para atender a demanda é atendido por métodos de produção (terras) inferiores, com retornos decrescentes à escala. Ou seja, o aumento da produção requerido para atender a demanda é realizado a custos de produção crescentes. Dessa forma, a maior demanda efetiva está associada

a um preço natural maior. Da mesma forma que no caso anterior, mas em sentido oposto, os preços de mercado, por sua vez, ficam oscilando em torno do preço natural durante esse processo.

Figura 3 - Demanda efetiva maior e preço natural maior; e a direção dos preços de mercado ao longo do tempo



Fonte: Elaboração própria

Portanto, a velocidade de mudanças no preço natural é menor que a velocidade de mudanças nos preços de mercado, uma vez que o primeiro

reflete condições estruturais (mudanças na tecnologia e na distribuição de renda), que levam mais tempo para acontecer, enquanto os segundos, condições conjunturais. Dessa forma, podemos esperar que, por mais que haja mudanças no preço natural, os preços de mercado conseguem ser atraídos pelo seu centro de gravitação, indo em sua direção. Além disso, é importante que tenha sido esclarecido o canal de transmissão da demanda ao preço natural. A demanda só importa uma vez que afeta os custos de produção via mudança de método (seja melhorando o método, como na fábrica de alfinetes de Smith; seja piorando, via escassez natural das terras, como em Ricardo – ou mesmo via “escassez artificial” como veremos no caso do petróleo –, que levam à utilização de métodos piores). Como os preços de mercado oscilam em torno do natural, que reflete os custos de produção, podemos dizer, então, que, de maneira geral, aqueles preços vão tender aos custos de produção.

3. Escassez e renda diferencial dos recursos não-renováveis: o impacto da oferta para a tendência dos preços

Ao tratar dos recursos não-renováveis escassos no Capítulo III dos *Princípios*, denominado “Sobre a renda das minas”, o raciocínio de Ricardo mantém-se da mesma forma que no relacionado ao Capítulo “Renda da Terra”. Neste Capítulo,

Ricardo considera que, à medida que se torna necessário produzir em terras de menor qualidade, o valor de troca dos produtos agrícolas aumenta, mas a causa atribuída a isso é a necessidade de mais trabalho para produzi-los em condições menos favoráveis¹⁰, e não o surgimento da renda da terra. Neste ponto, é importante ressaltar uma diferença importante entre teoria clássica, na qual Ricardo está inserido, e a teoria neoclássica. Para os clássicos, os fatores de produção capital e trabalho são complementares, então, não se considera a possibilidade de mera substituição de trabalho por capital quando aquele passa a apresentar rendimentos decrescentes. Assim, o emprego de trabalho adicional com um retorno proporcionalmente menor contribui para os aumentos dos custos de produção, elemento estrutural dos preços de produção. A necessidade de aplicar mais capital na terra de menor produtividade possui um efeito no mesmo sentido, portanto.

Em resumo, diante da quantidade de terra fértil limitada em relação à demanda e à necessidade de se produzir em terras menos férteis, com retornos decrescentes de trabalho e capital, o valor relativo dos produtos aumenta e, dado o pano de fundo da concorrência, os preços uniformizam-se, mantendo-se, em todas as

10 “O homem trabalharia mais com o suor de seu rosto, a natureza ajudaria menos, e a terra deixaria de ter uma posição privilegiada devido à limitação de sua capacidade produtiva” (RICARDO, 1985, p. 69).

terras, acima do nível anterior. Ao contrário, se o processo de acumulação diminuir, as terras improdutivas não são utilizadas, mas apenas aquelas de qualidade superior, que não pagam renda, e os preços dos produtos agrícolas caem.

Para fazer um paralelo, no Capítulo “Sobre a renda das minas”, Ricardo mostra que as minas geram uma renda ao seu proprietário, sendo que tal renda é efeito do aumento dos preços dos metais. Tal aumento advém do maior uso do trabalho em minas de pior qualidade, utilizadas para atender uma demanda em ascensão, não suprida pelas minas de melhor qualidade. Mais uma vez, é reforçada a conclusão de que o retorno obtido pelo capital na pior mina regula a renda de todas as outras minas, e que tudo que as outras minas produzirem acima desses “lucros correntes do capital” será pago aos proprietários como renda (RICARDO, 1985, p. 75). Além disso, é destacada a “regra geral” que regula o valor dos produtos agrícolas, das mercadorias manufaturadas e dos metais: “[...] seu valor não depende nem da taxa de lucro, nem da taxa de salários ou da renda paga nas minas, mas da quantidade de trabalho necessária para obtê-los e colocá-los no mercado” (*idem ibidem*). Portanto, como mostram Kurz e Salvadori (2009), ao contrário do que se pensa, o tratamento de Ricardo sobre os recursos não-renováveis não se encontra apenas nas três páginas dedicadas à renda das minas nos *Princípios*, já que este capítulo faz referência direta ao capítulo anterior, sobre renda da terra.

Dito isso, então, vamos nos concentrar no tratamento do conceito de renda diferencial extensiva para os recursos não-renováveis escassos na literatura sraffiana. Segundo Kurz e Salvadori (2009), uma das hipóteses consideradas por Ricardo é: (R₁) para cada depósito esgotado de recurso, outro, com exatamente as mesmas características, é descoberto, e o custo de procura é sempre o mesmo; ou seja, enquanto cada depósito seria esgotável, o recurso como um todo não seria. Esta hipótese deixa claro que Ricardo considera os “poderes indestrutíveis do solo”.

Além dessa hipótese, os autores incluem (R₂), que considera que o funcionamento de cada depósito é sujeito à restrição de capacidade que limita a quantidade de recurso que pode ser extraída em um dado período de tempo. Segundo tal hipótese, várias minas precisam ser operadas simultaneamente porque cada uma é sujeita a uma restrição de capacidade, que limita a quantidade de minério que pode ser extraída em um dado período.

A restrição de capacidade depende, então, da quantidade já extraída de uma determinada mina e se a demanda efetiva não pode ser satisfeita apenas com a mina mais produtiva. Portanto, conforme anteriormente acima, a não abundância de minas igualmente produtivas e a presença de uma restrição de capacidade limitando a produção de uma mina exigem a utilização de minas de produtividades diferentes, a fim de atender a demanda efetiva para o

recurso. Se o produtor com custo de extração mais baixo está vendendo barato, mas a quantidade posta no mercado é insuficiente para atender a demanda, o preço começa a subir e a atrair os produtores com custo de extração mais elevado, até que a demanda seja atendida e o aumento do preço cesse. Assim, a cada nível de preço, diferentes métodos podem se viabilizar. Neste sentido, podemos observar a coexistência da produção de tais recursos a custos mais elevados e mais baixos como, por exemplo, a extração do petróleo no Mar do Norte e na Arábia Saudita, respectivamente, sendo que, nesta última, ocorre a apropriação da renda diferencial extensiva, tal como no caso da renda da terra.

A despeito da consideração de Ricardo acerca da “indestrutibilidade” dos recursos não-renováveis mostrar-se problemática, a alternativa neoclássica mais comumente encontrada está longe de fornecer alguma explicação satisfatória. Em geral, tais trabalhos adotam as bases da teoria intertemporal: supondo previsão perfeita, um ambiente de concorrência, uma dada quantidade conhecida do recurso escasso e uma dada tecnologia, é garantido que a escassez futura seja prevista e incorporada nos preços do recurso.

Tais ideias foram amplamente disseminadas através de Hotelling (1931). Segundo Kurz e Salvadori (2009), Hotelling parte de alguns pressupostos: (H₁) o recurso está disponível em

qualidade homogênea e em uma quantidade global, limitada e conhecida com certeza; e (H₂) a quantidade de recurso que pode ser extraída em um dado período é restringida pela quantidade pré-existente do período anterior.

Dessa forma, com relação a (H₁), Hotelling não considera os efeitos do progresso técnico na (i) descoberta de novos e diferenciados depósitos pelo mundo, nas (ii) descobertas de novas formas de utilizar produtos conhecidos e nas (iii) descobertas sobre propriedades de produtos ainda não utilizados e que podem levar a processos de substituição (KURZ & SALVADORI, 2009). Nesse sentido, podemos pensar, por exemplo, nas descobertas do Pré-Sal no Brasil, nas fábricas de petróleo sintético abertas na África do Sul ou, ainda, na utilização de biocombustíveis extraídos, por exemplo, do milho nos Estados Unidos ou da cana-de-açúcar no Brasil.

Com relação à (H₂), Kurz e Salvadori (*ibidem*) criticam a ideia de que parece existir uma “pilha”, ou ainda, um estoque de recursos, que deve ser utilizado até o fim antes que outra mina entre em operação. Como discutimos, baseando-nos em Ricardo, parece mais real supor um fluxo de recursos, já que as minas possuem um limite de extração por tempo, que pode não ser suficiente para atender a demanda, fazendo com que outras minas precisem entrar em operação.

Desta forma, como mostram os autores, as análises de Ricardo e Hotelling partem de casos opostos. Enquanto Ricardo considera os poderes indestrutíveis do solo, não considerando a possibilidade de exaustão do recurso como um todo, Hotelling considera os poderes destrutíveis, exacerbando a importância da exaustão e desconsiderando a importância do progresso técnico como apontada acima.

Ao cogitar a possibilidade de exaustão do depósito (R_1), o preço dele *in situ* mudaria como previsto pela regra de Hotelling, sem considerar, no entanto, que a exaustão de uma mina é perfeitamente antecipada, como ele supunha. Dessa forma, existiria um custo de oportunidade entre extrair hoje e vender o recurso, ou deixar o recurso “se valorizando” no solo e extrair-lo no futuro. Dessa forma, o preço do recurso *in situ*, ao longo dos anos, subiria no ritmo da taxa de juros: $\frac{P_{t+1}}{P_t} = (1 + i)$.

Vale lembrar que a hipótese de tal constatação é que a repetição do processo torna o recurso *in situ* escasso e que, por sua vez, não considera a possibilidade do progresso técnico torná-lo não-escasso. Ademais, a escassez a ser considerada deve ser aquela relacionada a um tipo específico de recurso, o de melhor qualidade, e que, mesmo assim, também deve ser suavizada, uma vez que novas técnicas podem levar ao reaproveitamento desta mina ou de um poço de melhor qualidade. Por fim, é importante destacar que,

mesmo na ausência de progresso técnico, é difícil antecipar a exatidão do grau de exaustão do recurso e, mais ainda, o impacto em seus preços “fora da mina”.

Neste sentido, não parece tão óbvio supor que o preço do recurso “fora da mina”, ao longo dos anos, sobe no ritmo da taxa de juros. Como discute Schefold:

[...] if the resource really gets exhausted over an intermediate time span, its price must rise; if it is a basic commodity, relative prices of other commodities must change, complicated patterns of substitution in the processes of production and of consumption may ensue in all other periods and perfect foresight becomes implausible even in the absence of technical progress. (SCHEFOLD, 2001, p. 318)

Assim, torna-se impossível fazer perfeitas previsões acerca dos preços do recurso fora da mina e dos outros preços da economia, diferentemente do que Hotelling considerava. Ou seja, as mudanças dos preços normais ao longo do tempo revelam a violação da regra de Hotelling.

A dificuldade de fazer previsões é também mostrada por Schefold (2001) sob outra perspectiva. O autor destaca a importância de considerar que o esgotamento gradual da mina (ou das minas) é representado pela distinção entre o estado da mina no início e no final de cada período, e a mudança é devida à extração parcial ocorrida. O preço atribuído à mina (ou ao recurso *in situ*) no final de cada período é, portanto, diferente

do que no início. Dessa forma, o autor mostra que a análise da renda das minas difere do caso da renda da terra, pois, enquanto as mudanças de renda e preços da terra ocorrem entre os períodos, a mina gradualmente diminui e, assim, o preço do recurso muda dentro de cada período devido aos custos de extração diferenciados. Ele diz: “We thus combine the analysis of the price of the exhaustible resource (which is essentially a matter of ‘supply and demand’) with a classical analysis of the long-run prices of reproducible *commodities* (which is essentially a matter of ‘cost of extraction’)” (*ibidem*, p. 320).

Portanto, mesmo nos casos em que o recurso é escasso, a exaustão não pode ser prevista e, assim, não é possível incorporá-la nos preços. As relações entre taxa de juros, preços correntes e preços esperados envolvem, sobretudo, decisões de produção e não uma teoria sobre determinação de preços. Então, não há nenhuma evidência teórica para se defender que o canal de transmissão da oferta aos preços é via escassez natural do produto. Por outro lado, a oferta impacta os preços quando ela é interpretada como os custos de produção dos métodos necessários para atender a demanda.

4. Os papéis da demanda e da oferta para a tendência do preço do petróleo

4.1. O papel da demanda física

Considerando que a demanda afeta o preço natural, uma vez que afeta os custos de produção

via mudança de método, nosso objetivo é esclarecer o papel da demanda no preço de produção do petróleo, focando-nos principalmente na década de 2000, quando o papel da demanda ganhou muito força para as explicações dos preços do produto.

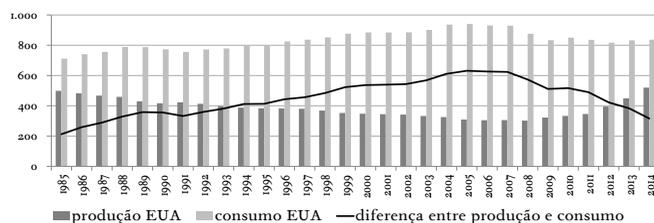
Devido à sua essencialidade, o petróleo possui baixa elasticidade-preço da demanda no curto e médio prazos. Sua substituição não é simples: tanto em seu principal uso, que é o transporte, quanto no setor industrial, com a indústria petroquímica. Esta indústria, como o próprio nome sugere, é totalmente dependente do produto para a produção de seus derivados, com destaque para a indústria de plásticos. Pelos dados da British Petroleum (2016), atualmente, 94% da demanda de energia mundial é atendida pelo petróleo (no início da década chegou a 98%) e, dentro do setor industrial, 32% da demanda de energia é atendida pelo petróleo (no início da década chegou a 38%)¹¹.

Ainda segundo informações da British Petroleum (2016), em 2014, os maiores consumidores mundiais de petróleo foram os Estados Unidos, com 19,9% do consumo mundial, e a China, com 12,4%. Podemos observar, primeiramente, a situação dos Estados Unidos, o maior consumidor de petróleo do mundo. Em primeiro lugar, seu ligeiro aumento de consumo durante

11 No caso do uso para transportes, o ligeiro decréscimo em relação ao início da década foi devido à ascensão do gás natural; e no caso industrial, do carvão.

a década de 2000, quando os preços atingiram níveis historicamente altos, não indica força suficiente para contribuir para o aumento dos preços internacionais .

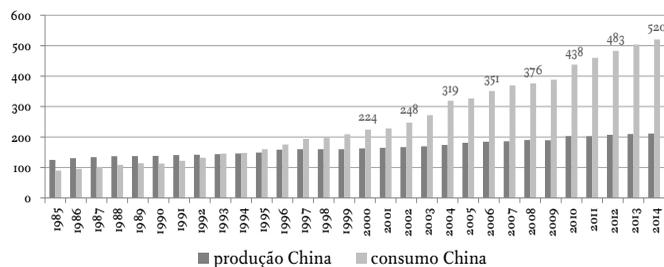
Gráfico 1 – Produção e Consumo de Petróleo nos Estados Unidos (em milhões de toneladas).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da British Petroleum (2016)

Com relação à China, como podemos observar pelo gráfico abaixo, o crescimento de seu consumo acelerou sensivelmente durante todo o período de alta dos preços do petróleo devido ao estágio de desenvolvimento em que se encontrava o país, descolando completamente de sua produção. Muitos associaram estes comportamentos à ideia de “superciclo”: o aumento dos preços das *commodities* em geral na década de 2000 estaria sendo puxado pela crescente taxa de crescimento da China, muito dependente de matérias-primas devido aos processos de urbanização e industrialização (SERRANO, 2008).

Gráfico 2 – Produção e Consumo de Petróleo na China (em milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da British Petroleum (2016)

Estes fatos aparentemente nos dariam a resposta da nossa pergunta acerca do porquê de aumentos tão grandes de preço na década de 2000 e poderíamos parar por aqui. Mas não parece tão simples. Como mostra Serrano (2013) ao analisar o período de 2002 e 2007, evidentemente o consumo chinês cresceu muito mais que o consumo mundial, mas a contribuição chinesa para o resultado mundial foi pequena¹³: apenas 2,7% em cinco anos (por volta de 0,5% ao ano). Os dados da British Petroleum (2016) são muito próximos dos obtidos pelo autor e, portanto, confirmam seus resultados como podemos ver abaixo.

¹³ Segundo o autor, o efeito-China que inspirou a ideia de “superciclo” parece ter exercido impacto significativo apenas no caso dos metais. (SERRANO, 2013, p. 174).

Tabela I – Demanda mundial e contribuição chinesa nos anos 2000
(em milhões de toneladas)

Demanda Mundial nos anos 2000 e contribuição chinesa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003-2008	2002-2007	2000-2011
Consumo Mundial	3582	3610	3641	3727	3871	3919	3959	4017	3999	3923	4042	4085	7,30%	10,30%	14,10%
Consumo Chinês	224	228	248	272	319	327	351	369	376	388	438	460	38,40%	49,20%	105,20%
Consumo Mundial excluindo o Chinês	3358	3381	3394	3455	3552	3593	3608	3648	3623	3535	3604	3625	4,90%	7,50%	8,00%
Contribuição chinesa ao crescimento do consumo mundial													0,00%	2,80%	6,10%

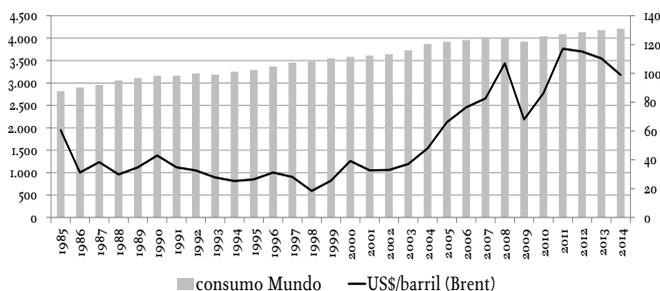
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da British Petroleum (2016).

De fato, quando olhamos para o consumo mundial, observamos um crescimento em torno de 14% entre 2000 e 2011, muito inferior ao chinês. Isso aconteceu, pois, ao mesmo tempo em que a demanda de países em desenvolvimento, como a China e a Índia, elevou-se, nos países centrais ela caiu. E, mesmo que importante, o aumento de 14% no consumo no período mencionado pode contribuir para, mas não explicar, os preços do petróleo terem praticamente triplicado no mesmo período, como podemos ver no gráfico abaixo.

É importante, então, esclarecer como este aumento da demanda impactou os preços, mesmo que de forma limitada. Como veremos na seção seguinte, houve um crescimento *pari passu* da produção com o consumo. Ou seja, foi necessário um aumento de produção para atender este aumento de consumo observado no gráfico acima. Aguilera e Radetzki (2015) apresentam dados que mostram, indiretamente, mas em linha ao defendido no nosso trabalho, que o aumento da demanda mundial tornou necessária a produção em campos de custos mais elevados dada a escassez (em parte artificial, como veremos) dos campos de melhor qualidade e de custo de produção mais baixo. E, então, é dessa forma que a demanda impacta o preço de produção do petróleo: via custos de produção.

Os autores enfatizam a dificuldade de se encontrar, documentar e avaliar as medidas de custos de produção disponíveis por serem, em geral, superestimadas e apresentadas sob diferentes metodologias. No entanto, de acordo com os dados disponíveis, mostram que novas técnicas

Gráfico 3 – Consumo de Petróleo no Mundo
(em milhões de toneladas) e preços do petróleo.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da British Petroleum (2016)

de custo mais elevado têm sido utilizadas, e que tais custos de produção tradicionais mantêm-se muito abaixo dos preços do petróleo. Por exemplo, segundo os dados compilados pelos autores:

(I) em 2006, os preços do petróleo estavam em torno de US\$70/bl, enquanto os custos do petróleo convencional no mundo giravam em torno de US\$17/bl, e no Irã e na Arábia Saudita, de US\$1/bl a US\$3/bl;

(II) em 2008, quando os preços alcançaram US\$93/bl, os custos do petróleo das areias betuminosas estavam em torno de US\$29/bl a US\$33/bl, de acordo com a *Canadian National Energy Board*, ou de US\$32/bl a US\$62/bl, de acordo com a *International Energy Agency*;

(III) já em 2013, quando os preços atingiram US\$109/bl, o custo do petróleo convencional era de US\$10/bl a US\$70/bl, do petróleo pesado e das areias betuminosas entre US\$50/bl a US\$90/bl e das águas profundas, US\$70/bl a US\$80/bl.

Dessa forma, à medida que técnicas mais caras tornaram-se viáveis¹⁴, o preço de produção do petróleo aumentou. No entanto, duas questões ficam em aberto. Primeiro, o crescimento da demanda, por si só, justificou que a produção se deslocasse para regiões de custo mais elevado, como no Canadá¹⁵? Segundo, “[...] the large discrepancy between costs and prices is a clear indication that cost rising cannot explain actual price performance, all rents are

stunning” (AGUILERA & RADETZKI, 2015, p. 38). A primeira questão é relacionada à política energética americana, segundo a qual um de seus objetivos é garantir a segurança de suas importações; e a segunda relaciona-se ao retorno do Nacionalismo dos Recursos Naturais, que contribuiu à elevação do componente renda absoluta do preço de produção¹⁶ (FRATINI, 2008; SERRANO, 2008; SILVA, 2016).

4.2. O papel da oferta: a não-escassez do petróleo e a restrição de capacidade

Por muitos anos, a ideia do Peak Oil ou Pico de Hubbert, geólogo que desenvolveu sua teoria em 1956, dominou a discussão acerca do comportamento dos preços do petróleo. A ideia da curva de Hubbert (1956) é que a produção de petróleo iria declinar permanentemente quando metade do estoque de petróleo fosse explorada,

14 Aguilera e Radetzki (2015) argumentam que em épocas de preços elevados (i) há incentivo para aumentar a utilização da capacidade e a produção, gerando pressão sobre os gastos com os insumos, (ii) o controle de custos é mais negligente, (iii) não se busca melhorias tecnológicas ou outras medidas de redução de custos, (iv) e que haveria possibilidades de se contratar trabalhadores menos qualificados pelo fato do mercado estar aquecido e de greves, acidentes e paralisações. Ou seja, segundo os autores, trata-se de uma visão não-convencional, que apresenta a possibilidade de que parte considerável do aumento dos custos está sendo liderado pelo aumento dos preços.

15 Entre 2000 e 2011, segundo dados da British Petroleum, a produção canadense aumentou 36%.

16 A questão da política energética americana será tratada brevemente na seção seguinte, mas por questão de escopo, tais temas não serão detalhados neste trabalho. Para maiores detalhes ver Serrano (2004) e Silva (2016). Para uma discussão sobre o conceito de renda absoluta ver Fratini (2008) e Silva (2016). De maneira simplificada, a renda absoluta pode ser vista como uma espécie de “taxa” que os proprietários das terras/minas cobram dos capitalistas que nelas produzem, existindo mesmo que o recurso seja abundante (não-escasso).

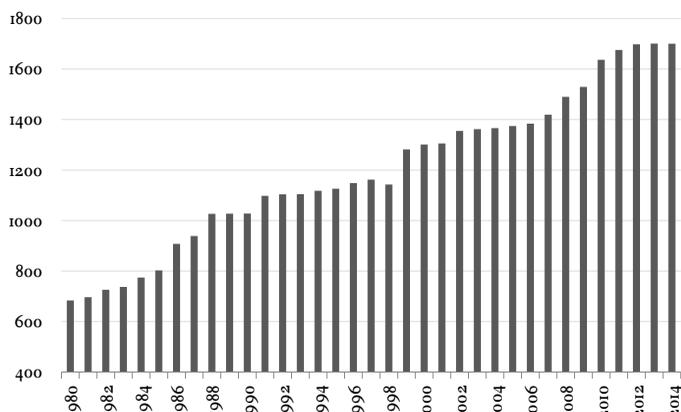
o que contribuiria para a elevação dos preços. Os problemas com relação a esta ideia são: (i) a curva de produção do mundo não tem a mesma curva de produção de um poço; (ii) a impossibilidade de se prever com exatidão quando metade do petróleo já foi extraído; (iii) o estoque de petróleo não pode ser comparado com o fluxo da demanda e (iv) o fluxo de oferta pode aumentar e alcançar a demanda se considerarmos a existência de reservas. (AGUILERA & RADETZKI, 2015; RONCAGLIA, 1983; SERRANO, 2008)

Com relação a (i), a curva de produção do mundo não tem a mesma curva de produção de um poço, pois tais curvas só seriam iguais se os poços fossem explorados com a mesma e imutável tecnologia e tivessem começado a ser explorados exatamente ao mesmo tempo. No entanto, como discutimos na seção anterior, vários poços são operados simultaneamente para atender a demanda quando ela cresce, já que cada poço é sujeito a uma restrição de capacidade que limita a quantidade de petróleo que pode ser extraída em um dado período de tempo. Então, além dos poços não necessariamente terem entrado em operação ao mesmo tempo, a produção pode ser feita simultaneamente em poços de diferente qualidade. Diante disso, podemos observar a coexistência da produção a custos mais elevados e mais baixos como, por exemplo, a extração do petróleo na Arábia Saudita e no Mar do Norte, nas proximidades da Noruega.

Já com relação a (ii), há a impossibilidade de se prever com exatidão quando metade do petróleo será extraída, devido ao processo de melhoria tecnológica. Através dela, novas reservas são descobertas, tornando, então, impossível saber com exatidão quando metade das reservas de petróleo será extraída. Conforme Aguilera e Radetzki (2015) discutem, a exploração continua durante a produção e, assim, no caso de descoberta de um maior volume depositado, este é convertido em reservas provadas – definidas como a quantidade de petróleo identificada no campo que pode ser economicamente extraída usando a tecnologia disponível. Podemos observar, pelo gráfico abaixo, que as reservas mundiais de petróleo têm aumentado continuamente¹⁷, atingindo quase o triplo do início da década de 80:

17 Devido às inovações gerenciais e tecnológicas, Torres Filho (2004) mostra: “[...] o custo de novas descobertas havia caído de mais de US\$20 por barril de óleo equivalente em 1979-1981 para menos de US\$5 em 1993-1995. O custo médio de produção ao longo da segunda metade da década de havia sido reduzido de US\$7,20 para US\$4,10 por barril”. (TORRES FILHO, 2004, p. 335).

Gráfico 4 - Evolução das reservas mundiais de petróleo em bilhões de barris.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da British Petroleum (2016)

Pelos dados da British Petroleum (2016), 11 países detêm quase 88% das reservas mundiais. São eles: Venezuela¹⁸ (17,5%), Arábia Saudita (15,7%), Canadá (10,2%), Irã (9,3%), Iraque (8,8%), Rússia (6,1%), Kuwait (6%), Emirados Árabes (5,8%), Estados Unidos (2,9%), Líbia (2,8%) e Nigéria (2,2%); sendo que os países da OPEP continuam a deter a maioria de reservas do mundo: 71,6% do total global. Em 2014, o maior aumento das reservas de veio da Arábia Saudita, adicionando 1,1 bilhões de barris em relação a 2013, e o maior declínio veio da Rússia, onde as reservas caíram em 1,9 bilhões de barris.

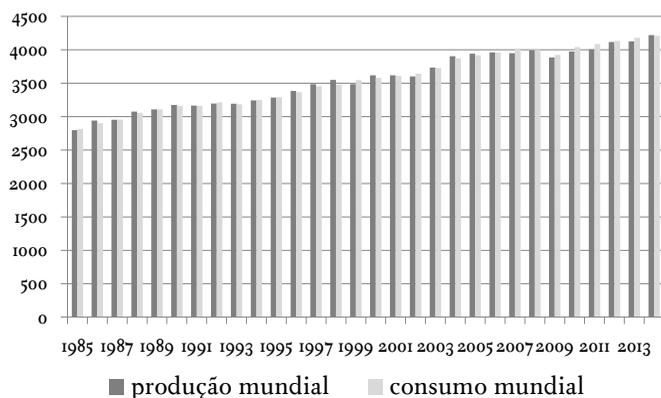
Neste contexto, uma medida muito utilizada para medir a adequação da quantidade de reservas necessária para garantir o crescimento da produção é a razão R/P, onde R é a quantidade de reservas e P, a produção. Segundo Aguilera

e Radetzki (2015), esta razão gira ao redor de 30 para o petróleo entre 1965 e 1985, e não foi encontrada nenhuma indicação de esgotamento do recurso. Os autores destacam, mais uma vez, a importância dos investimentos em tecnologia para a pesquisa e a descoberta de novas reservas a fim de manter a razão estável. Os dados da British Petroleum (2016) reforçam essa constatação dos autores: o total mundial das reservas provadas de petróleo atingiu 1700 bilhões de barris no final de 2014, o suficiente para atender a 52,5 anos de produção global.

Com relação a (iii) e (iv), o estoque de petróleo não pode ser comparado com o fluxo da demanda, pois dessa forma seria inevitável observarmos (incorretamente) um aumento de preços: visto como uma resposta a uma quantidade dada e finita de petróleo para atender um aumento da procura. O que está por trás deste “tom apocalíptico”, nas palavras de Roncaglia

¹⁸ A Venezuela, além de liderar as reservas de petróleo, destaca-se por tê-las ampliado em 198% entre 2007 e 2010.

Gráfico 5 - Crescimento *pari passu* da produção em relação ao consumo mundial de petróleo (em milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da British Petroleum (2016).

(1983), é a completa desconsideração do progresso técnico, que, como discutimos em (ii), tem garantido o aumento das reservas. Dados os custos de extração e as expectativas sobre os preços (que seguem o preço normal), o aumento das reservas permite (iv), ou seja, que o fluxo de oferta possa aumentar e alcançar a demanda. Diante disso, ao compararmos corretamente o fluxo de produção com o fluxo da demanda, podemos perceber, abaixo, o crescimento *pari passu* da produção mundial com o consumo mundial.

Alinhados à nossa base teórica, outra forma de aplicar a ideia de escassez envolve a teoria da renda diferencial ricardiana. Em linha com a nossa apresentação na seção anterior, Roncaglia (1983) mostra que a renda extensiva ricardiana

não determina o preço de produção: “Differences in costs and quality can explain the existence of differential rents, but they do not explain the gap between crude oil prices and extraction costs (i. e., ‘absolute rent’)” (RONCAGLIA, 1983, p. 563). O autor alerta sobre a dificuldade de se ter conhecimento perfeito das alternativas mais “férteis” em um horizonte temporal mais amplo. Além disso, alerta que, de acordo com esta teoria, um aumento dos preços do produto viabiliza a produção em campos menos produtivos, mas se considerarmos o papel da tecnologia, o progresso técnico poderia, ao contrário, reduzir os custos de extração.

De maneira geral, podemos observar que a possibilidade de mudança técnica e a completa inexatidão acerca das reservas fazem da ideia do *Peak Oil* e de suas conclusões acerca da inevitável tendência dos aumentos de preços do petróleo extremamente frágeis, as quais só teriam algum alcance se o petróleo fosse exaurível no curto prazo. A ideia de tal exaustão começou a ser descartada já na década de 1970, conforme mostra Roncaglia, e tem se tornada clara nos anos recentes devido ao avanço tecnológico, que permitiu a descoberta de novas reservas e a recuperação de outras. Daí conclui Roncaglia já em 1983: “Thus proven reserves should be considered as a produced means of production, since they can be increased through investment in exploration” (RONCAGLIA, 1983, p. 561).

Por fim, é importante sinalizar, embora não seja o escopo deste artigo, que grande parte da elevação dos preços da década dos anos 2000 veio do receio norte-americano de que os preços ficassem baixos como em 1998 (RUTLEDGE, 2003; SERRANO, 2008). Então, os Estados Unidos pressionaram para que a OPEP, especialmente a Arábia Saudita, diminuísse a produção e o investimento em ampliação da capacidade (mantendo capacidade ociosa), criando uma “escassez artificial de petróleo”, a qual contribuiu para que o preço de produção e os preços de mercado se elevassem substancialmente, cobrindo os custos de produção americanos e os de seus exportadores, como o Canadá (SERRANO, 2004; SILVA, 2016).

5. Conclusão

Neste trabalho, vimos que não existem evidências empíricas para defender que o petróleo é escasso. Isso ocorre devido aos grandes avanços tecnológicos que têm feito as reservas crescerem continuamente. Neste sentido, uma escassez relativa da oferta em relação à demanda e o consequente aumento nos preços não fazem sentido: o crescimento *pari passu* da produção ao consumo mundial de petróleo nas últimas décadas indica isso. Do ponto de vista teórico, vimos que, mesmo nos casos em que o recurso é escasso, a exaustão não pode ser prevista e, portanto, não é possível incorporá-la nos preços. As

relações entre taxa de juros, preços correntes e preços esperados envolvem, sobretudo, decisões de produção e não uma teoria sobre determinação de preços. Então, não há nenhuma evidência empírica e mesmo teórica para se defender que o canal de transmissão da oferta aos preços é via escassez natural do produto. Por outro lado, a oferta impacta os preços (i) quando ela é interpretada como os custos de produção dos métodos necessários para atender a demanda, ou ainda, (ii) quando a escassez relativa do produto é artificialmente criada.

Ademais, vimos que não há elementos empíricos que comprovem algum suposto excesso de demanda mundial, dado o crescimento *pari passu* da produção mundial. Do ponto de vista teórico, vimos que, à medida que a demanda aumenta, novos métodos mais custosos passam a ser utilizados, impactando o preço de produção e refletindo-se no aumento persistente dos preços de mercado. Do ponto de vista empírico, vimos que a utilização de métodos com custos mais elevados decorre também (i) da escassez artificial para atender a demanda, uma vez que países de custo mais baixo, especialmente a Arábia Saudita, mantêm capacidade ociosa; quanto também (ii) da estratégia americana de pressionar a OPEP a manter um preço que cubra seus próprios custos e os custos de produção de seus exportadores.

Bibliografia

- AGUILERA, R. & RADETZKI, M. *The Price of Oil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BRITISH PETROLEUM (BP). *Statistical Review of World Energy*. Disponível em: <http://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>. Acesso em: mai./2016.
- CICCONE, R. "Short-run Prices in Classical and neo Classical Analysis." In: MONGIOVI, G. & PETRI, F. (Orgs.). *Value, Distribution and Capital*. London: Routledge, 1999, p. 60-81.
- _____. "Capacity Utilization, Mobility of Capital and the Classical Process of Gravitation." In: CICCONE, R.; GEHRKE, C.; MONGIOVI, G. (Orgs.). *Sraffa and Modern Economics*. New York: Routledge, 2011, pp. 76-86.
- CRESPO, E. *Separação Preços-Quantidades na Teoria Clássica dos Preços e da Distribuição*. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- EATWELL, J. "Competition." In: BRADLEY, Y. & HOWARD, C. (Orgs.). *Classical and Marxian Political Economy*. London: Macmillan, 1987, pp. 203-228.
- ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). *Crude Oil Reserves at Start of 2013 Reach Highest Level Since 1976*. Disponível em: <http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=15791>. Acesso em: abr./2016.
- FRATINI, S. "Alcune Osservazioni Sulla Teoria Classica Della Rendita." *QA – Rivista dell'Associazione Rossi-Doria*, Roma, vol. 6, n. 1, pp. 131-158, mar./ 2008.
- HOTTELING H. "The Economics of Exhaustible Resources." *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 39, n. 2, pp. 137-75, abr./1931.
- HUBBERT, M. K. *Nuclear Energy and the Fossil Fuels*. Disponível em: <http://www.hubbertain.com/hubbertain/1956/1956.pdf>. Acesso em: ago./ 2015
- GAREGNANI, P. "Sobre a Teoria da Distribuição e do Valor em Marx e nos Economistas Clássicos." In: GAREGNANI, P. et al. *Progresso Técnico e Teoria Econômica*. Campinas: Hucitec Unicamp, 1977.
- _____. "The Classical Theory of Wages and the Role of Demand Schedules in the Determination of Relative Prices." *American Economic Review*, Sidney, vol. 73, n. 2, pp. 309-313, dez./ 1983.
- KURZ, H. & SALVADORI, N. "On the Theory of Exhaustible Resources: Ricardo vs. Hotelling." *The Institute of Social and Economic Research*, Osaka, vol.7, nº 756, pp. 1-16,out./2009.
- LEÃES, R. F. "Os Recursos não Convencionais e a Transformação da Oferta Mundial de Petróleo." *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, vol. 43, n. 2, pp. 9-22, jul./2015.
- RICARDO, D. "Ensaio acerca da Influência do Baixo Preço de Cereal sobre os Lucros de Capital." (1815) In: NAPOLEONI, C. (Org.). *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, pp. 195-225.
- _____. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1817).
- RONCAGLIA, A. "The Price of Oil: Main Interpretations and their Theoretical Background." *Journal of Post Keynesian Economics*, Canadá, vol. 5, n. 4, pp. 557-578, mar./1983.
- RUTLEDGE, I. "Profitability and Supply Price in the US Domestic Oil Industry: Implications for the Political Economy of Oil in the Twenty-First Century." *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, vol. 27, n. 1, pp. 1-23,abr./2003.
- SERRANO, F. "Estabilidade nas Abordagens Clássica e Neoclássica", *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 12, n. 2, pp. 147-167, jul./dez. 2003.
- _____. "Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível." In: FIORI, J. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 190-204.
- _____. "A Economia Americana, o Padrão Dólar Flexível e a Expansão Mundial nos Anos 2000." In: FIORI, J.; MEDEIROS, C. & SERRANO, F. (Orgs.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 83-100.
- _____. "A Mudança na Tendência do Preço das Commodities nos Anos 2000: Aspectos Estruturais." *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, pp. 168-198, jul./2013.
- SILVA, S. F. *Um estudo sobre a evolução do preço de produção internacional do petróleo nas últimas décadas*. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações - Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1983 (1776).
- SRAFFA, P. *Production of Commodities by Means of Commodities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985 (1960).
- TORRES FILHO, E. T. "O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana." In: FIORI, J. L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 309-346.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Price formation in financialized commodity markets*. The role of information. 2011.
- VIANELLO, F. "Natural (or Normal) Prices: Some pointers." *Political Economy: Studies in the Surplus Approach*, Munich, vol. 5, n. 2, pp. 89-105, mar./1989.
- WRAY, L. R. "O novo capitalismo dos gerentes do dinheiro e a crise financeira global." *OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pp. 19-39, 2009.

RESENHA

CAPITALISMO E DEMOCRACIA: CONVERGÊNCIA OU DIVERGÊNCIA?

PIKETTY, Thomas.

O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p.

MAURÍCIO MICHEL REBELLO E DR. GUSTAVO GIORA

Recebida em 05/2017

Aprovada em 11/2017

A leitura da obra de Piketty causa certo mal-estar ao leitor das ciências sociais, pois não há como ficar indiferente sobre o futuro da democracia no capitalismo. Apesar de sua obra não almejar o debate sobre a teoria da democracia, seu texto toca em um ponto essencial: como assegurar um ambiente democrático em um sistema econômico cada vez mais desigual? E mais: até que ponto democracia e redistribuição estão realmente em compasso?

O trabalho é construído sobre uma pesquisa de mais de uma década, esforço do autor e de alguns outros economistas, detalhando a mudança histórica na concentração de renda e riqueza. O grandioso conjunto de dados permite a verificação da desigualdade desde o início da revolução industrial para alguns casos. A verificação inicial é de que a Europa Ocidental, entre os séculos XVIII e XIX, era extremamente desigual. Um ambiente onde a riqueza privada superava a renda nacional e estava concentrada nas mãos de famílias ricas dentro de uma estrutura social bastante rígida. Esse cenário, segundo os dados e a análise do autor, manteve-se relativamente imutável mesmo quando a industrialização passou a contribuir para o aumento dos salários pagos aos operários.

A compilação de dados indica que essa estrutura de desigualdade apenas pôde ser mitigada depois das Duas Grandes Guerras e da Grande Depressão – período de alta taxação, inflação, falências e a criação dos sistemas de *welfare*, em que a riqueza acumulada foi reduzida

drasticamente (essencialmente pela destruição do capital). Isso permitiu um novo alvorecer, em que riqueza e renda foram distribuídas de maneira mais igualitária. Mas os choques do início do século XX passaram e a riqueza vem se reorganizando cumulativamente outra vez. Nesse aspecto, o autor mostra como a riqueza retomou seu papel concentrador e vem alcançando níveis próximos, apesar de ainda menores, do que os verificados antes da Primeira Grande Guerra (1914-1918). Uma questão fundamental na obra é dividir a renda em dois componentes: a renda derivada do trabalho (salários, gratificações, renda de trabalhos de profissionais autônomos e liberais, etc.) e a renda do capital (aluguéis, dividendos, juros, lucros, ganhos de capital, etc.).

Ao longo dos diversos capítulos – o livro é dividido em quatro partes –, o autor aponta como existem forças de convergência e divergência em termos de riqueza ou renda. Em outras palavras, como, ao longo da história, o sistema capitalista pode projetar um aumento ou diminuição da igualdade econômica. Como regra geral, a riqueza cresce mais rapidamente do que o crescimento econômico. Essa hipótese vem da expressão $r > g$ (em que r é a taxa de retorno da riqueza, ou capital, e g está para a taxa de crescimento econômico). Tudo o mais constante, o rápido crescimento econômico teria como efeito diminuir a importância da riqueza (na forma

de capital) na sociedade, ao passo que o baixo crescimento econômico seria o responsável por ampliar a dominação do capital nessa mesma sociedade.

Essa lógica ocorreu na maior parte da história até o século XIX e seria provável voltar a ocorrer no século XXI. Simplificando, a renda do capital herdada, sendo poupada, renderia mais do que a renda e a produção da economia como um todo. Para piorar a situação, o estoque inicial de capital (grandes fortunas) renderá ainda mais quanto maior for a dotação inicial do indivíduo (p. 33). Bastaria a este poupar parte da renda extraída do capital e reinvestir sob variadas fontes de retorno de capital para ficar ainda mais rico e cada vez mais se distanciar da média da riqueza da população de seu país.

Na primeira parte – “Renda e Capital” –, o autor define os principais conceitos a serem utilizados ao longo do livro. Nesse momento, é fundamental ater-se aos conceitos de *capital* e *patrimoine* (traduzidos ora como riqueza, ora como capital), e as duas versões possíveis de renda – a do capital e a do trabalho. Lembrando que a renda do trabalho assalariado, em regra, vem determinada como salário. Nesse aspecto, existe uma sutil, mas fundamental, verificação a ser feita. Note que o autor usará em comparação sempre a ideia de contrapor a renda do trabalho frente à renda do capital, jamais a segunda frente a salários. Ou seja, está subentendido

que, se por um lado, os salários podem ser considerados como uma modalidade de renda do trabalho, não parece ser esta a renda do trabalho (gênero do qual o salário é uma das espécies) à qual o autor se refere na comparação direta que levanta quando da discussão sobre o mérito da renda do capital frente ao mérito da renda do trabalho.

Na segunda parte – “A dinâmica da relação capital/renda” –, analisa-se a grande transformação do capital ao longo dos últimos três séculos. Se antes a riqueza estava, essencialmente, nas terras, devido à alta participação da agricultura na economia, atualmente, o capital encontra-se nos imóveis e no capital financeiro e profissional investidos nas empresas e na administração pública (p. 120). A escravidão foi um componente fundamental para a riqueza nos Estados Unidos, ao passo que, na Europa, esse peso foi menor.

A terceira parte – “A estrutura da desigualdade” – é um dos pontos altos do livro e uma das passagens mais fundamentais para os cientistas sociais que pretendem compreender a realidade social do século XXI. Em países pretensamente igualitários, cerca de 50% de toda a riqueza é controlada por 10% da população e, em países desiguais, ultrapassa 70%. Aqui, o princípio da meritocracia da democracia liberal deve ser cuidadosamente reexaminado com o contexto mostrado pelo autor.

Na quarta e última parte – “Regular o capital no século XXI” –, Piketty tenta encontrar mecanismos, principalmente tributários, para impedir uma espiral de crescimento da desigualdade. A construção de um Estado social no século XX – o autor opta por essa terminologia ao invés de *Welfare State* – permitiu uma ampla arrecadação dos Estados Nacionais, suprimindo o *laissez-faire* dos séculos anteriores. A conquista, em alguns países, de um imposto progressivo fortaleceu a ideia de tentar diminuir a distância de rendas mais altas e mais baixas. Contudo, Piketty salienta a importância de um imposto mundial sobre grandes fortunas para impedir a evasão fiscal, mesmo sabendo que, nas atuais circunstâncias, tal instituto seria utópico.

Como dissemos no início, há uma inquietude nessa obra, se refletirmos sobre os ideais de igualdade que estimamos ao pensar em uma teoria democrática. Em *Sobre A Democracia*, Robert Dahl (2001) provoca o leitor com dois capítulos subsequentes: por que o capitalismo de mercado favorece a democracia e por que o capitalismo de mercado prejudica a democracia. De um pensamento revolucionário no século XIX a uma entidade amorfa no século XXI (LOSURDO, 2004)? Seria isso a esperar da democracia?

Se as lutas travadas pelo sufrágio universal foram tão difíceis e historicamente tortuosas, poderíamos pensar que a elite econômica

encontrou, por fim, uma maneira de obstaculizar expectativas igualitárias para o século XXI. Piketty sinaliza com um tom pessimista, mas ressalva que acordos sociais ao longo do século XX se alteraram, permitindo, por exemplo, o surgimento de uma classe média patrimonial. Torna-se evidente que, em se tratando de democracia, devemos abdicar de teleologias e pensar que novos movimentos podem estar surgindo, projetando outra curva de desigualdade para a democracia do século XXI. Independentemente da implementação ou não das propostas do autor e do viés ideológico delas, o certo é que Piketty influenciará de maneira indelével a forma como seus leitores e muitos economistas passaram a pensar a respeito dos temas e questões levantados em sua obra.

Referências Bibliográficas

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: UNB, 2001.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. São Paulo: UNESP, 2004.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E RESENHAS

1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política aceita apenas submissões *online* pelo sistema:

<<http://revista.sep.org.br>>.

2. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL, serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad hoc*.

3. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

4. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os trabalhos submetidos à REVISTA NÃO devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, acesse <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/about/submissions#onlineSubmissions>>.

5. Transfira também, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação

institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.

6. Se não tem cadastro no sistema da Revista da SEP, por favor, cadastre-se no sistema da revista <<http://revista.sep.org.br>>. Se já está cadastrado, faça login como Autor.

7. No lado direito da tela, sob o menu AUTOR, encontra-se o link Nova submissão. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

8. Utilize a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

9. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (Marx 1982, p. 124). As referências

bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p.297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano I, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT, D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moudjiks*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) — École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.

Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia
Campus Santa Mônica, bloco J, sala lj254 – Uberlândia, MG - 38400-902
Portal: www.sep.org.br – Correio eletrônico: sep@sep.org.br
CGC 02. 040.272/0001-40

FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: _____

Instituição: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

Tel: () _____ Fax: () _____

Endereço Residencial: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

Tel: () _____ Fax: () _____

Áreas de Interesse: (Pesquisa e Ensino)

1 _____

2 _____

3 _____

Palavras Chave:

1 _____

2 _____

3 _____

Concordo com a divulgação das informações acima: () sim () não

Assinatura

ASSINATURA DA REVISTA
DA SEP, CONTATO E
SUBMISSÕES ONLINE

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira para
Economia Política em revista.sep.org.br ou enviar email para a equipe
editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



XXII Encontro Nacional de Economia Política

Restauração Neoliberal e as Alternativas na Periferia em Tempos de Crise do Capitalismo

30/05 a 02/06

ORGANIZAÇÃO



APOIOS E PATROCÍNIOS

